



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva

**UM CELEIRO PARA O CAPITAL: *TRADINGS* E
TERRITORIALIZAÇÃO NA BR-163 MATO-
GROSSENSE**

Rio de Janeiro

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva

**UM CELEIRO PARA O CAPITAL: *TRADINGS* E
TERRITORIALIZAÇÃO NA BR-163 MATO-
GROSSENSE**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Júlia Adão Bernardes

Rio de Janeiro

2015

Silva, Emilia Jomalinis de Medeiros.

Um Celeiro para o Capital: *Tradings* e territorialização na BR-163 mato-grossense – 2015.
189p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2015.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Inclui bibliografia

1. Geografia Econômica – 2. Geografia Agrária – 3. Territorialização do Capital – 4. Economia Política do Agronegócio – 5. BR-163 – 6. *Trading Company*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva

**UM CELEIRO PARA O CAPITAL: *TRADINGS* E
TERRITORIALIZAÇÃO NA BR-163 MATO-GROSSENSE**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Geografia.

Banca examinadora:

Orientadora - Prof^ª. Dr^ª. Júlia Adão Bernardes (PPGG/UFRJ)

Prof. Dr. Frédéric Jean Marie Monié (PPGG/UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça (PPGRI/UERJ)

Prof. Dr. Samuel Frederico (ICGE/UNESP – Rio Claro)

Suplentes:

Prof^ª. Dr^ª. Eve Anne Bühler (PPGG/UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Saggiaro Garcia (ICHS/UFRRJ)

Agradecimentos

Cada um/a fala a partir de um lugar e isto tem diversas implicações. Para a produção acadêmica, a mais importante delas é a impossibilidade da máxima neutralidade, racional e objetiva, no exercício de pesquisa. Este trabalho dedicou-se, para além dos objetivos metodológicos apresentados, a levantar ideias e elementos que fortaleçam uma compreensão crítica a um modelo de produção no campo que, ancorado num discurso de eficiência econômica, se reproduz por força da economia política e da ideologia, ora por consenso ora por coerção, reproduzindo consigo cinco séculos de injustiça.

Em tamanha empreitada não se navega sozinha e, por isso, cabem aqui meus pontuais, mas sinceros, agradecimentos. Agradeço à minha orientadora Júlia, pela confiança, dedicação e partilha dos saberes; aos meus queridos/as colegas do Núcleo de Estudos Geoambientais com quem pude construir uma amizade que se segue, mesmo findada esta pesquisa; à minha família; a/os companheiros/as do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul pela troca dos saberes e pela partilha da militância e do afeto e a tantas e tantos outros caminhantes que cruzaram este tortuoso caminho de gestação deste trabalho; com quem pude trocar ideias sobre a soja, as *tradings*, o cerrado, o Marx, a BR-163, a reforma agrária, o feminismo, os agrotóxicos, a agricultura urbana, a agroecologia e, o mais importante, como tudo isso se faz presente nas coisas cotidianas da vida. Queridos amigos que contribuíram para reforçar a solidez teórica do trabalho e sua conexão com o mundo real, dando a ele uma dimensão política importante e, conseqüentemente, um sentido concreto para aquela que o escreveu. Em algum título de capítulo, parágrafo, frase ou epígrafe, ideias trocadas naquela conversa que se estendeu aparecerão. E se enfim, “o que verdadeiramente somos é aquilo que o impossível cria em nós”, como sugere Clarice Lispector, dedico em forma de agradecimento as próximas páginas a todas aquelas e aqueles que criam, recriam e co-criam o impossível, tornando-o real em seus territórios de existência.

Esta pesquisa recebeu o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Resumo

Globalização, Globalismo, Mundialização, Internacionalização ou simplesmente o avanço das forças produtivas no modelo de desenvolvimento capitalista monopolista; há pelo menos duas décadas muito se escreve de forma a descrever e compreender o movimento da economia política mundial e da geografia do mundo, cada vez mais marcada por atores internacionais presentes em toda ou quase toda parte do globo. Compreendendo a relevância destes movimentos, este trabalho teve como objetivo central avaliar a inserção e relevância das *tradings* do ramo da soja na territorialização do capital, na região da BR-163 matogrossense. O estudo busca compreender, à luz das teorias que historicamente refletiram sobre a inserção do capitalismo e do esquema da reprodução ampliada do capital, as formas contemporâneas de organização do capitalismo no campo. Tendo este objetivo traçado, foi possível perceber a relevância destas empresas na construção de um modelo hegemônico que tem o Centro-Oeste brasileiro como sua vitrine. Pautado na modernização agrícola, na financeirização e oligopolização, a produção de soja a partir de grandes propriedades, tem nas *tradings* elementos ímpares para a consolidação deste modelo, sobretudo em suas ações de antecipação de recursos via crédito agrícola e no investimento logístico, especialmente em armazenagem e portos. É possível perceber também a construção em rede de alianças estratégicas não apenas entre produtores e empresas, porém entre empresas com magnitude e funções distintas, indicando, a partir de uma relação de dependência, uma divisão do trabalho entre os agentes do setor. Com o crescente aporte de recursos privados, a produção de soja ganha escala na região, não apenas em termos de produtividade como também com abertura de novas áreas, chamando atenção para a continuada expansão da fronteira agrícola, nos moldes da acumulação por espoliação.

Palavras chave: Territorialização do capital; economia política do agronegócio; soja; BR-163; *tradings*

Abstract

Globalization, Mundialization, Internationalization or simply the advanced productive forces in the monopoly capitalist development model; for at least two decades much has been written in order to describe and understand the movement of the global political economy and world geography increasingly marked by international actors present in almost all over the globe.

Understanding the relevance of these movements, this work aimed mainly to evaluate the insertion and relevance of soybean tradings in the capital territorialization in the region where BR-163 road is located. The study seeks to understand in the light of theories that historically reflected on the inclusion of capitalism and the expanded reproduction of capital scheme, contemporary forms of capitalist organization in the field.

Having drawn this goal, we could perceive the relevance of these companies in the construction of a hegemonic model that has the Brazilian Midwest as its showcase. Through agricultural modernization, financialization and oligopolization, soybean production from large estates, have in trading companies elements for the consolidation of this model, especially in terms of agricultural credit and logistical investment, especially in storage and ports.

It's also relevant the construction of strategic alliances not only between producers and companies, but among companies with different magnitude and functions, indicating, from a dependent relationship, a division of labor between players in the sector. With the increasing contribution of private resources, soybean production gains scale in the region, not only in terms of productivity as well as opening up new areas, drawing attention to the continued expansion of the agricultural frontier, based on accumulation by dispossession.

Keywords: Territorialization of capital; political economy of agribusiness; soybeans; BR-163 tradings

Imagem**Página**

Imagem 01 – Municípios de influência da BR-163 segundo o “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163”.....	21
Imagem 02 - Níveis de concentração de produção de soja na área sob influência na BR-163, segundo volume total de produção dos municípios	56
Imagem 03 - Total de produção agrícola de soja, milho, arroz e algodão (ton.) na área de influência da BR-163.....	57
Imagem 04 - Ilustração indicativa do escoamento pelo município de Itaituba, a partir da BR-163.....	124

Lista de Tabelas

Página

Tabela 1. Perfil dos estabelecimentos familiares(AF) e não familiares (ANF) – Número, área e Região - Brasil e Região – Censo Agropecuário 2006.....	52
Tabela 2. Dez principais municípios do Mato Grosso na lista dos maiores PIBs de municípios brasileiros (2011).....	58
Tabela 3. Número de países onde ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus estão presentes, por Região.....	71
Tabela 4. Aumento comparativo nos lucros das maiores corporações mundiais de grãos 2006-2007.....	71
Tabela 5. Principais empresas exportadoras de soja no Brasil, segundo valor das exportações (US\$ 1.000 FOB) – 1995-1997.....	75
Tabela 6. Lista de Associadas efetivas ANEC – Empresas Exportadoras.....	76
Tabela 7. Ranking das Principais Empresas Exportadoras, por faixa de valor exportado (em US\$ FOB) – Brasil- 2014.....	81
Tabelas 8. Principais Empresas Exportadoras de Mato Grosso, por valor exportado (em US\$ FOB) (2013 e 2014).....	82
Tabela 9 Variação do crédito concedido, segundo valor real, e média anual das despesas públicas com subvenções 1990-2010.....	100
Tabela 10. Financiamentos concedidos – custeio, comercialização e investimento agrícola e pecuário - em R\$ 1.000,00, segundo Estado e Região (2011-2013).....	107
Tabela 11. Total de Financiamento de custeio de lavoura a produtores e cooperativas segundo produto (2014).....	107
Tabela 12. Unidades de Armazenamento (nº) e Capacidade estática das <i>tradings ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Fiagril e Amaggi</i> –Norte de Mato Grosso, 2014.....	117
Tabela 13. Capacidade estática de empresas da ANEC, por município do Norte do Mato Grosso, 2013.....	118
Tabela 14. Capacidade estática total nos município da zona de fraca expansão da área de influência da BR-163 mato grossense.....	119

Tabela 15. Instalações Portuárias autorizadas após a nova legislação até 13/01/2015, a serem implementadas pelas *tradings* da soja.....123

Tabela 16. Média anual de variações reais do preço da terra em fases distintas do ciclo agropecuário (1994-1997 e 2000/2006).....132

Lista de Gráficos	Página
Gráfico 1. Volume (em 1.000 ton) de Exportações – Brasil – Complexo Soja 1992-2014.....	46
Gráfico 2. US\$ Milhões/FOB de exportações – Brasil – Complexo soja 1992-2013.....	46
Gráfico 3. Exportações da Balança Comercial – Brasil (1998-2014) – (US\$ 1.000/FOB).....	49
Gráfico 4. Total da área ocupada (há) segundo tamanho dos estabelecimentos rurais – Mato Grosso (1970-2006).....	53
Gráfico 5. Número dos estabelecimentos agropecuários segunda a área (ha) – Mato Grosso (1970-2006).....	54
Gráfico 6. Exportações US\$/FOB – Mato Grosso (1998-2014).....	59
Gráfico 7. Evolução dos valores de exportações e importações (US\$) pelas <i>tradings companies</i> 2005-2014 (jan-nov).....	73
Gráfico 8. Vendas líquidas (US\$ milhões) das principais <i>tradings</i> - 2011-2013 - Brasil.....	79
Gráfico 9. Valor das Exportações (US\$ milhões) das principais <i>tradings</i> - 2011-2013 – Brasil.....	80
Gráfico 10. Percentual de vendas para exportação das principais <i>tradings</i> - Brasil.....	80
Gráfico 11. – Variação na Aplicação de Recursos do Crédito Rural, em R\$ bilhões (01/02 a 14/15).....	102
Gráfico 12 <i>Funding</i> da soja em valores percentuais por tipo de fonte – Mato Grosso (safras 2008/2009 a 2012/2013).....	109
Gráfico 13. Distribuição da capacidade estática de armazenamento por tipo de propriedade do estabelecimento – UF (2012).....	116
Gráfico 14. Comparativo entre o número estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar nos municípios de fraca expansão na área de influência da BR-163.....	130

Lista de abreviaturas e siglas

ADM	Archer Daniels Midland
ANEC	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
APP	Área de Preservação Permanente
APROSOJA	Associação de Produtores de Soja
ATER	Assistência Técnicas e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPLAC	Comissão Especial da Lavoura Cacaueira
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPR	Cédula do Produtor Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ETC	Estação de Transbordo de Cargas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free on Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMEA	Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAAL	Latin American Agribusiness Development Corporation
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TUC	Terminais de Uso Privado

Sumário

	Página
Introdução	17
Capítulo 1 – O Contexto: O que há de novo na Economia Política do Agronegócio?	28
1.1. Transformações na geografia do Sistema Agroalimentar.....	28
1.2. Modernização da Agricultura e o espaço agrário brasileiro.....	33
1.3. Bases política do neoliberalismo no Brasil e a consolidação da economia agromineral nos anos 2000.....	42
1.4. A economia do agronegócio no Mato Grosso.....	49
Capítulo 2 – O Capital: Concentração e Centralização de poder pelas <i>tradings</i> numa agricultura como fronteira de acumulação	60
2.1. Financeirização e Oligopolização da Agricultura.....	60
2.2. As empresas comerciais exportadoras no Brasil.....	69
2.3. Empresas Comerciais Exportadoras de Grãos.....	73
2.4. As <i>Tradings</i> Nacionais.....	84
Capítulo 3 – A territorialização: O Capital na BR-163 mato-grossense	91
3.1. Território, territorialização do capital e fronteiras de acumulação na BR-163.....	91
3.2. Elementos Estratégicos na expansão da fronteira e na territorialização do capital.....	98
3.2.1. A questão do Crédito.....	101
3.2.2. A logística de Armazenamento.....	112
3.2.3. A logística de exportação.....	119
Capítulo 4 – As relações de (re) produção: Tendências do Capital no Desenvolvimento da agricultura na produção capitalista do espaço	134
4.1. Perspectivas teóricas sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo.....	134
4.2. Do centro à margem: O debate sobre a agricultura, burguesia agrária e campesinato no Brasil.....	138

4.3. Imperialismo, acumulação por espoliação e desenvolvimento geográfico desigual.....	143
4.4. Empresas, Estado e Produtores no norte mato-grossense.....	149
Considerações Finais.....	156
Referências Bibliográficas.....	161
Anexo I – Quadro Informativo entre as empresas da Associação Nacional de Exportadoras de Cereais.....	178
Anexo II – Fotos.....	184

Foi o caso que estando já a terra assaz povoada de filhos, filhos de filhos e filhos de netos da nossa primeira mãe e do nosso primeiro pai, uns quantos desses, esquecidos de que sendo a morte de todos, a vida também o deveria ser, puseram-se a traçar uns riscos no chão, a espetar umas estacas, a levantar uns muros de pedra, depois do que anunciaram que, a partir desse momento, estava proibida (palavra nova) a entrada nos terrenos que assim ficavam delimitados, sob pena de um castigo, que segundo os tempos e os costumes, poderia vir a ser de morte, ou de prisão, ou de multa, ou novamente de morte.
José Saramago

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.
Paulo Freire

Introdução

Globalização, Globalismo, Mundialização, Internacionalização ou simplesmente o avanço das forças produtivas no modelo de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista; há pelo menos duas décadas muito se escreve de forma a descrever e compreender o movimento da economia política mundial e da geografia do mundo, cada vez mais marcada por atores internacionais presentes em toda ou quase toda parte do globo. Compreendendo a relevância destes movimentos, nesta pesquisa, optamos como cerne avaliar a inserção e relevância das Empresas Comerciais Exportadoras de grãos, mais conhecidas como *tradings*, para a territorialização do capital na região da Rodovia BR-163 mato-grossense.

Os estudos sobre a história da agricultura nos remetem a um tempo histórico milenar. Os recursos genéticos vegetais são uma herança da humanidade há mais de 10 mil anos (CARVALHO, 2013, p.39) e a história da agricultura é, em si, uma história sobre os vários povos do mundo e suas culturas. Porto-Gonçalves (2006) sabiamente retoma a origem etimológica da palavra agricultura: do latim, *colere*, culto, cultivo. A agricultura seria, assim, a cultura do campo.

O surgimento e consolidação da monocultura como padrão dominante de produção, em termos de extensão em área produzida¹, assim como o processo da modernização da agricultura, associados à própria história da modernidade, do colonialismo e do modo de produção capitalista, são pontos de inflexão nesta história, especialmente em nosso país². Trazem transformações abruptas no modelo de produção agrícola e na produção e reprodução da vida. Na América portuguesa, o processo de colonização baseou-se na empresa agrícola-comercial (PRADO JÚNIOR, 2000) e, a partir da segunda metade do século XX, com a forte mecanização da agricultura seguida da Revolução Verde – modelos originários dos Estados Unidos que se espalharam para outros países - e da consolidação da agroindustrialização, conforma-se, pouco a pouco, o padrão de produção conhecido como *agribusiness* ou agronegócio.

A homogeneização na monocultura com consequente perda de variedades genéticas vai ao encontro das configurações atuais dos padrões alimentares mundiais. Poucos grãos representam hoje a maior parte do consumo humano, dos quais a soja é um dos principais. Dos três alimentos mais consumidos no mundo, os cereais ficam em primeiro lugar, os vegetais em

¹ Visto que, apesar do avanço de monocultivos, no caso brasileiro, por exemplo, a agricultura de base familiar ainda é a principal responsável pela produção de alimentos para consumo doméstico.

² O conceito de modernização, de forma geral, refere-se ao processo de industrialização e urbanização de uma determinada sociedade, desencadeando, outras mudanças em distintas esferas; tem origem no começo do capitalismo e no surgimento do estado moderno.

segundo e o leite em terceiro (MORATOYA *et al*, 2013). Principal produto agrícola da exportação brasileira, a soja é hoje uma *commodity*³ agrícola que nos leva a importantes reflexões sobre este sistema agroalimentar da atualidade. Sua produção em larga escala, especialmente nos EUA, Brasil e Argentina, apresenta pouca conexão com o histórico das respectivas regiões produtoras; um produto que é um “alimento de lugar nenhum” (MCMICHAEL, 2009) ao mesmo tempo em que é produzido enquanto mercadoria – ou seja, junção de forças produtivas e meios de produção - em algum lugar; sendo o Centro-Oeste brasileiro um deles.

No Brasil, a soja ocupa a maior área cultivada do país: 30.135,4 milhões de hectares na safra 2013/2014 (8,7% a mais que na safra anterior), mostrando que a cultura cresce não apenas em termos de produtividade, mas também em área plantada. Para 2014, a estimativa de produção é de cerca de 85 milhões de toneladas, recorde de produção nacional, 5,1% a mais que na safra anterior⁴. O estado do Mato Grosso consolida-se como símbolo desse agronegócio brasileiro. Na safra 2013/2014, a região Centro-Oeste apresentou a maior área plantada com a oleaginosa (13.909,4 mil hectares), dos quais 8.615,7 mil hectares localizados neste estado – principal produtor regional - que apresenta expectativa de 26.441,6 mil toneladas de produção⁵, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e 27,89 milhões de toneladas de soja, segundo o Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para o atual ciclo 2014/2015, o que representa uma alta de 6% em relação à safra anterior. O estado também é o segundo maior produtor de milho.

Este impressionante aumento na produção de soja brasileira acompanhou uma tendência de solidificação do padrão agromineral brasileiro como pilar do desenvolvimento econômico e do comércio exterior. A partir dos anos 2000, o agronegócio passou a desempenhar um papel ainda maior de destaque na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e, com esta justificativa, a agenda do agronegócio segue pouco problematizada em suas dimensões social e ambiental, sendo reificada como uma necessidade para os cofres nacionais, mesmo após a ascensão do

³O termo commodity refere-se a transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Refere-se a produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização; produzido em grandes quantidades e por diferentes produtores. Pode ser estocado por determinado período sem perder sua qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. Atualmente, o Brasil tem como principal país comprador a China. SAUER, Sérgio. Dinheiro Público para o agronegócio. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano3, nº33, p.8-9, abr. 2010.

⁴ CONAB, *Acompanhamento da Safra Brasileira: grãos, quarto levantamento*, 2014 Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_08_07_08_59_54_boletim_graos_agosto_2014.pdf>. Acesso em: 26 nov 2014.

⁵ Disponível em: <<http://www.abiove.org.br/site/index.php?page=estatistica&area=NC0yLTE=>>>. Acesso em: 26 nov 2014

Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, que possui historicamente uma forte relação com movimentos sociais do campo. Acompanha igualmente o *boom* das *commodities*, a manutenção de uma situação agrária marcada por forte concentração fundiária.

A história do crescimento da produção da soja no Brasil relaciona-se com a história do Centro-Oeste brasileiro. A partir de novos padrões tecnológicos e científicos, vastas extensões territoriais brasileiras se constituíram como significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, favorecendo a expansão da fronteira agrícola e do capital⁶. No caso do cerrado brasileiro, esta expansão se deu, sobretudo, com o monocultivo desta oleaginosa, a partir especialmente da década de 1970. O bioma do cerrado passou, assim, a ser progressivamente marcado por essa divisão territorial e internacional do trabalho, bem como pela existência de circuitos produtivos complexos, constituindo-se num grande celeiro de produção de grãos, assim como de carne:

(...) desde os anos de 1960 com a abertura de estradas e, sobretudo, nos anos 1970 e 1980, com a colaboração dos estudos da Embrapa sobre correção e adubação de solo e na seleção de sementes adaptadas à região, o barateamento relativo de tecnologias de captação de água a 100 e 200 metros de profundidade, as chapadas passaram a se constituir em objeto de atenção das grandes empresas do complexo agropecuário, dando origem ao latifúndio produtivo do agronegócio. O cercamento dos campos, tal como na Inglaterra, não tardou a se fazer contando, inclusive, com o apoio formal do Estado, privatizando grande parte das terras devolutas (...) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 259).

O eixo da BR-163 – rodovia que liga a capital mato-grossense Cuiabá ao município de Santarém, no Pará - compreende a uma das regiões mais importantes da região amazônica. A instalação da rodovia, um polêmico projeto que corta a Amazônia ao meio, levou e ainda tem levado a uma nova estruturação do espaço. A criação de projetos de colonização privada na região do entorno da BR-163, a partir dos anos 1980, intensificou a migração de agricultores do sul do país, aumentando consideravelmente o volume de produção e dos negócios da região. Na ocasião, os agricultores já dispunham da existência da variedade de soja adaptada para a região e dos programas de pesquisa e desenvolvimento voltados para o cerrado. O novo padrão de produção calcado na alta modernização técnica⁷ gerou fortes mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade (BERNARDES, 2006). Este processo de “ocupação” do Centro-Oeste tem como forte marca o protagonismo do estado:

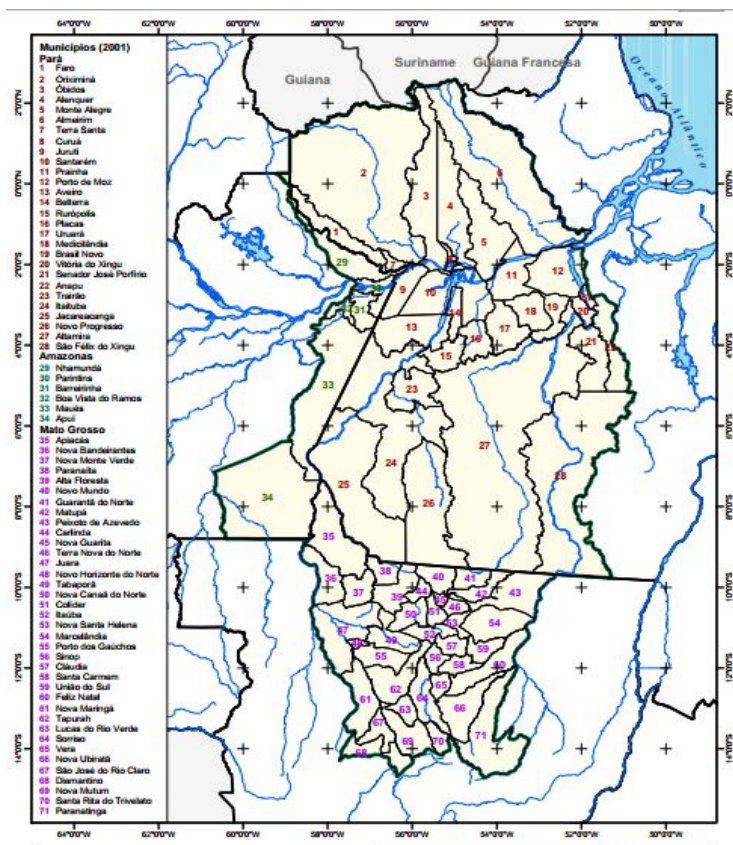
⁶ Para Bernardes (2006), os recursos técnicos estão intimamente vinculados aos recursos do capital, já que são os detentores de capital que tomam decisões sobre as características do processo produtivo. Assim, entendemos que o aumento da produtividade do setor tem levado a uma maior circulação do capital e maiores lucros. A técnica é fator chave para atribuição do tempo socialmente necessário para a atividade produtiva.

⁷ A técnica é um conceito amplamente debatido. Bastante relacionado com a modernidade, para Milton Santos (1996), a técnica é um componente chave para a compreensão do espaço em sua totalidade e da relação da sociedade com a natureza.

(...) foram definidas e apresentadas como programas viabilizadores da “reforma agrária” e de promoção da política agrícola, embora estivessem associadas à expansão da fronteira econômica baseada na concessão de incentivos fiscais e financeiros a grandes empreendimentos capitalistas estabelecidos na região. Essas políticas, que incluíam projetos de colonização, contemplando a transferência dos trabalhadores rurais para áreas da Amazônia Legal, também tinham como objetivo desmobilizar os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, com vistas à eliminação dos conflitos que vinham se acirrando no campo em fins da década de 60 e início dos anos 70 (BERNARDES, 2007).

Com o avanço das transformações decorrentes, dentre outras atividades, da consolidação da monocultura da soja, em 2004, estabeleceu-se um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, no Trecho Cuiabá/MT – Santarém/PA, parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, posteriormente também regulamentada pelo decreto nº 6.290, de 06 de dezembro de 2007. Fazem parte deste Plano, 28 municípios paraenses, 06 do Amazonas e 37 de Mato Grosso, sendo estes últimos localizados nas porções norte e médio norte do estado, segundo divisão regional administrativa.

Imagem 1 – Municípios de influência da BR-163 segundo o “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163”



Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163

Destes 37 municípios sob influência da BR-163 de acordo com o Plano, é possível destacar quatro áreas distintas, em relação ao seu perfil produtivo agropecuário: uma área já consolidada de soja que vai desde o município de Nova Mutum até Sorriso e outras três áreas de forte, média e fraca expansão, rumo à fronteira com o Pará. Estas fronteiras não se apresentam de maneira estática, sendo possível perceber nestes municípios um movimento em expansão da fronteira agrícola da soja. Esta fase contemporânea de expansão territorial do capital, no contexto da agricultura moderna no estado do Mato Grosso, difere da constituição da fronteira do capital na década de 1970 e 1980. A atual fronteira se dá a partir de relações mais fortemente de mercado, ainda que contem com a cooperação do Estado, para além dos limites do território já incorporado e consolidado. Mesmo aqueles produtores mais capitalizados que possuem condições de adquirir os novos pacotes técnicos e as “inovações tecnológicas”, se tornam cada vez mais condicionados à ação e decisão das grandes corporações (BERNARDES, 2006, p. 34-36).

As grandes empresas, assim como os produtores e o Estado, apresentam-se como atores chave no processo de difusão de uma nova temporalidade no cerrado brasileiro e, nesse sentido, tendem igualmente a ser as principais beneficiadas pelas possibilidades que emergem desse novo padrão técnico. A circulação e os circuitos produtivos passam a ter uma importância

estratégica e estruturante da produção agrícola. É pelo domínio dos fluxos materiais (grãos, insumos e pessoas) e imateriais (informação, capital e ordens) que esses atores regulam de forma seletiva e privilegiada estes processos de produção e reprodução do capital (FREDERICO, 2010, p. 19).

A região médio-norte de Mato Grosso é hoje uma das principais produtoras do agronegócio brasileiro. Cerca de 60% da produção de grãos do estado é decorrente dos eixos médio-norte e norte da BR-163⁸, conforme já afirmado. Neste contexto, consolida-se o perfil agrário-exportador desta região, bem como de todo o estado, ancorado na fala dos atores hegemônicos no discurso de que “o mundo tem fome”; um padrão de desenvolvimento regional que foi construído por atores, continua ancorando-se no discurso da aptidão natural, da “vocação agrícola” (OLIVEIRA, 1977). Essas transformações são marcadas cada vez mais por um modelo de alta intensidade tecnológica e informacional⁹. O agronegócio – em seu caráter altamente tecnificado e sua relação com os demais setores industriais e financeiros – apresenta dimensões complexas, não devendo ser entendido apenas como um simples processo de “reprimarização” da economia brasileira.

No contexto de alta tecnologia, não apenas no Brasil, como no mundo, o setor da soja é marcado pela crescente presença de corporações em diversas etapas e redes produtivas alimentares. Em 2005, sete empresas, apenas, eram responsáveis pela exportação de 70% do complexo da soja (grão, óleo e farelo). A lista é liderada por quatro grandes corporações internacionais: Archer Daniels Midland Company (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, inseridas no processo de comercialização dos grãos, assim como financiamento da produção, esmagamento, dentre outros (FREDERICO, 2010). É neste contexto que vários autores têm chamado a atenção para o papel crescente das empresas nesta conformação. Além da comercialização (comumente denominada pelos agentes da região como “originação” de grãos) para exportação, estas empresas oferecem outros serviços ao produtor rural como a concessão de crédito e logística de armazenamento e escoamento.

As corporações transnacionais têm sido atores presentes em áreas de expansão da fronteira agrícola (WILKINSON, 2009; FREDERICO, 2010; WESZ JUNIOR, 2011).

⁸É interessante ressaltar, porém, que neste contexto de aumento da produtividade e das exportações, constata-se a queda no esmagamento do grão e conseqüente aumento da ociosidade das indústrias de esmagamento em 2013. Em 2012, foram esmagados 36,4 milhões de toneladas (63,7% da capacidade instalada), enquanto em 2013, o esmagamento ficou em 35,4 milhões de toneladas (60,3% da capacidade).

⁹ Pensar que as transformações tecnológicas contemporâneas se restringem ao espaço do urbano é ignorar ou perder de vista o processo de modernização crescente nas áreas rurais, ainda que sua base conservadora se mantenha (RIO, 2012).

Recentemente, verificam-se novos impulsos ao avanço da produção norte mato-grossense, rumo ao estado do Pará e ao bioma amazônico. Novas estruturas logísticas na região tem sido alvo de investimentos público e privado, como a finalização da pavimentação da BR-163 até o porto de Santarém, a construção de novas estruturas de armazenamento próximo à fronteira com o estado do Pará e a construção de um novo terminal portuário em Itaituba que possibilitará novas saídas para o escoamento da produção.

O aumento na produção de soja no extremo norte do estado do Mato Grosso vai ao encontro dessas transformações e sugere uma nova fase de expansão. A agricultura é, por essência, uma ação territorializada. A terra aparece enquanto instrumento de produção. Enquanto um enclave, deve ser objeto de pesquisa da ciência geográfica. Neste contexto em que se identifica o aumento da participação de empresas internacionais na produção de culturas que ganham grande projeção no mercado internacional,¹⁰ temos como objetivo avaliar a inserção e a relevância das empresas comerciais exportadoras de grãos na territorialização do capital na região da BR-163 matogrossense, levantando elementos para a compreensão das formas contemporâneas de organização do capitalismo no campo. Para tanto, buscou-se apresentar um resgate das recentes transformações na economia política do agronegócio e dos sistemas agroalimentares (e a localização do Brasil dentro destes cenários); a compreensão do perfil geral das principais *tradings* que atuam no Brasil, enquanto agentes que marcam o processo de financeirização e oligopolização da economia mundial; a avaliação do processo de expansão do agronegócio na região da rodovia BR-163 (possíveis mudanças na reorganização do território e subsetores do complexo da soja que têm sido contemplados nas estratégias de ação das *tradings*); e, por fim, a análise das relações atuais entre estes atores com produtores e o Estado, no norte do Mato Grosso, à luz do debate sobre o capitalismo no campo.

A partir deste objetivo a questão central que se apresenta para esta pesquisa é sobre o **papel que tem cumprido as empresas exportadoras de grãos do setor brasileiro da soja na reprodução ampliada do capital e na sua territorialização na BR-163 mato-grossense, enquanto horizonte empírico de nossa análise.** Tendo em vista esta primeira ponderação, cabe, em seguida, refletir sobre as mudanças verificadas no âmbito da comercialização da commodity e que subsetores do complexo da soja tem sido contemplados nas estratégias de ação dessas corporações; as transformações identificadas na produção do espaço agrário e no surgimento de novas territorialidades na região norte matogrossense e, por fim, sobre as

¹⁰ Em 2001, a soja se tornou a *commodity* agrícola mais negociada em mercados de futuros internacionais, especialmente na *Chicago Board of Trade*.

relações entre o estado brasileiro, os produtores rurais e as tradings, na figura do capital internacional?

Reflexões Metodológicas

Fazer escolhas metodológicas num determinado estudo não se trata de uma tarefa fácil, visto que é uma seleção da forma-conteúdo através da qual buscaremos apreender o mundo num determinado exercício empírico e analítico. As escolhas teóricas são uma etapa de extrema importância num processo de pesquisa. A teoria social é um meio vital de dissenso e nenhum sistema teórico, unicamente, apresenta a capacidade de apresentar respostas. As preferências teóricas num determinado estudo perpassam todo o processo de apreensão e análise dos objetos elencados, sendo impraticável a ela uma posição de plena imparcialidade.

Ao discorrer sobre os dilemas da teoria social, Gregory (1995) aponta que:

A teoria social não é simplesmente um treino, um exercício de ginástica conceitual: se ela deixa de tratar de importantes questões políticas, de ocupar-se com os interesses dos homens e mulheres comuns – em todas as suas diversidades – e de ampliar nossas “geografias imaginativas”, então o cupim sem dúvida fará seu trabalho.

Em verdade, esta última afirmativa já nos parece ser em si mesma uma escolha metodológica: estas são também escolhas políticas. Ademais, Gregory também ressalta que modelos simplificadores, que se reconhecem como apreendedores da totalidade, nos parecem equivocados devido à complexidade da realidade; um recorte particular dificilmente dará conta dessa totalidade e isso deve ser reconhecido pelo autor.

De forma geral e também na ciência geográfica, a abordagem da organização econômica do espaço – entendido como conjunto de materialidade e ação humana, segundo Santos (2005) - foi nas últimas décadas criticada por seu potencial empobrecedor e reducionista da realidade. Na geografia, estes apontamentos eram direcionados, sobretudo, à chamada Geografia Crítica que ancorava suas bases teórico-metodológicas na corrente de pensamento materialista-histórica marxista. Sem desconsiderar a importância destas críticas e as contribuições que dela surgiram, com a incorporação dos estudos sobre identidade, cultura e outras micropolíticas, reiteramos a importância da esfera econômica na configuração da realidade que buscamos apreender.

Segundo Harvey (2010), os processos de produção capitalista são um dos fatores relevantes na produção do espaço; os processos econômicos de centralização e descentralização contribuem para a formação de uma paisagem geográfica com diferenciações e desigualdades

espaciais. O modo de operação desta tensão entre centralização e descentralização depende das barreiras impostas à circulação espacial, à intensidade das economias de aglomeração e das divisões do trabalho. Os processos de acumulação do capital no tempo e no espaço não existem, obviamente, fora de seus contextos geográficos. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Para os termos desta pesquisa, é importante destacar que, sem perder de vistas sua configuração em rede, o agronegócio possui uma configuração territorializada, tratando-se de um enclave no território. Deve, assim, ser uma temática por parte da ciência geográfica.

O desenvolvimento espacial do Centro-Oeste brasileiro deve ser olhado a partir da sua forte integração com redes internacionais de produção e consumo de *commodities* agrícolas. Buscar entender o atual processo de produção do espaço agrário a partir do avanço do modelo do agronegócio é buscar compreender “como o capitalismo se reproduz e se desenvolve sobre (ou em um) espaço diferenciado” (LIPIETZ, 1977) e como a verificada expansão da produção de soja tem gerado novas territorialidade e novos conflitos relacionados ao acesso à terra e a outros recursos naturais. Na medida em que as formas avançadas do capitalismo se caracterizam por um destrelamento geográfico entre o processo de trabalho e o processo de valorização do capital, cabe entender em que medida um modelo de desenvolvimento ainda que pautado em técnica, ciência, informação e altamente articulado com redes internacionais também estimula processos de valorização do capital que não se dão no mesmo lócus da produção.

Experiências semelhantes a esta, e com o apoio do governo brasileiro, tem se apresentado em outras economias de países do Cone Sul, tais como Argentina e Paraguai, e também países do continente africano, como Moçambique¹¹. A existência de uma crescente demanda externa pelos produtos do setor primário nos traz o desafio de fortalecer a dimensão espacial da análise dos processos de produção do agronegócio. A expansão dos mercados mundiais de *commodities* se dá também pautada num processo de financeirização da agricultura e é importante compreender, para além da dinâmica “agroindustrial”, como e em que medida o avanço da financeirização do capitalismo (HILFERDING, 1985; LENIN, 2012) tem produzido e ressignificado a região Centro-Oeste do Brasil.

A realidade aparece de forma diferente, segundo a escala (LACOSTE, 2004); esta é uma constatação cara à ciência geográfica. Entendemos a escala como algo socialmente construído, e não algo dado. A ação das tradings no entorno da BR-163 é aqui apresentado como um

¹¹ O modelo de desenvolvimento agrário brasileiro também tem sido, mais recentemente, objeto de debate da cooperação internacional brasileira com países africanos.

horizonte empírico do debate que envolve a questão do capitalismo agrário e da internacionalização (ou não) deste capital. Numa perspectiva geográfica “multiescalar” - a escala deve ser compreendida como uma dada ordenação espacial dos fenômenos - a análise buscará evidenciar a relação do espaço geográfico no entorno da BR-163 (sua porção mato-grossense) com o capitalismo globalizado, na forma da atuação das empresas, mais especificamente.

A região considerada nesta pesquisa é resultado de uma escolha e se justifica por ali ser um dos territórios (em potencial) para a expansão da territorialização do capital a partir do agronegócio da soja. Intensas transformações na paisagem podem ser percebidas, com o avanço da fronteira agrícola e a construção de fixos que façam a ligação internacional dos fluxos da produção e consumo.

Importante passo para o desenvolvimento desta pesquisa foi a revisão bibliográfica, uma necessária *démarche* teórica, nas palavras de Santos (1996). Ao entendermos que o objeto e a problemática da pesquisa inserem-se numa lógica da reprodução ampliada do capital no campo, fez-se necessário uma análise teórica sobre como, em última instância, a temática do capitalismo na agricultura foi historicamente tratada, especialmente na perspectiva marxista, nas leituras heterodoxas da economia e na geografia crítica. Reconhece-se a multiplicidade de recortes possíveis para a análise do objeto de pesquisa; opta-se por essas perspectivas teóricas por acreditar que estas contribuem profundamente no estudo e reflexão sobre as leis do movimento do capitalismo e são os geógrafos que a elas se aproximam que também privilegiam as interfaces entre os objetos geográficos e os econômicos.

Assim, tivemos como ponto de partida, leituras sobre o processo de acumulação capitalista, retomando obras marxianas clássicas e contemporâneas sobre os esquemas de desenvolvimento do capitalismo e suas especificidades na produção agrícola. Alguns conceitos, categorias e noções serão trabalhados no curso deste trabalho, relacionando-os com o horizonte empírico que se apresenta, tais como os conceitos de Sistema-Mundo (Wallerstein, Arrighi, Amin), Sistema agroalimentar (Harriet e McMichael); modernização conservadora (Silva, dentre outros), economia do agronegócio (Delgado), Financeiração e Oligopolização (Lenin, Stedile, Possas), Território e Territorialização (Sack, Haesbaert, Raffestin, Santos), Acumulação por Espoliação (Harvey) e Desenvolvimento Desigual (Lenin, Furtado, Amin, Oliveira, Smith e Harvey). A noção de *trading* marca a pesquisa como objeto de estudo.

Etapas indispensáveis para a execução desta pesquisa foram os dois trabalhos de campo na região pesquisada, nos anos de 2013 e 2014, realizados ao longo de 25 meses. No primeiro

ano, foram visitados municípios da porção norte e no segundo ano municípios com produção de soja já consolidada, da região médio-norte. Como resultado, foram sistematizadas 24 entrevistas de campo, divididas em distintas categorias, sendo as mais centrais *representantes do poder executivo municipal (4)*, *Empresas privadas*¹² (8), *representantes de associações de produtores rurais (3)* e *trabalhadores rurais e agricultores, sindicalizados ou não (5)*¹³. Após as visitas de campo, outra entrevista foi realizada com representante de uma organização que executa chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Para o estudo das *tradings*, utilizamos como referência a classificação oficialmente adotada pelo governo brasileiro. Partimos do reconhecimento de que as empresas ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus (o grupo conhecido como ABCD) são as principais comercializadoras de soja, no mundo, no Brasil e também na região em destaque. Porém, trabalhamos também com o universo das empresas que integram a Associação Nacional de Exportadoras de Cereais (ANEC), diferenciando as empresas internacionais das brasileiras.

Em termos de dados secundários relativos ao movimento da produção e do capital, buscamos sistematizar e apresentar informações relativas à produção (área e produtividade) na região norte mato-grossense no entorno da BR-163 e ao investimento logístico e em produção das *tradings* objetos de análise, envolvendo, quando necessário, municípios do estado do Pará. Apesar de compreendermos o encadeamento entre os processos da soja e da carne, priorizamos os agentes envolvidos com o processo de exportação da *commodity* agrícola, apenas¹⁴. Nesse sentido, processos similares de concorrência oligopolística na produção de carne não foram abordados. As principais fontes utilizadas foram MAPA, MDIC, IBGE e CONAB.

¹² Inclui *tradings* nacionais e internacionais e empresas do setor de carnes (bovino e avícola).

¹³ Foram também entrevistados um representante de Movimento Social do Campo, um representante de empresa Colonizadora e duas entrevistas com Empresa Pública de Pesquisa Agropecuária.

¹⁴ Da mesma forma, não abordaremos a produção de milho. Apesar do peso que exerce na região enquanto uma segunda safra consolidada, a cultura é majoritariamente destinada ao mercado interno.

1) O Contexto: O que há de novo na Economia Política do Agronegócio?

*(...) plantaram um festifude
Bem no meio do sertão;
Larguei a calangada do balaio
E me juntei à fila armada
Pra fazer a refeição;
Big Calango com alface, queijo, pão com gergelim
Suco de xiquexique e eu sem capital;
Pois é que agora nem caçar a gente pode
Porque foi privatizado pela multinacional.
Baia e Rockboys*

Este capítulo tem como objetivo apresentar conceitos e categorias que contribuam para a compreensão do atual cenário de produção e consumo alimentar no mundo. Nesse sentido, a partir dos conceitos de Sistema-Mundo (Wallerstein, Arrighi, Amin e outros) e Sistema agroalimentar (Harriet e McMichael), buscamos localizar nosso debate na escala internacional. Isso significa analisar como têm sido percebidas as transformações da economia política internacional e que elementos este debate traz para uma melhor compreensão da economia política da produção agroalimentar. A opção pelo conceito sistema agroalimentar, em contraponto ao conceito sistema alimentar, se deve ao fato de que extensas lavouras de soja, milho e cana de açúcar não são atualmente destinadas à produção de alimentos, mas sim à produção de energia, fato este que também é um novo elemento do atual cenário. O conceito sistema enfatiza a dimensão continuada das transformações mundiais, ou seja, analisa os distintos “sistemas” (e não os Estados, isoladamente) não como rupturas, necessariamente, mas sim como cenários que trazem mudanças e também continuidades em relação ao sistema que os precede.

Debruçando-nos na escala nacional, novos conceitos e categorias nos auxiliam, tais como modernização conservadora (SILVA, 1996), e economia do agronegócio (DELGADO, 1989). Buscaremos identificar que transformações neste tempo histórico são identificadas em determinados espaços agrários no Brasil. Por fim, como principal escala de análise da nossa pesquisa, aprofundaremos nossa reflexão no estado de Mato Grosso.

1.1 Transformações na geografia do Sistema Agroalimentar e atualidade da questão agrária

Em que pese distintas interpretações do desenrolar do processo de territorialização do capitalismo no Brasil, especialmente no seu espaço rural, é de grande acordo que as

monoculturas sob o regime de *plantation* que se desenvolveram no Brasil colônia e em outras regiões coloniais formam as bases de sustentação da atual agricultura capitalista moderna voltada para a exportação. Este modelo de produção, historicamente, compôs um dos múltiplos cenários do setor agrícola brasileiro que foi e segue bastante heterogêneo, apresentando uma diversidade estrutural. Junto à grande propriedade que produzia para exportação – naquele então a razão principal da ocupação territorial - outras formas coexistiam, especialmente as lavouras para subsistência.

No caso desse modelo exportador, fica notória a relação secular entre a produção agrícola no Brasil com o comércio internacional. Desde a época das grandes navegações em que o “velho mundo” matinha relações políticas e comerciais com outras regiões, já se evidenciava a dimensão internacional do sistema alimentar que, nesse sentido, não se trata de um fenômeno recente. Porém, na medida em que a própria economia política internacional passou por importantes transformações ao longo dos séculos, ressignificando a relação humana com o tempo e com o espaço, também o sistema agroalimentar se reconfigurou sobremaneira. Teóricos que estudam os regimes alimentares, desde uma perspectiva da teoria do sistema mundo, interpretam estas transformações de maneira conjugada às transformações no campo da economia política. Para entender os movimentos no sistema agroalimentar, partimos do conceito de regimes alimentares (FRIEDMANN, 1993, 2000; MCMICHAEL, 2009) que, ancorado na teoria do sistema-mundo (ARRIGHI, 1996), analisa relações entre estados em diferentes ciclos que foram, por sua vez, sistemas únicos que organizaram o mercado global.

A teoria sobre regimes alimentares apresenta uma perspectiva marxista¹⁵ de análise do sistema agroalimentar e busca explicar e politizar o papel estratégico da agricultura na constituição e desenvolvimento da economia capitalista mundial. Analisa períodos estáveis de acumulação de capital associados com configurações geopolíticas de poder e formas de produção agrícola e consumo. Suas raízes estão na teoria da regulação e no conceito de sistema-mundo, empreendido por Arrighi (1996) e Wallerstein (2001), segundo os quais os fenômenos atuais não se constituem como uma ruptura ao passado histórico, mas sim como a intensificação e continuidade desses processos. Estes ciclos sistêmicos de acumulação referentes às distintas etapas do sistema-mundo revolucionaram em seus tempos o modo de funcionamento do capitalismo mundial e levaram a processos de produção capitalista de novos e velhos espaços,

¹⁵ A contribuição da teoria marxista explicita-se visto que a referente perspectiva teórica interessa-se em ver como momentos de crise numa configuração particular são expressivas tensões dialéticas que animam movimentos entre essas configurações (períodos de transições). Assim, os regimes alimentares estão sempre caracterizados por forças contraditórias. Ao intensificar essas tensões, verificam-se mobilizações de movimentos sociais e demais tendências que apontam para períodos de transição.

ancorados na difusão de técnicas hegemônicas. Colonialismo, imperialismo, fordismo e globalização neoliberal podem ser consideradas como quatro distintas etapas do sistema-mundo. Tal qual é considerado, o Sistema-mundo tem início em 1492, quando também se considera o início da globalização como processo e a emergência do conceito de moderno (QUIJANO, 2005; WALLERSTEIN, 2001).

(...) as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabelecem de forma aleatória. Se traçássemos todas em um mapa, perceberíamos que assumiram uma forma centrípeta. Seus pontos de origem foram múltiplos, mas seus pontos de destino tenderam a convergir para poucas áreas. Vale dizer, elas tenderam a se deslocar das periferias da economia-mundo capitalista para seus centros ou núcleos. É difícil contestar isso como observação empírica. A verdadeira questão é saber por que foi assim. Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos lócus da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2001, p. 28).

O conceito de regime agroalimentar historiciza o sistema alimentar, localizando-o historicamente: problematiza a representação linear da modernização agrícola, evidenciando atores chave na economia política do sistema alimentar e conceitualizando contradições históricas, especialmente em regimes alimentares que produzem crise, transformações e transição. Traz também uma dimensão geográfica de análise, pois, assim como as teorias de Sistema-Mundo, busca apreender as distintas funções de Estados e regiões globais no processo de desenvolvimento do capitalismo, especificando modelos de circulação dos alimentos na economia mundial. É, assim, uma perspectiva estruturada que entende os papéis da agricultura e do alimento na acumulação de capital através do tempo e do espaço. Evidencia a dimensão geopolítica do sistema agroalimentar ao identificar modelos de circulação de alimentos e produtos agrícolas e busca negritar as formas nas quais padrões de acumulação de capital na agricultura constituem arranjos de poder global, expressos através de padrões de circulação de alimentos (MCMICHAEL, 2009, p.140).

Em análise, é possível identificar a existências de três regimes agroalimentares. Tendo iniciado na década de 1870 e findando nos anos 1930, o primeiro regime alimentar combinou importações de bens alimentares tropicais com grãos e gado de áreas menos trópicas (como as colônias britânicas EUA, Canadá e Austrália) para a Europa, contribuindo para a emergência

de uma classe industrial nesse continente. O modelo de produção exportado do velho para o novo mundo explorou novos solos ao abrir novas fronteiras de produção.

O segundo regime alimentar compreende a década de 1950 até 1970 e reorientou fluxos de alimentos (e de acumulação de capital) dos Estados Unidos para seus aliados políticos do “Terceiro Mundo” pós-colonial. Os programas de ajuda alimentar subsidiaram postos de trabalho e incentivaram uma seletiva industrialização no contexto da Guerra Fria, garantindo fidelidade de seus parceiros na luta contra o comunismo. O desenvolvimento dos setores agrícolas era entendido enquanto sua agroindustrialização e a adoção do pacote técnico da Revolução Verde – a partir da exportação do modelo norte-americano - bem como a adoção de reformas agrárias que possibilitassem a internalização de relações de mercado no interior dos países.

O agronegócio construía ligações transnacionais entre produções nacionais e cadeias de abastecimento globais. Na medida em que o desenvolvimento do projeto concebido pelos EUA – enquanto modelo nacional de desenvolvimento econômico - se universalizava, na sequência da descolonização, ao mesmo tempo, uma nova divisão internacional do trabalho na agricultura começou a se formar em torno de complexos transnacionais de *commodities*. Por fim, há um debate sobre um terceiro regime alimentar que se iniciaria na década de 1980, persistindo nos dias atuais. Sua característica seria o aprofundamento desse processo, incorporando novas regiões à cadeia de proteína animal e colocando a indústria de processamento em posição de destaque. “A posição central de grãos no sistema alimentar tradicional tanto humano como animal, sua não-perecibilidade e a conseqüente capacidade de armazenagem e transporte, a centralização e especialização da produção de grãos na consolidação do sistema alimentar mundial – todos esses fatores contribuiram para consolidar o complexo de grãos, que veio determinar a própria natureza do sistema alimentar, ancorando-o em torno da reprodução de produtos e de sistemas de produção específicos” (WILKINSON, 1985, p.16). Desde 2001, a soja se tornou a *commodity* agrícola mais negociada em mercados de futuros internacionais, especialmente na Bolsa de Chicago. Estados Unidos, Brasil e Argentina são os principais produtores e exportadores de soja enquanto China e a União Europeia, os principais importadores.

A consolidação de um perfil internacional de mercado pressionou os atores por mais competitividade, deixando de lado, quando necessário, certa coerência nacional no que diz respeito ao setor agrícola. Neste contexto, tanto os estados como os demais atores do agronegócio tiveram papel importante na reestruturação da economia alimentar internacional

durante as negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Enquanto modelo hegemônico pelo sistema capitalista, não se trata de sistema estável. Os alimentos, enquanto mercadorias, possuem uma inserção específica na reprodução do capital, visto serem necessários para a reprodução da força de trabalho. É no contexto do capitalismo financeiro que o sistema alimentar passa por um processo intenso de centralização. A financeirização da riqueza tem relação direta com os processos de centralização que ocorrem no sistema alimentar global.

Após apresentarem valores mínimos históricos durante duas décadas, desde 2007 o preço dos alimentos elevou-se e tornou-se mais volátil (apesar da volatilidade e o aumento dos preços serem fenômenos distintos, Daviron *et al* (2011) sugere ser difícil analisá-los separadamente, de forma a entender o que está ocorrendo no mercado de alimentos). Entre 2007 e 2008, foi registrado um primeiro aumento dos preços em quase todos os produtos básicos. Após uma queda em 2009/2010, os preços voltaram a subir e a volatilidade segue sendo elevada (p.20-22).

O fenômeno da volatilidade de preços agrícolas não é algo totalmente incomum, dadas as especificidades dos alimentos enquanto mercadoria, como a questão da sazonalidade das safras. Porém, o que se verificou foi o aumento da flutuação (para além da sazonalidade), e do número de países afetados, havendo um encarecimento relativo, onde o preço das commodities se reposicionou em relação aos demais bens. Tanto Daviron *et al* como McMichael apontam para o aumento do preço dos alimentos como um indicador de futuras e duradouras situações de escassez nos mercados agrícolas (DAVIRON ET AL, 2011, p.10; MCMICHAEL, 2009, p.139).

O estudo dos regimes alimentares nos permite compreender, dentro da perspectiva histórica e geográfica, o papel da agricultura e dos alimentos no processo de acumulação do capital. No contexto da economia globalizada e financeirizada, da qual os sistemas agroalimentares também fazem parte, abre-se um debate sobre a possível o aprofundamento do regime alimentar baseado nas corporações. Nele, a gestão da segurança alimentar ficaria nas mãos não dos estados, mas das corporações transnacionais. Tanto no nível da produção como na comercialização, assistimos a transformações e reestruturações radicais. As gigantes corporações da alimentação e do varejo transformaram a economia agroalimentar, no que Friedmann (1993) denomina regulação global privada (GOODMAN & WATTS, 1997, p.3). No contexto do mercado global, a produção agroalimentar também ganha caráter mundial e a geografia da produção da soja, composta por grandes produtores e grandes consumidores de

grãos. Nesse contexto há também a hegemonia de empresas internacionais em setores como produção de agrotóxicos e sementes e na comercialização internacional, as chamadas *tradings*, ou empresas comerciais exportadoras, em português.

O processo de reestruturação do sistema agroalimentar pode ser compreendido em sentido múltiplo, na medida em que se dá de forma distinta a depender do país, do setor produtivo e demais especificidades. Porém, é possível identificar interconexões que ligam estas dimensões como a produção e a circulação de *commodities* agrícolas baseadas em altas tecnologias e na economia financeira. A padronização alimentar reflete e condiciona essa reorganização global na agricultura. Estas transformações também se caracterizam pelo processo de integração intrassetorial (ou seja, implica no entrelaçamento dos setores industrial, financeiro e de serviços) (MCMICHAEL, 2009, p.4).

Enfim, novas estratégias corporativas emergiram e os mercados ganharam importantes feições regionais e globais. Os mercados foram ganhando padrões globais e os sistemas de produção e distribuição viram uma intensa inter-relação entre capital local e transnacional, com inúmeros casos de fusões e aquisições de capital. Para Watts e Goodman (1997), a agricultura e a alimentação são temas que estão no coração da dinâmica capitalista. O retrato aqui apresentado do sistema agroalimentar contemporâneo nos faz afirmar a permanência da questão agrária, no contexto da economia política, tanto no sentido de pensar o desenvolvimento do capitalismo agrário e o lugar do campesinato, como para avaliar as formas pela qual a competição do mercado tende ao aumento de terras e à criação de excedente sobre ela assim como para avaliar a acumulação e os fluxos de superávit e, especialmente, as ligações entre agricultura e indústria.

Militante ecofeminista, Vandana Shiva também destaca o protagonismo das corporações no atual sistema agroalimentar, ressaltando os impactos especialmente em países produtores, como a Índia. Sementes, comércio internacional, processamento e varejo, distintos ramos, todos contam com forte protagonismo de corporações como Monsanto e as *tradings*, Nestlé, PepsiCo e Walmart. No que ela classifica como ditadura do alimento: “o chamado livre comércio trouxe a liberdade para as corporações, mas não para as pessoas. As corporações estão escrevendo as regras e se tornando os governantes”. Ressalta a importância de organizações multilaterais como a OMC na construção de normas e regras que favoreçam processos de abertura comercial que beneficiam a ação das empresas. Porém, também as corporações tem

protagonismo na construção desse ambiente normativo: “(...) não é apenas na OMC (...). O vice-presidente da Cargill foi designado para escrever a lei de comércio e agricultura dos EUA”¹⁶.

1.2 Modernização da Agricultura e transformações no espaço agrário brasileiro

As monoculturas ocupam, primeiro, a mente e depois são transferidas para o solo.
Vandana Shiva

Ainda que tenhamos como recorte temporal desta pesquisa os anos 2000, cabe aqui uma importante digressão que nos permita compreender os antecedentes desta virada de século. Em consonância com a retórica sobre a necessidade de aumentar a produção de alimentos em contraposição ao crescimento da população mundial, importantes transformações ocorrem na produção de alimentos na segunda metade de século XX. Estas transformações, de forma geral, foram marcadas pelo aumento da produtividade sem aumento de postos de trabalho no meio rural e com o avanço ou manutenção da concentração fundiária. No Brasil, estas transformações são conhecidas como *Modernização Conservadora da Agricultura*¹⁷.

Não entraremos no debate sobre modernização, moderno e modernidade, pois, para tanto, caberia aqui fazer uma longa *démarche* sobre estes conceitos. Vale destacar, porém, alguns pontos, que justifiquem utilizar o conceito de modernização para as transformações vistas nestas experiências de produção agrícola. A divisão social e técnica altamente organizada do trabalho é um dos princípios fundadores da modernização capitalista (ainda que não seja peculiar ao capitalismo) que apresenta um ensejo de progresso linear baseado em sua totalidade num planejamento racional. Esta forma de organização potencializa o crescimento econômico e a acumulação do capital. A tecnificação do modelo de produção objetifica a inteligência na máquina, tornando o trabalhador individual pobre; visto como “mão” – uma força meramente instrumental - e não como uma pessoa inteira. A modernização conservadora reforça no campo a separação entre a massa de produtores e o controle dos meios de produção (Harvey, 1989 p.100-101).

Porém, como a própria expressão negrita, há uma conjugação entre o moderno e o conservador. A transformação da agricultura brasileira com a modernização no regime de

¹⁶“Inimiga número um dos transgênicos, física indiana denuncia ditadura da indústria alimentícia”. Folha de São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2013/08/1331170-inimiga-n1-dos-transgenicos-fisica-indiana-denuncia-ditadura-da-industria-alimenticia.shtml>>.

¹⁷Conceito que se insere num debate mais amplo sobre teorias da modernização que impactaram outros campos do conhecimento e esferas da vida. Busca ressaltar que, a despeito da incorporação de novas técnicas, trata-se de um processo que não alterou profundamente a estrutura social existente no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1986, p.8).

acumulação capitalista não descartou feições conservadoras da dimensão agrária. A conjugação de um binômio supostamente contraditório (moderno e arcaico) mostra como passagens de uma organização sistêmica para a outra não destrói todas as estruturas anteriores ao “criativamente” gestar o “novo”; o velho traz as bases para o novo. A organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, é, em verdade, base política de sustentação ao projeto de modernização conservadora¹⁸” (DELGADO, 1985, p.60).

Em verdade, antes mesmo do referido processo de *modernização conservadora*, o campo brasileiro já começara a passar por transformações no campo técnico, com aumento da tratorização e insumos industriais. A revolução contemporânea agrícola que vivera o mundo rural fora marcada pela forte motorização-mecanização, seleção de variedades de plantas e de raças de animais com maior potencial de rendimento, intensa utilização dos fertilizantes, etc. “Os ganhos de produtividade agrícola obtidos dessa forma foram tão rápidos e tão elevados que ultrapassaram os da indústria e do setor de serviços. (...) [e levaram a uma] forte queda dos preços agrícolas reais” (MAZOYER& ROUDART, 2010, p.28). O contexto no qual estas transformações se dão é de fraquezas e necessidade, desde a perspectiva da destruição criativa, de descobrir novas fronteiras e formas de acumulação.

Essa mudança na base técnica se dá a partir do após a 2ª Guerra Mundial. Nesse momento de modernização agropecuária, registra-se a elevação dos índices de tratorização e de consumo de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), estimulada e facilitada pelo governo e por empresas norte-americanas. Datada da década de 1950, estas inovações apresentam um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de insumo e outros meios de produção industriais¹⁹.

Em seguida a este processo de mecanização do campo, presente mais vigorosamente nos países desenvolvidos, mas também em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento, a agricultura no mundo é marcada pelo processo conhecido como Revolução Verde, a partir dos anos 1960, que pode ser compreendida como a base ideológica do modelo do agronegócio (MENDONÇA, 2013, p.96; MAZOYER& ROUDART, 2010, p. 27).

Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtores de

¹⁸ Ao mesmo tempo em que podemos destacar vários impulsos do Estado para avançar na modernização do campo e na construção de uma agricultura capitalista do campo, também ocorreram incentivos fiscais e financeiros – não relacionados a transformações de base técnica e produtiva – para a manutenção das grandes propriedades.

¹⁹ Delgado mostra que, ao mesmo tempo em que, ao mesmo tempo em que crescem os índices de exportação do setor agrícola, também verifica-se o aumento consideravelmente das importações relacionadas a este setor (seja de meios de produção para a agricultura seja de produtos agrícolas para outros setores) (DELGADO, 1985, p.28-33).

tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle de água de irrigação e da drenagem, a |Revolução Verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos de bonificação dos juros de empréstimo e de investimento em infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.29).

O Brasil também viveu estas transformações. Mendonça destaca que o Brasil começou a receber, assim como outros países, recursos de governos, de agências das Nações Unidas e empresas de setores envolvidos com a modernização da agricultura, como Bayer, Chevron, Dow Chemical, Esso Engineering, Hoeschst, Monsanto, Shell, entre outras empresas que ainda permanecem no setor. A autora também destaca que houve medidas governamentais e de instituições privadas que intensificaram a apropriação da renda da terra. Fundações privadas como a Fundação Ford e Rockefeller em consonância com a Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos da América (USAID) e o Banco Mundial (BM) impulsionaram a Revolução Verde. (SHIVA, 1991 *apud* MENDONÇA, 2013):

A partir de 1952, as fundações Ford e Rockefeller passaram a financiar e promover pesquisas e treinamentos com base neste pacote tecnológico em vários países. Outra estratégia de difusão desta política foi a concessão de bolsas de estudo para pesquisadores estrangeiros estudarem em instituições norte-americanas. (...) Na América Latina, essa política teve início no México, onde, em 1945, a fundação Rockefeller atuava junto ao Ministério da Agricultura. (...) Com isso, o governo passou a financiar a exportação e a utilizar o discurso de “ajuda alimentar” para inundar o mercado mundial de grãos, gerando dependência e destruição da agricultura local em muitos países. Além desta prática no mercado de grãos, conhecida como dumping, empresas do agronegócio estadunidense intensificaram a exportação de capitais. Isto significou a implantação de empresas subsidiárias, em diversos países, para produzir insumos contidos no chamado “pacote tecnológico” da “revolução verde” (MENDONÇA, 2013, p.98).

Diversas áreas agrícolas vão ganhando uma unicidade técnica, marcando um novo momento da história humana, como destaca Santos (2005): “Na aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Hoje, observa-se por toda a parte, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização” (p.46). Este novo modelo agrícola no mundo vai configurando e internacionalizando o que hoje é solidamente reconhecido como *agribusiness*.

Mendonça (2013) destaca que esta palavra foi utilizada pela primeira vez no ano de 1955, buscando incorporar num conceito único uma totalidade de operações, desde as da porteira para dentro, ou seja, na própria fazenda, até as fora dela, como a manufatura, a distribuição de suprimentos agrícolas, o armazenamento, processamento e a distribuição de *commodities* agrícola e produtos derivados. Assim, o setor incorpora desde os proprietários de terras e agricultores que podem passar a ser percebidos como empresários, como os donos de indústrias, associações de empresários, instituições de pesquisas, universidade, grupos de lobby e setores do próprio governo – apoiando estudos e políticas de regulamentação e comércio favoráveis ao setor e o chamado “sistema do agronegócio” a partir de sua integração com empresas de transporte, armazenamento, comercialização e financiamento. O avanço do agronegócio se dá no contexto pós 2ª Guerra Mundial e em momentos posteriores é exportado para o conjunto de países da América Latina (p.51-58).

Na América Latina, a base política e ideológica para a expansão deste conceito contou com a criação do *Latin American Agribusiness Development Corporation* (LAAD) por empresas e pelo governo estadunidense (ROSS, 2000 *apud* MENDONÇA, 2013, p. 60). Sua criação coincide com a difusão do programa “Aliança para o Progresso”, criado pelo presidente estadunidense John F. Kennedy, no contexto da Guerra Fria e do desejo de interceptar a influência da revolução cubana. O LAAD tinha como uma de suas principais financiadoras a empresa Cargill, líder na lista das grandes empresas exportadoras de *commodities* agrícolas na atualidade.

A leitura de que os arranjos camponeses que poderiam ser replicados a partir da reforma agrária eram ineficientes também justificou ideologicamente a ação de empresas multinacionais na agricultura. No caso indiano, todavia, Shiva (2013) destaca, por exemplo, que no período anterior à adoção deste modelo, a produtividade agrícola na Índia era mais abundante e diversificada. A escassez de alimentos se agrava na medida em que prevalecem os monocultivos e a dependência de insumos industriais produzidos por empresas estrangeiras, causando redução da fertilidade do solo e da diversidade genética. Como veremos adiante, a incorporação deste modelo na América Latina foi marcada pela concentração e centralização de capitais multinacionais, principalmente no setor de maquinários, insumos químicos e processamento de alimentos.

Em consonância com o paradigma da Revolução Verde, outro processo que marca a modernização conservadora é a formação dos complexos agroindustriais (CAI's). Assim, sobretudo nos fins dos anos 1960 e início da década de 1970, é a Revolução Verde e o CAI que,

amparados na centralidade do Estado, marcam complementarmente esta primeira grande onda de modernização do campo brasileiro²⁰. Uma segunda onda de modernização se dá a partir da década de 1990, se caracteriza pela emergência da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) que abordaremos futuramente.

Assim, as mudanças técnicas verificadas neste processo de modernização, consolidaram um novo modelo, o Complexo Agroindustrial, marcado pelo estreitamento da agricultura, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícola e, por outro lado, com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. O termo ressalta a impossibilidade de explicar a agricultura de forma isolada das outras atividades. Estas transformações incorporam o processo de “Modernização Conservadora”. Apesar de ter como foco principal a agricultura, este processo de modernização vai além e influencia todo o uso do território em questão, que passa a ser cada vez mais dotado de técnica e ciência, em consonância com o que Santos classifica como período técnico-científico (FREDERICO, 2010). Delgado destaca que a integração de capitais não ocorre apenas na integração agricultura-indústria, mas também em uma linha de diversificação das aplicações do grande capital conglomerado no mercado de terras (DELGADO, 1985, p.13).

Em síntese, podemos afirmar que a implantação no Brasil das primeiras indústrias de tratores e a tratorização da produção no final dos anos 1950 lança as bases enquanto marco inicial desta industrialização. Já num segundo momento, vê-se industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção. Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realize com o suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o

²⁰ A modernização da agricultura também teve forte impacto no debate da reforma agrária. Muitos teóricos defendiam a reforma sob um ponto de vista econômico. Era necessária para pôr fim a estrutura colonial e prover maiores rendimentos à atividade agrícola. Na medida em que a nova agricultura intensiva em capital apresenta aumento de produtividade e de rendimentos, esta premissa cai por terra. A modernização da agricultura tem grande impacto no debate sobre a reforma agrária e o papel da pequena produção de alimentos. A agricultura começa a deixar de ser vista como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, passou a ser peça chave para este desenvolvimento, na medida em que começa a contribuir para a queda no preço dos alimentos. Os argumentos em favor da reforma agrária, estritamente econômicos e produtivistas, começavam a perder sentido (ABRAMOVAY, 1990, p. 117).

aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital²¹ (MENDONÇA, 2013, p.108).

As noções de cadeias e complexos são relevantes para superar a análise segmentada sobre a agricultura. Estes conceitos passam a ser utilizados a partir do final dos anos 1950, ao se compreender que era necessário entender a agricultura e seu peso socioeconômico, para além da atividade agrícola, considerando-a em seu conjunto. O conceito de cadeia faz referência ao fato de que os produtos agrícolas teriam fluxos ou etapas e estes elos criados entre as etapas não são apenas elos de deslocamento físico, mas passam também por determinações tecnológicas e financeiras²². Já a noção de complexo objetiva entender as relações internas da atividade agrícola e não agrícola; enfoca, assim, encadeamentos mais complexos, indo além da análise de fluxos (MAZZALI, 2000).

A agricultura brasileira segue sua inserção no mercado internacional marcada pelo aumento da participação, na pauta de exportações, de produtos agrícolas e um perfil de atuação do Estado, em que o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia. É também característico deste período o processo de integração de capitais, tanto pela concentração como centralização²³. Já aí, verifica-se o aumento da relação entre o capital financeiro e o sistema produtivo, a partir da fusão dos interesses industriais, comerciais e bancários, culminando, evidentemente, em um aumento do grau de concentração da produção: 18,72% do valor total da produção agropecuária e florestal concentrava-se em pouco mais de 50 grandes unidades centralizadoras de capital no campo. As mudanças na base técnica e o novo desenho de um sistema financeiro devem ser compreendidos como fatores relacionais, que contaram com a associação de grupos sociais: o grande capital, o Estado e proprietários rurais (DELGADO, 1985; MAZZALI, 2000).

Importante componente para compreensão destas transformações foram os padrões financeiros adotados. O crédito é um instrumento vital para o setor produtivo agrícola. Assim, Delgado destaca a importância da estruturação de um sistema de crédito pelo Estado para a alavancagem desta modernização no campo. Outros padrões do sistema financeiro apropriados

²¹ Mendonça (2013) sugere que a crescente superioridade do capital aplicado em meios de produção sobre o aplicado em mão de obra tenderia à queda da taxa média de lucro.

²² De forma geral, o conceito de cadeia é utilizado por produto. Este recorte é útil ao permitir ver conexões técnicas, mas é importante considerar que um mesmo agente pode estar em diferentes cadeias e que nem tudo que se passa num território se explica por causa de uma cadeia.

²³ Lenin (2012) em *Imperialismo* ressalta a importância desempenhada pela concentração e centralização de capitais como elementos do capitalismo financeiro. Segundo Marx (2013), a concentração de Capital é uma tendência central do modelo capitalista; acelera-se a concentração de capital em paralelo ao crescimento da economia. A centralização define mais especificamente o processo, também fundamental do sistema, no qual grandes capitais apropriam menores, na lógica da concorrência capitalista.

para essa alavancagem foram a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, patrocinada pelo II PND e uma certa folga cambial nas transações externas que possibilitam a introdução maciça das transformações da base técnica da agricultura. Assim, é o final dos anos 60 que é considerado como marco de constituição do chamado CAI (p.33-34). Todos estes fatores são protagonizados pelo Estado, o que mostra seu protagonismo na esfera normativa para impulsionar essas transformações.

Mesmo já podendo observar transformações no sentido da modernização da agricultura, para Delgado (1985) a década de 1960, especialmente o 1965, é um ponto de inflexão do desenvolvimento agrícola, marcando a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR): A modernização já ocorria exemplificada pelos indicadores de tratorização e consumo de NPK nos anos 50. Todavia, as políticas agrícolas que antecedem o SNCR como os institutos isolados de produto – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Comissão Especial da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) tinham como objetivo maior a mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos. Essa política não abrangia o conjunto do setor agrícola, mas unicamente os setores ligados ao modelo primário-exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna. Buscava-se, predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, em plena ênfase na década dos cinquenta e parte dos sessenta, com a obtenção de divisas a partir das exportações agrícolas para viabilizar o processo de substituição de importações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais. Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da mercadoria rural em geral (p. 20-21).

A década de 1970 marca este processo de intensificação do desenvolvimento capitalista no campo, quando houve maior densidade e velocidade de penetração das formas avançadas de desenvolvimento capitalista em diversas esferas da vida. Ao ser montado um setor de bens de capital e insumos básicos – como resultado tanto de uma política de Estado no Pós-Segunda Guerra e do movimento de internacionalização do capital produtivo, capitaneado pelas empresas multinacionais – o sistema econômico foi adquirindo graus crescentes de complexidade e integração com a economia mundial (DELGADO, 1985, p.51-52).

É pelo SNCR que, de 1969 a 1976, o crescimento dos empréstimos bancários atingiu a média de 23,8% ao ano de crescimento real. Entre 1979 e 1969, a demanda por crédito rural cresceu com uma média anual em termos reais de 17,5%, considerada bastante elevada.

Delgado destaca que a procura por crédito teve rebatimento na oferta de fundos, sobretudo pelo fato das taxas de juros serem praticamente fixas e bastante abaixo da taxa inflacionária. Como consequência, houve a criação ativa de moeda bancária pelo Banco do Brasil, impactando a oferta de moedas. Porém, essa situação era viável apenas aliada a uma conjuntura de crescimento econômico que deixou de ser visto nos anos subsequentes, revertendo as condições que permitiam essa expansão do crédito e de outros programas de financiamento. A solução oficial passou a ser elevar os juros e reduzir a liquidez para a aplicação no crédito rural, considerada uma política recessiva para a agricultura. A consolidação desse modelo moderno-conservador na agricultura se deu em grande medida devido a este contexto de crescimento e de grande liquidez no mercado internacional (DELGADO, 1985, 73-74).

Porém, já na segunda metade dos anos 1970, revertem-se as condições econômicas que viabilizaram a política do crédito. No momento de recessão e de crescimento da dívida brasileira em decorrência da alta do dólar, este crescimento retrai. A crise econômica do final da década de 1970 que deu novos contornos à economia política internacional também repercutiu no desenvolvimento agrário brasileiro. Altera-se o papel proeminente que vinha desempenhando o estado na execução de políticas em grande medida propiciadas pela oferta de recursos a baixo custo no mercado financeiro (DELGADO, 1985, p.55). No contexto da alta do dólar, a partir da crise de 1979 – um marco na geografia do desenvolvimento do capital - as taxas de juros do mercado internacional começaram a se elevar e dificultaram a captação de novos recursos para investimentos produtivos.

O que se vê em sequência deste grande marco da economia política internacional é a paulatina adoção de pacotes neoliberais que tiveram seu ápice na realização do Consenso de Washington. Para muitos teóricos, como os da corrente da dependência, o novo consenso neoliberal atualiza as relações Centro-Periferia que historicamente marcaram as relações internacionais com um perfil de colonialidade: “A partir de 1979-80 inicia-se uma mudança de estratégia do crescimento agrícola (...) revelando sinais de uma nova onda de centralização do capital, sob a égide de novos protagonismos do setor financeiro (...)” (DELGADO, 1985, p.56).

Silva (1988), ao reconhecer o caráter excludente da modernização, destaca que ela foi também um processo de concentração da renda e de geração de miséria. Neste contexto, caberia à pequena produção um papel cada vez menor, pois se desligaria do papel de alimentar a população das grandes metrópoles. Já Oliveira (1996), a partir de distintas abordagens, mostra que, no bojo das contradições do capitalismo, a modernização na agricultura tem coexistido com formas camponesas de produção que pode se relacionar de formar distintas com o modelo

capitalista no campo. Este processo de modernização se dá de forma diferenciada em distintas regiões, não sendo um processo que homogeneiza o espaço (p.8).

Porém, em meio a essas transformações que buscaram hegemonizar o campo brasileiro, é importante destacar a perspectiva de Oliveira (1996), segundo a qual o desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório e desigual e é devido às suas contradições que podemos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, a presença das relações de trabalho não capitalistas. O próprio capital recriaria essas relações não capitalistas de produção em seu processo de reprodução. Nesse sentido, as categorias latifundiário e campesinato não estariam fadadas a extinção, pois devem ser entendidas como de dentro do capitalismo e não de fora deste. “(...) a produção do capital nunca (...) decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. (...) estas são na essência o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1995, p.2)²⁴.

1.3 Bases políticas do neoliberalismo no Brasil e a consolidação da economia agromineral: os anos 2000

De forma geral, novos padrões emergiram na produção alimentar que passou na década de 1990 por novo processo de tecnificação e cientificação de sistemas, onde a informação torna-se um importante elemento viabilizador e organizador da agricultura. A produção de conhecimento na área da biotecnologia animal e vegetal representou novas possibilidades de adequação dos insumos agrícolas às necessidades industriais; caracterizando-se como revolução tecnológica, com um potencial de destruição criativa²⁵, na reorganização e rejuvenescimento de setores tradicionais. Ambos os períodos de forte transformação reforçam a relação entre agricultura e industrialização, fazendo com que o processo produtivo não seja mais controlado pelo agricultor (MAZZALI, 2000, p.30; OLIVEIRA, 1996, p.6).

²⁴ Apesar de não dialogar diretamente com o debate acerca da reprodução do campesinato enquanto categoria social, Mazzali (2000) ressalta que todo este processo de modernização não homogeneizou o espaço nem o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

²⁵ Segundo Harvey (2013) “A imagem da destruição criativa é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?” (p.26).

Uma nova onda de modernização do campo marca os anos 90 e se caracteriza pela emergência da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000). Abre-se um novo leque de reflexão teórica, na medida em que aquela atividade econômica que era sinônimo de atraso combinava agora traços de modernização com a conversão de estruturas mais “arcaicas”; a agricultura se tornava espaço fértil para a acumulação do capital. Destaca-as aí uma nova onda de modernização calcada na biotecnologia que trata transformações na estrutura do sistema agroalimentar. O setor apresenta transformações tanto a montante – visto que a indústria química está consolidando a liderança no campo das sementes, com altas técnicas – como a jusante - o setor químico-farmacêutico mudou seu papel de abastecedor de aditivos para o de produtor de ingredientes. Setores-chave do sistema são portanto assimilados dentro do complexo químico-farmacêutico, fazendo emergir uma bioindústria. Este novo sistema calcado na biotecnologia se encontra sob domínio do complexo americano de cereais/soja. Ou seja, o aumento da relação com a indústria química e menor subordinação a insumos agrícolas fez do sistema alimentar ver mudanças e contribuiu para o aumento da produção em grande escala (WILKINSON, 1985, p.9-11).

(...) as leis coercitivas da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem sua lucratividade com relação à média social, levando todos os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção. (...) o capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo. O efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passados. A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital (HARVEY, 2013, p.102).

O crescimento e consolidação da economia do agronegócio brasileiro não é um fenômeno linear. Delgado (2012) sugere que a década de 1980 marca um retraimento deste modelo, com o fechamento de um ciclo de modernização técnica conservadora. Entre 1983 a 1993 há uma primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recursos aos saldos comerciais oriundos do setor primário; entre 1994-1999, folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento e finalmente dos anos 2000 até os dias atuais vemos um relançamento da estratégia de reprimarização da pauta de exportação a qualquer custo²⁶.

²⁶Há em voga um interessante debate sobre se a economia brasileira está de fato se reprimarizando, ou não. É importante compreender a totalidade da economia, ou seja, entender que a reprimarização da pauta de exportações não equivaleria, automaticamente, à reprimarização da economia como um todo. Especialmente nos últimos anos, o Brasil viu crescer seu mercado interno, impulsionado pelo crescimento do poder de compra da população (todo o debate acerca do nascimento da classe “c” tenta também dar conta desse debate) que, inclusive, é apresentado como um dos fatores que impulsionou o crescimento da economia brasileira mesmo em momentos de crise internacional.

Já na crise cambial da década de 1980, foram adotadas medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que, embora não tivessem como objetivo estratégico configurar no campo econômico um embrião ao apelo à exportação de *commodities* como via de equação do déficit persistente nas transações externas, irão nessa direção. Os acontecimentos político-econômicos da década precedente são centrais para compreensão dessa nova guinada do sistema agroalimentar no Brasil. Em meio à crise fiscal de 1980, que pôs em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial inaugurado nos anos 1960, o Estado abandonou o papel de financiador e articulador deste processo. As profundas mudanças nos contextos econômicos, nacional e internacional, reverberam na forma de organização do sistema agroalimentar brasileiro (DELGADO, 2012, p.77-78).

O escasseamento do crédito subvencionado à agricultura e a crescente exigência de autofinanciamento influenciou as relações financeiras com o setor rural ao longo da década de 1980 de forma a contribuir com os índices de concentração da produção das empresas socialmente organizadas. Outro desdobramento da crise do crédito são as modalidades de relacionamento direto de fornecedores e agroindústria, com as modalidades de “compra antecipada”, com contratos privados de soja e milho em equivalente-produto e com contratos formais de integração entre fornecedores e agroindústrias (experiência vista com maior frequência no sul do país) (DELGADO, 2012, p. 19). Diversas mudanças nas regras financeiras determinadas pelo Conselho Monetário fiscal a partir de 1981 evidenciaram o ensejo à paulatina privatização do Sistema de Crédito Rural, a partir da defesa ideológica da regulação dos juros pelo mercado financeiro (DELGADO, 1985, p.74).

Estas estratégias irão de fato marcar a década seguinte, visto que os anos 1990 foram marcados pela desregulamentação da agricultura, pela hegemonia de estratégias de desenvolvimento neoliberais orientadas para a exportação e pelo reconhecimento da globalização da economia mundial agroalimentar²⁷.

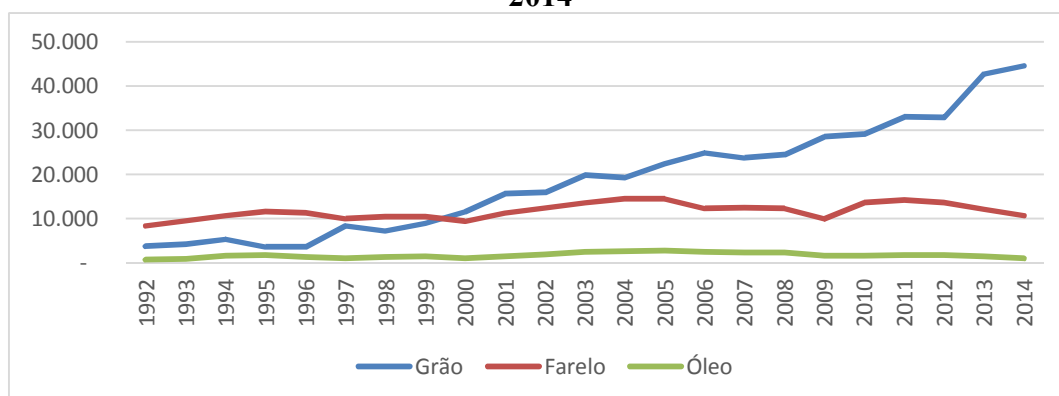
²⁷ Watts e Goodman (1997) afirmam que há complexas transformações na economia alimentar mundial desde a década de 1970. Curiosamente, é também próximo a esta década que vemos a abertura de novos fronts agrícolas para a acumulação do capital, baseado na abordagem da Revolução Verde. Kautsky já falava que as mudanças impulsionadas pela competição e integração de mercados transforma a agricultura em grande parte pela formação de conglomerados de diferentes empresas e através do aprofundamento de sua migração. Com a internacionalização das indústrias, boa parte das transações importantes se dá dentro das firmas (entre filiadas). Outra transformação verificada diz respeito à “velha” ou clássica divisão internacional do trabalho dentro do sistema agroalimentar, com a emergência de alimentos de alto valor e novos países produtores de bens agrícolas. Embora identifiquemos essa globalização dos sistemas agroalimentares, com empresas gigantes, vale destacar que análises totalizantes da globalização correm o risco de obscurecer a heterogeneidade territorial e estruturas herdadas que mediam o local/global.

Em termos de produção e distribuição, diversas transformações podem ser apontadas tais como a radical reestruturação da economia alimentar, sendo crescentemente gerida pela demanda global e pela internacionalização da indústria agroalimentar. A ascensão de formas de organização corporativa e a reconfiguração da produção internacional fazem do debate sobre o sistema agroalimentar não apenas uma questão contemporânea, como também estratégica. Em 1999, uma nova crise cambial abate a economia brasileira. Assim, o fim dos anos 1990 marca a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado (DELGADO, 2012, p.89).

De forma geral, a década foi marcada pela privatização crescente dos fluxos internacionais de tecnologia, que se caracteriza pela predominância de alianças oligopólicas de caráter nacional ou regional (MAZZALI, 2000, p.29). Como ressalta Harvey (2004), em relação aos conceitos de fase superior e final do capitalismo, utilizados por Lenin (2012) e Luxemburgo (1985) para classificar o capital monopolista, aquele momento histórico era apenas uma verificação primeira de uma tendência que se seguiria ao longo da trajetória de desenvolvimento do capitalismo. Tratava-se, assim, mais de um começo do que propriamente de um fim.

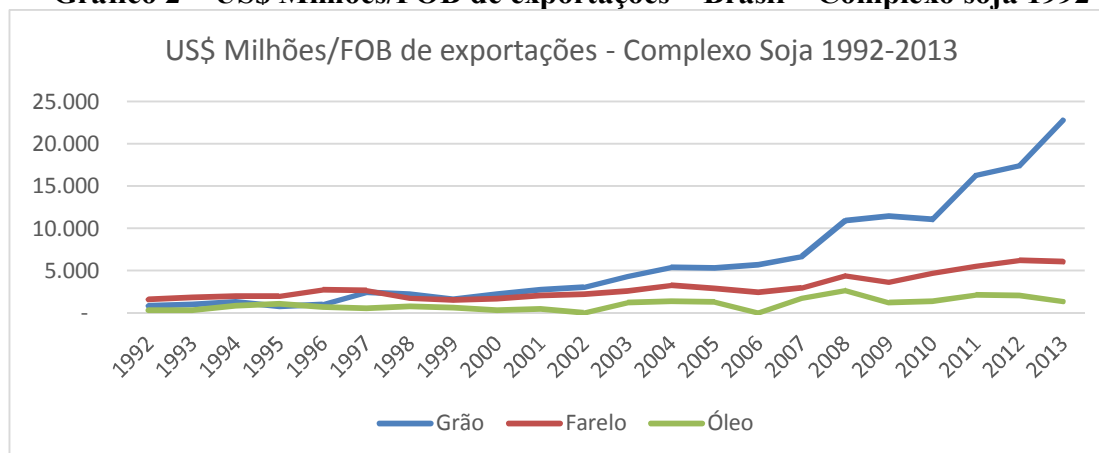
Neste contexto, a partir dos anos 2000 a pauta passa, aí sim, por um processo de reprimarização: - esse novo momento do agronegócio já se dá no pós reformas neoliberais e apresentará características deste modelo. O neoliberalismo desmontou importantes estruturas de fomento produtivo. Enfim, “todos esses fatos e modificações das condições internas e externas do Estado e da economia alteraram substancialmente a estratégia econômica do regime anterior. Essas mudanças alteram substancialmente as condições de acumulação de capital e expansão agrícola relativamente ao estilo do período 1965-1985” (DELGADO, 2012, p.78). Dados sistematizados sobre a cadeia de grãos exemplificam sobremaneira o que vem sendo exposto.

Gráfico 1 – Volume (em 1.000 ton) de Exportações – Brasil –Complexo soja 1992-2014



Fonte: ALICEWEB/MDIC

Gráfico 2 – US\$ Milhões/FOB de exportações – Brasil – Complexo soja 1992-2013



Fonte: ALICEWEB/MDIC

Os gráficos acima mostram, no caso do complexo da soja, um expressivo crescimento na pauta de produtos básicos, que não foi acompanhando de um crescimento de mesma intensidade de outros subprodutos da *commodity*. Delgado (2010) sugere que esta foi uma tendência geral na pauta de exportações brasileira para o período:

(...) o sucesso aparente da solução exportadora [em relação à crise econômica do final dos anos 90 significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010. Se somarmos aos produtos básicos os “semifaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias – “básicos” + “semi-elaborados” evoluirá de 44% no período 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados envolverão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4% da pauta (DELGADO, 2010, p.114).

Tanto o sistema de crédito, como o mercado de futuros, juntamente com a conformação de complexos agroindustriais, são entendidos por Delgado (2012) como componentes chaves para analisarmos o agronegócio na fase atual. Faz, assim, uma relação entre a economia do agronegócio por ele debatida e o processo de financeirização da economia (a ser debatido no capítulo seguinte), visto que o crédito tem importância ímpar não apenas na agricultura, como também no capitalismo financeiro. Delgado chama de reestruturação da economia do agronegócio no Brasil, o período que se dá após a redemocratização, onde ocorre a emergência de instrumentos privados de crédito de produção e comercialização, com redução dos estoques

públicos. O autor ressalta uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura representada pela integração de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro de corporações no âmbito da política governamental (DELGADO, 2012, p.29).

Na medida em que o preço da terra relaciona-se fortemente, ainda que não somente, com a expectativa de renda em cima dela, o novo boom do agronegócio verificado na década de 2000, levou também a uma intensa valorização das terras agropecuárias, indo ao revés da tendência decrescente do preço da terra, verificada nos anos 1990. Para Delgado (2012), “(...) a formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas sempre se constituíram nos ciclos fortes de expansão agrícola – como o atual -, em processos peculiares de associação dos grandes proprietários com as agências de Estado encarregadas da política fundiárias” (p.70). Esta visão ratifica os dados coletados em campo que enfatizam a prática grileira no território de fronteira mato-grossense.

A grilagem poderia ser entendida como um tipo de espoliação no território brasileiro. O que se vê neste período é uma arbitragem público-privada de captura da renda social, sob regulação prévia do regime de propriedade. Isto porque uma análise dos Planos de Safra sugere forte elevação do crédito rural (elemento importante para garantia de rentabilidade sob a terra), sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos, retorno da política de garantia de preços sob novas bases, taxa de câmbio mais favorável em comparação ao período anterior e forte incremento das exportações. Isto, junto ao novo boom de commodities verificado em nível internacional, explicaria para o economista este novo ciclo de valorização do preço da terra (DELGADO, 2012, p.71-73).

Nesta nova estrutura produtiva agroindustrial em rede, as corporações transnacionais começam a ganhar papel de destaque:

O grande conteúdo em informação promove um controle mais restrito e hierárquico da produção; as grandes empresas mundiais, exportadoras de grãos e fornecedoras de insumos, passaram a ter um maior poder de regulação, ao mesmo tempo em que o Estado – principal financiador e articulador do modelo de modernização via CAI [Complexos Agroindustriais] – passou a ter um papel menos proeminente. A ausência do Estado se deve em grande parte à crise econômica/fiscal sofrida durante a década de 1980 e à introdução das políticas de ideologia neoliberal (FREDERICO, 2010, p.34).

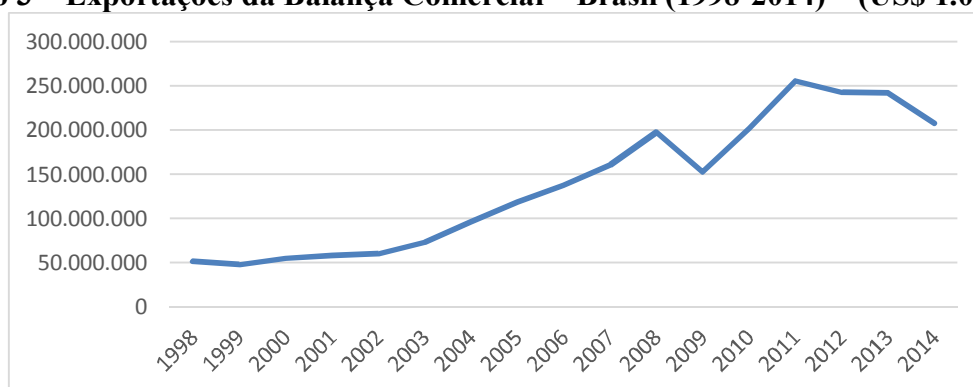
(...) o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com

participação ou com o beneplácito do Estado, durante governo militares ou civis (OLIVEIRA, 2004: 62).

Estevam e Stedile (2013) destacam que neste modelo do capital na agricultura hegemônico pelo padrão do agronegócio gerou como umas de suas principais mudanças o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais que controlam o preço dos produtos a partir de sua atuação nos mercados nacional e internacional.

A flexibilização na produção e em estratégias de mercado, declinando regulações nacionais emergiram nos sistemas agroalimentar, especialmente no campo da indústria. (MCMICHAEL, 2009, p.4-5). Importante regulamento institucional para que a agricultura trilhasse este caminho foi a Rodada de Doha, em 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que decidiu que a produção agrícola constituía-se de bens como outros quaisquer e, nesse sentido, caberia aplicar a este setor as diversas regras de competição já utilizada no âmbito da organização. Sem mecanismos de proteção, cria-se ambiente regulatório propício para o avanço do padrão da agroindústria capitalista, originário em países do Norte Global, sob formas tradicionais de agricultura, como a agricultura familiar (AMIN, 2013). No gráfico três é possível perceber o aumento verificado nos valores das exportações sobretudo nos anos 2000. Enquanto em 1998 as exportações alcançavam um valor total de 51.139.862 dólares, em 2008, há o ápice de 197.942.443, ou seja, um valor quatro vezes maior do que o registrado quatro anos antes. Apesar da queda registrada no ano seguinte, em 2009, em 2010 o valor total exortado pelo Brasil volta a subir.

Gráfico 3 – Exportações da Balança Comercial – Brasil (1998-2014) – (US\$ 1.000/FOB)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secretaria de Comércio Exterior – DEPLA (12/01/15)

1.4 A economia do agronegócio no Mato Grosso

A figura do agricultor não existe aqui. Aqui são empresários rurais, não são agricultores.

As transformações acima descritas não dizem respeito à totalidade dos padrões agrícola brasileiros. Pelo contrário, nosso setor rural é marcado por forte heterogeneidade e experiências que não foram incorporadas/ficaram à margem desse padrão de produção herdado do padrão colonial; o que Santos (1996) chama de rugosidades²⁸. O processo acima se concentrou regional e socialmente em sua maior parte em zonas do Sudeste e Sul e também posteriormente no Centro-Oeste brasileiro²⁹, onde concentramos nossos esforços analíticos. Entender transformações numa escala global e aceitar a premissa conceitual do sistema-mundo não significa desconsiderar o local na leitura da realidade. Pelo contrário, a dimensão global-nacional-local marca a compreensão das últimas décadas e entender a constituição de funções específicas para lugares diferentes nos traz elementos para fazer a grande figura da realidade que tenta ser apreendida na ciência social.

O caráter expansionista da destruição criativa do capital tem uma inquestionável dimensão geográfica na procura de novos mercados, novas fontes de matérias-primas, na incorporação de novas forças de trabalho. Enfim, na busca por novos locais e mais lucrativos de operação e produção, novos espaços são “abertos”. Esses movimentos transformam ou reforçam/intensificam a divisão territorial e internacional do trabalho e da produção (HARVEY, 2013, p.103).

A partir da segunda metade do século XX, o Centro-Oeste brasileiro passou por inúmeras transformações e recebeu grande fluxo migratório. A “marcha para o centro-oeste” consorciava tanto interesses de precursores sulistas nordestinos, mineiros e paulistas submergidos por programas militares que buscavam incorporar a dinâmica do capital já experimentada nas regiões Sul e Sudeste a outras regiões periféricas do país com as empresas de capital internacional que compunham a rede de interesses da Revolução Verde. Migravam para a região central do país, tanto grandes fazendeiros que já eventualmente dirigiam empresas importantes ou ocupam espaços de poder político de destaque como também pequenos proprietários de terra ou trabalhadores sem-terra. Logo, porém, a dinâmica da modernização agrícola e as históricas questões fundiárias serviram de base para a expulsão de muitos

²⁸ Conceito desenvolvido por Milton Santos, rugosidades tratam-se das marcas das ações humanas e das sociedades impressas no espaço geográfico. As rugosidades registram as ações humanas e algumas delas se mantêm ainda hoje, carregando em si sua história (SANTOS, 1996).

²⁹ A região de fronteira agrícola denominada BAMAPITO (Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins), que tem seu início de expansão nos anos 1990, continua sendo importante região produtiva nos moldes do agronegócio em franca expansão.

camponeses (SILVA, 2005). No início da migração destes agricultores, a cultura inicial que predominara era a do arroz.

No contexto do avanço da fronteira agrícola, a construção de novas rodovias, como a BR-163, favoreceu e viabilizou o fluxo de migrantes para as “novas cidades de fronteira” da região e de grandes empresas (BERNARDES, 2004; SOUZA, 2013, p.45). O eixo da BR-163 compreende uma das regiões mais importantes da região amazônica. A instalação da rodovia, um polêmico projeto que corta a Amazônia ao meio, levou e ainda tem levado a uma nova estruturação do espaço, escoando a soja produzida na região para outras partes do mundo (BERNARDES, 2006, p.14-16)³⁰.

Para Bernardes, diversas ações do governo

(...) foram definidas e apresentadas como programas viabilizadores da “reforma agrária” e de promoção da política agrícola, embora estivessem associadas à expansão da fronteira econômica baseada na concessão de incentivos fiscais e financeiros a grandes empreendimentos capitalistas estabelecidos na região. Essas políticas, que incluíam projetos de colonização, contemplando a transferência dos trabalhadores rurais para áreas da Amazônia Legal, também tinham como objetivo desmobilizar os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, com vistas à eliminação dos conflitos que vinham se acirrando no campo em fins da década de 60 e início dos anos 70 (BERNARDES, 2007).

A ocupação do Centro-Oeste pode ser compreendida enquanto uma política territorial de Estado. Por exemplo, tanto o I como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) contribuíram para organização de linhas básicas de operacionalização e funcionalidade do cerrado. Criados em 1975, no contexto do II PND, o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foram basilares na incorporação do cerrado ao processo de modernização conservadora, pois viabilizaram financiamentos para criação de suporte físico e tecnológico adequado às transformações do cerrado. Os recursos foram aplicados em aberturas de estradas vicinais, construção de estruturas logísticas como armazéns e silos, iniciativas de pesquisa, unidades de beneficiamento, frigoríficos, distritos industriais e linhas de crédito rural. Todas estas ações objetivavam incorporar as áreas de cerrado na lógica do CAI já experimentado no eixo Sul-Sudeste (SILVA, 2005).

³⁰ O movimento do cerrado rumo a Santarém não é o único e não se resume a uma atividade econômica. Castro et all destaca outros deslocamentos tais como produtores familiares oriundos da Transamazônica, de Santarém a Altamira que ocupam terra em direção ao Sul da BR 163 ou pela transgarimpeira e a expansão da pecuária, fluxos de capital oriundos de TO, GO e MG e sua relação com frigoríficos e empresas de laticínios, em direção à Marabá, Xinguara e Redenção em direção a São Félix do Xingu” (CASTRO et all, 2008, p.7).

Outros incentivos do Estado que merecem destaque são a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (Promat), criado em 1977, que promoveram a pecuária extensiva. Mas nessa época a produção de arroz – carro-chefe na abertura do cerrado - já alcançava números expressivos devido à disponibilidade de crédito e o potencial de fixação de nutrientes no solo. Posteriormente, a região passou por processos de reestruturação produtiva. No Mato Grosso o cultivo de soja se iniciou com os programas POLOCENTRO e PROCEDER III. Empresas públicas como a Embrapa e a Fundação Mato Grosso foram importantes enquanto órgãos de difusão técnica.

A criação de projetos de colonização privada na região do entorno da BR-163, a partir dos anos 1980, intensificou a migração de agricultores do sul do país, aumentando consideravelmente o volume de produção e dos negócios da região. Na ocasião, os agricultores já dispunham da existência da variedade de soja “cristalina” e dos programas de pesquisa e desenvolvimento voltados para a região do cerrado. O novo padrão de produção calcado na técnica gerou fortes mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade (BERNARDES, 2006). O corredor de exportação Cuiabá-Santarém foi tarefa de abertura da fronteira nos anos 1970, porém a atual expansão da fronteira agrícola moderna tem levado a um rápido asfaltamento nas principais estradas vicinais. As tradings Cargill, Bunge e ADM foram parceiras no financiamento do projeto para pavimentação do restante da estrada que leva ao porto em Santarém (BERNARDES, 2006; GREENPEACE, 2006).

O padrão de colonização adotado foi bastante seletivo e trouxe grandes lucros para estas empresas de colonização também na porção norte do estado (SOUZA, 2013, p.13). Na década de 1980, 80% dos projetos de colonização do norte do Mato Grosso (equivalente a 50% do seu território), se desenvolveram no contexto das políticas nacionais de ocupação e foram realizados por empresas particulares de colonização. A política de colonização fundamentava-se no Estatuto da Terra e atraiu interesse de grupos nacionais, estimulados pelo Estado. Ao padrão de colonização privada, excluiu-se o município de Lucas do Rio Verde que contou com projetos de colonização pública. Ainda hoje em Sinop, por exemplo, a Colonizadora Sinop, responsável pela venda de terras nas décadas passadas, possui imóveis para venda. O perfil de concentração fundiária permanece como marca nos estados do Centro-Oeste brasileiro ainda hoje. A região apresenta o menor número de empreendimentos familiares e o segundo menor número de empreendimentos não familiares, perdendo para a região Norte. Porém, também se

destaca pelo menor número em área do total de unidades não familiares e apresenta o maior número em área total dos empreendimentos não familiares³¹.

Tabela 1 – Perfil dos estabelecimentos familiares (AF) e não familiares (ANF) –Número, Área e Região - Brasil e Região – Censo Agropecuário 2006

	N° (AF)	N°(ANF)	Área (AF)	Área (ANF)	Financ. (AF)	Financ. (ANF)
Brasil	4.551.855	623.781	106.788.460	226.891.577	6.088.832	15.305.160
Norte	429.497	46.281	22.830.404	32.705.360	349.054	361.918
Nordeste	2.274.114	179.946	35.429.809	40.644.602	862.137	1.626.223
Sudeste	713.300	208.797	15.969.460	38.968.313	909.895	5.324.935
Sul	899.724	106.479	17.874.595	23.906.408	3.420.824	2.928.972
Centro-Oeste	235.220	82.278	14.684.192	90.666.894	546.922	5.063.111

Fonte: Censo Agropecuário 2006 / IBGE

Assim, a história do crescimento da produção da soja no Brasil se insere na própria história do Centro-Oeste brasileiro. A partir de novos padrões tecnológicos e científicos, vastas extensões territoriais brasileiras se constituíram como significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, favorecendo a expansão da fronteira agrícola e do capital³². No caso do cerrado brasileiro, esta expansão se deu, sobretudo, com o monocultivo da soja, a partir especialmente da década de 1970. A produção da oleaginosa no estado teve início no município de Rondonópolis, se expandiu com o tempo para Campo Novo, Primavera do Leste e Sapezal. O Centro-Oeste se projetava como espaço para o futuro, disponibilizando terra para a produção agrícola e revelando novas áreas para a constantemente necessária reprodução ampliada do capital. Também na “ocupação” do Centro-Oeste brasileiro, o Estado desempenhou papel importante ao desenhar alianças políticas que consorciaram modernização com a manutenção de elementos conservadores.

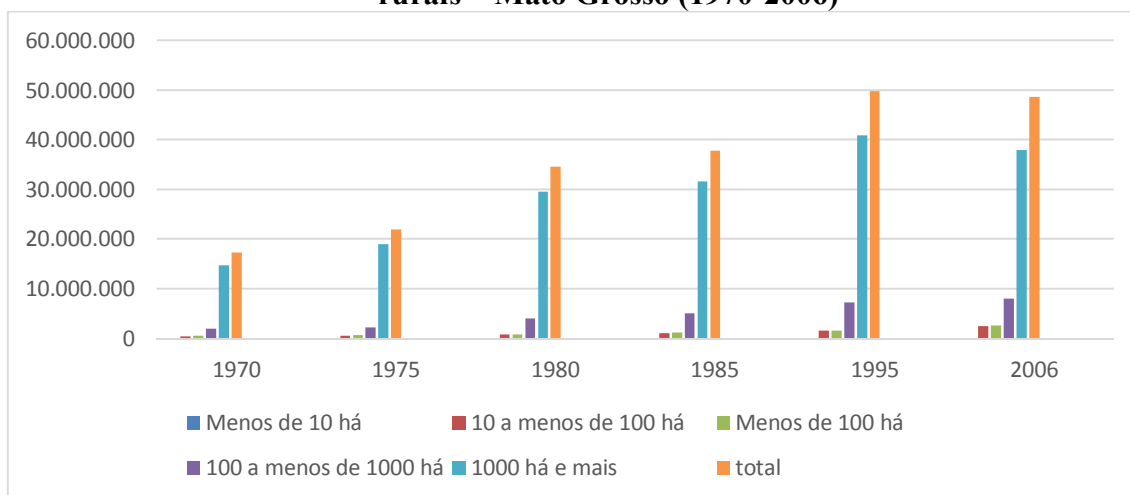
Principal fonte de proteína para a indústria da alimentação animal, a soja se tornou uma das principais cadeias agroalimentares do mundo e é, atualmente, o principal produto agrícola da pauta de exportação do agronegócio brasileiro. O bioma do cerrado passou, assim, a ser

³¹ Considera-se nesta região um pequeno produtor, aquele abaixo de 500 hectares; um médio entre 500 a 2.000 e grande acima de 2.000ha.

³² Para Bernardes (2006), os recursos técnicos estão intimamente vinculados aos recursos do capital, já que são os detentores de capital que tomam decisões sobre as características do processo produtivo. Assim, entendemos que o aumento da produtividade do setor tem levado a uma maior circulação do capital e maiores lucros. A técnica é fator chave para atribuição do tempo socialmente necessário para a atividade produtiva.

progressivamente marcado por essa divisão territorial e internacional do trabalho, bem como pela existência de circuitos produtivos complexos, constituindo-se num grande celeiro da cadeia carne-grãos.

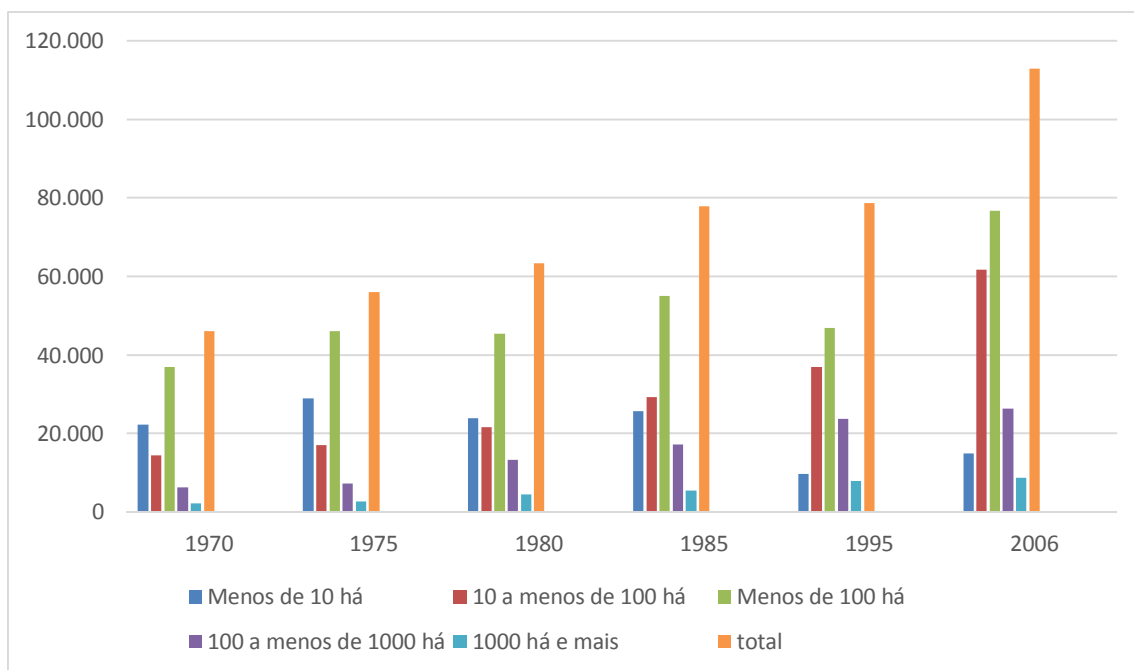
Gráfico 4 – Total da área ocupada (há) segundo tamanho dos estabelecimentos rurais – Mato Grosso (1970-2006)



Fonte: IBGE SIDRA Censo Agropecuário³³

Gráfico 5 – Número dos estabelecimentos agropecuários segundo a área (ha) – Mato Grosso (1970-2006)

³³ Vale destacar que esta categoria do IBGE dificulta a leitura da região. Ela enquadra de 1.000 para cima na mesma categoria, enquanto que, segundo entrevistas de campo entre 500/1.000-2.000 hectares, considera-se ainda um médio produtor. O grande produtor é aquele de 2.000 pra cima. É apenas quando comparamos os gráficos de área dos estabelecimentos x número que percebemos que a área dos 1.000 pra cima está concentrada em muito poucos estabelecimentos.



Fonte: IBGE SIDRA Censo Agropecuário

Assim, a ocupação que ocorre no Mato Grosso a partir da década de 1970 é a que consolida o padrão regional e vira a história dos vencedores da região; a entrada da soja como cultura principal leva a um crescimento e consolidação de um padrão de desenvolvimento na agricultura. O Mato Grosso é atualmente o estado com maior produção de soja e destacam-se como regiões principais produtoras Rondonópolis, Campo Novo dos Parecis e o eixo norte e médio-norte cortado pela rodovia BR-163.

A chegada dessas verticalidades³⁴ tem trazido consigo uma nova racionalidade técnica para o uso e gestão desse território. A nova fase de expansão territorial do capital no contexto da agricultura moderna no estado do Mato Grosso difere-se da constituição da fronteira do capital na década de 1970 e 1980. A atual fronteira se dá a partir de relações de mercado para além dos limites do território já incorporado e consolidado. Mesmo aqueles produtores mais capitalizados que possuem condições de adquirir os novos pacotes técnicos e as “inovações tecnológicas”, se tornam cada vez mais condicionados à ação e decisão das grandes corporações, que ainda contam com a cooperação do Estado (BERNARDES, 2006, p.34-36). Consolida-se o perfil agrário-exportador do médio-norte de Mato Grosso, ancorado da demanda pela produção de alimentos e na aptidão natural da região voltada para a constituição de um celeiro produtivo de carne e grãos.

³⁴ Segundo Santos, (1996) as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos agentes hegemônicos, criando cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização.

As grandes empresas e produtores, em cooperação com o Estado, são assim atores chave no processo de difusão de uma nova temporalidade no cerrado brasileiro e, nesse sentido, tendem igualmente a ser os principais beneficiados pelas possibilidades que emergem dessa nova racionalidade técnica oferecida pelos novos objetos. A circulação e os circuitos produtivos passam a ter uma importância estratégica e estruturante da produção agrícola. É pelo domínio dos fluxos materiais (grãos, insumos e pessoas) e imateriais (informação, capital e ordens) que esses atores regulam de forma seletiva e privilegiada os circuitos espaciais produtivos (FREDERICO, 2010, p.19).

Compreendidos aqui enquanto sujeitos da acumulação ampliada de capital, as corporações empresariais da soja, sendo várias delas multinacionais estadunidenses, buscam elevar permanentemente seus valores de exportação de modo a se manterem competitivas e no controle do mercado. A partir da década de 1980, as alianças entre essas empresas e as esferas governamentais, que já vinham sendo construídas desde antes, resultaram numa mudança de qualidade no ordenamento territorial da fronteira agrícola capitalista em Mato Grosso. Em um contexto de emergência da modernização conservadora da agricultura, baseada em um grande pacote técnico³⁵, em apenas 15 anos a produtividade da soja no Brasil quase dobrou: de 1.580 kg/ha na safra 1990/1991 passa para 2.751 kg/ha em 2004/2005 (SCHLESINGER & NORONHA, 2006, p.21)³⁶. Atualmente a soja é o principal produto agrícola da pauta de exportação do agronegócio brasileiro³⁷ e o que ocupa a maior área cultivada do país: 27,35 milhões de hectares na safra 2012/2013. Em 2012, a oleaginosa alcançou recorde de produção nacional, 82,68 milhões de toneladas³⁸; de fevereiro a novembro, foram exportadas 31.770.000 toneladas de soja³⁹.

Atualmente, o estado do Mato Grosso é responsável por 36% da produção agrícola do país e por 42% de participação no volume total das exportações (Fiagril, 2013); possui mais de 70% da lavoura de soja derivadas de variedades transgênicas. O médio-norte de Mato Grosso segue como uma das principais regiões produtoras do agronegócio brasileiro; 60% da produção

³⁵ Entendemos técnica como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 1996: 29).

³⁶ SAUER, Sérgio. Dinheiro Público para o agronegócio. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano3, nº33, p.8-9, abr. 2010. Tendo como principal país comprador a China.

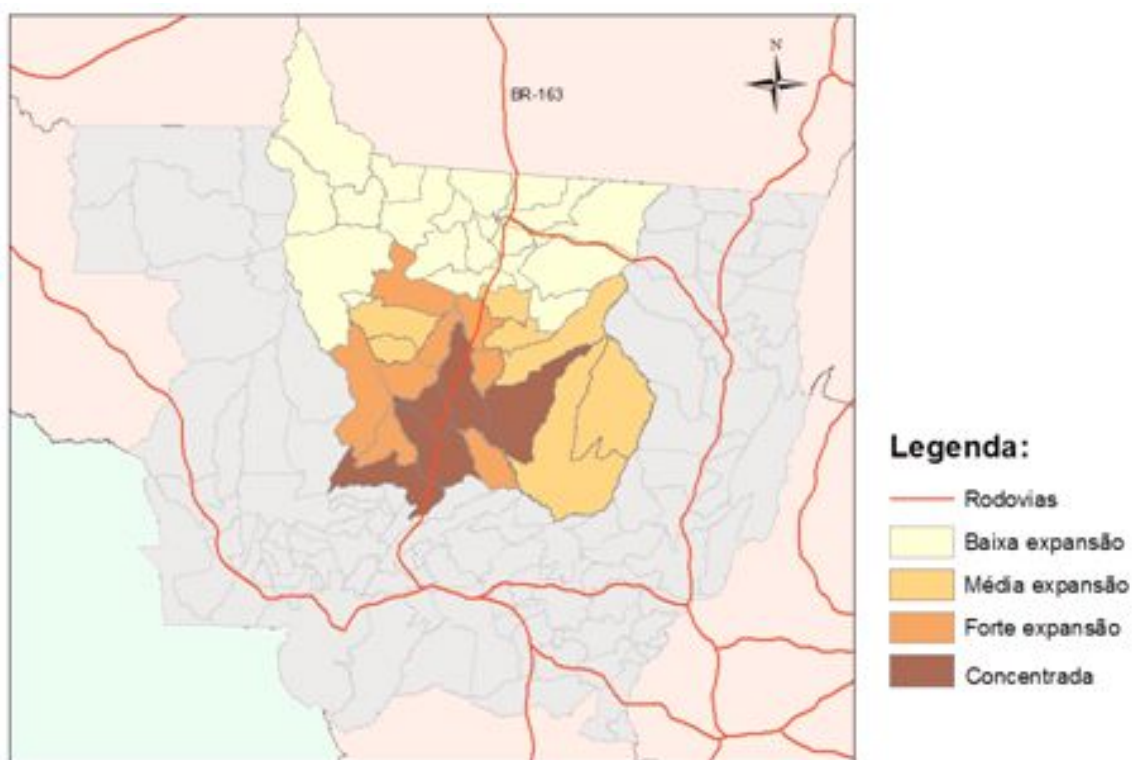
³⁷ SAUER, Sérgio. Dinheiro Público para o agronegócio. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano3, nº33, p.8-9, abr. 2010. Tendo como principal país comprador a China.

³⁸ CONAB, *Acompanhamento da Safra Brasileira: grãos, quarto levantamento*, 2013 Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_01_09_17_44_20_boletim_graos_janeiro_2013.pdf>. Acesso em: 10 jan 2013.

³⁹ Exportações do Complexo da Soja, Ano Comercial (Fev-Jan): Abiove. Disponível em: <<http://www.abiove.org.br/site/index.php?page=estatistica&area=NC0yLTE=>>>. Acesso em: 07 jan 2013

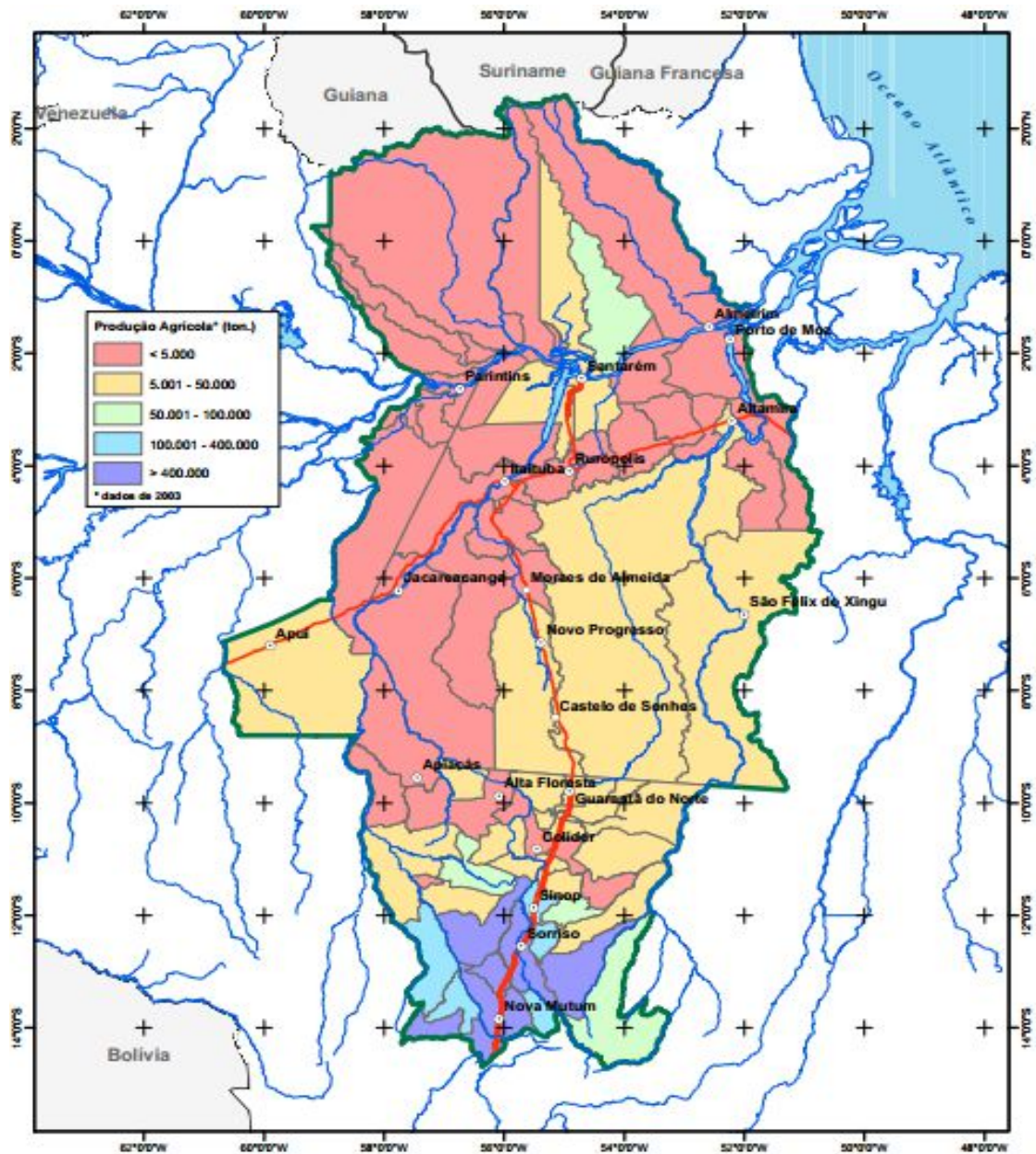
de grãos do estado é decorrente dos eixos médio-norte e norte mato grossense da BR-163. É interessante ressaltar, porém, que neste contexto de aumento da produtividade e das exportações, constata-se a queda no esmagamento do grão e consequente aumento da ociosidade das indústrias de esmagamento, em 2013. Em 2012, foram esmagados 36,4 milhões de toneladas (63,7% da capacidade instalada), enquanto em 2013, o esmagamento ficou em 35,4 milhões de toneladas (60,3% da capacidade). Em termos de uso do solo e produção, é possível distinguir o norte do estado em quatro distintas áreas, por nível de concentração da produção:

Imagem 2 – Níveis de concentração de produção de soja na área sob influência na BR-163, segundo volume total de produção dos municípios



Fonte: IBGE / Elaboração: Nuclamb

Imagem 3 – Total de produção agrícola de soja, milho, arroz e algodão (ton.) na área de influência da BR-163



Fonte – BR 163 sustentável

Resultado deste modelo de desenvolvimento rural caracterizado por alta produtividade, o estado do Mato Grosso possui hoje 19 dentre os 100 municípios brasileiros com maior PIB do setor agropecuário, segundo dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

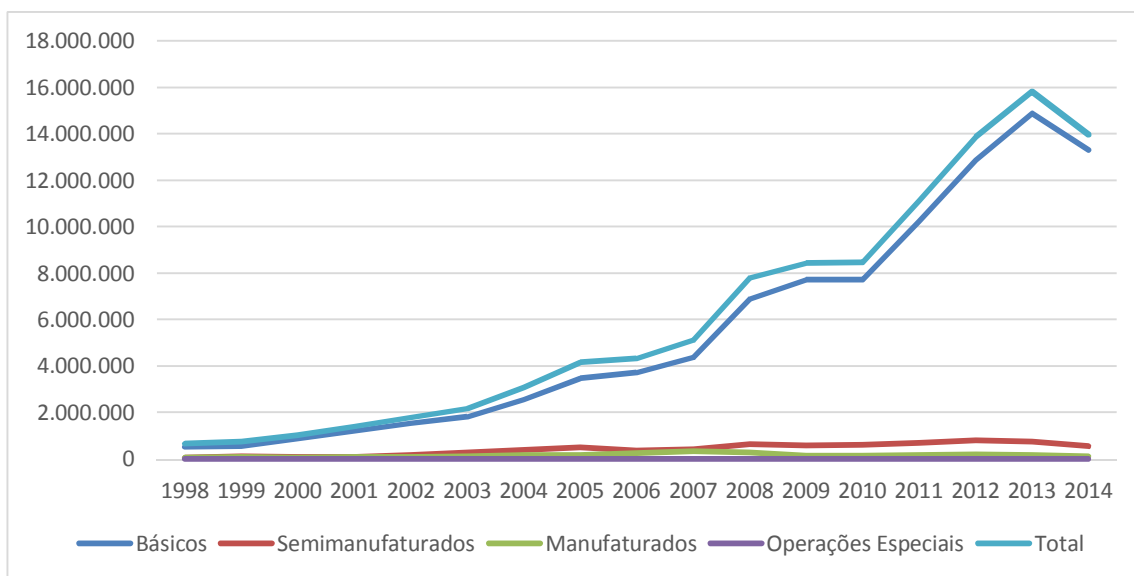
Tabela 2 - Dez principais municípios do Mato Grosso na lista dos maiores PIBs de municípios brasileiros (2011)

Posição	Municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1.000 R\$)	Part. (%)
2	Sorriso	745.597	0,39
4	Campo Verde	664.390	0,34
5	Sapezal	631.575	0,33
9	Primavera do Leste	578.774	0,30
13	Campo Novo dos Parecis	511.020	0,27
18	Nova Mutum	425.166	0,22
20	Juara	411.857	0,21
22	Lucas do Rio Verde	398.875	0,21
25	Diamantino	381.090	0,20
32	Nova Ubiratã	327.455	0,17

Fonte IBGE, 2011

Com destaque para Sorriso, principal produtor do município, a lista também conta com outros municípios próximos da Br-163, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Diamantino e Nova Ubiratã. Trata-se de uma produção eminentemente voltada pelo mercado externo. Em entrevista, um representante dos produtores rurais de Sorriso afirmou que hoje ainda possuem papel marginal as estratégias de verticalização, como indústrias de produção de óleo e biodiesel ou como o caso da BRF instalada em Lucas do Rio Verde. “Nós produzimos 17-18 milhões de toneladas de soja. O estado consome, 3,4,5. Não dependemos da BRF, nós dependemos de escoar esse produto que tem que ser exportado”. O gráfico abaixo mostra o crescimento abrupto no valor das exportações do estado do Mato Grosso. Porém, este crescimento não se dá de maneira proporcional entre os tipos de produtos exportados. O crescimento expressivo é apenas notado nos produtos básicos. Itens semimanufaturados, manufaturados e operações especiais mantêm-se no mesmo valor entre os anos 1998 e 2014.

Gráfico 6 – Exportações US\$ 1.000/FOB – Mato Grosso (1998-2014)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secretaria de Comércio Exterior – DEPLA, 2015

O resgate histórico nos permite uma compreensão acurada do presente da mesma forma que a localização da temática abordada num contexto nacional e internacional, para além das dinâmicas regionais, nos permite um olhar mais totalizante da mesma. É possível perceber uma transformação continuada nas distintas escalas de análise que se relacionam entre si. As transformações internacionais do Sistema-Mundo e no Sistema Agroalimentar são acompanhadas das transformações na agricultura, a partir da exportação de um modelo que nasce nos Estados Unidos da América e reverbera para outras regiões do mundo. O Centro-Oeste e mais marcadamente o Mato Grosso é um exemplo emblemático deste modelo pautado nas técnicas hegemônicas de produção e circulação. A padronização da cultura alimentar no mundo reforça a necessidade da produção em larga escala de *commodities* agrícolas e o Mato Grosso se consolida através das décadas neste modelo exportador.

2) O Capital: Concentração e centralização de poder pelas *tradings* numa agricultura como fronteira de acumulação

A partir do mapa conceitual apresentado no primeiro capítulo, o objetivo do Capítulo II é lançar luzes ao objeto de pesquisa que orienta este trabalho: as *tradings* como atores da reprodução ampliada do capital e da agricultura capitalista. Somam-se aos debates já realizados, reflexões mais densas sobre o processo e o papel da financeirização do capitalismo contemporâneo e o perfil de oligopolização do capital que tem sido verificado. Em seguida, traçamos um perfil espaço-temporal das *tradings*, especialmente daquelas atuantes da cadeia de grãos e, por fim, abordaremos um perfil particular delas, as *tradings* nacionais, em seu surgimento e relação com as *tradings* internacionais.

2.1 Financeirização e oligopolização da agricultura e papel das empresas exportadoras

No mundo, nas últimas décadas, o capitalismo financeiro ganhou destaque nos processos de acumulação do capital. A atual conjuntura de desenvolvimento do modelo capitalista de produção, dirigido em grande medida pelas finanças, não nos parece uma ruptura ou descontinuidade neste processo; pelo contrário. A gênese do sistema atual se situa na Europa, no final do século XV e, desde então, este sistema se expandiu no espaço, embora não de maneira homogênea (WALLERSTEIN, 2001).

A dimensão financeira do capitalismo contribui sobremaneira para sua capitalização espacial. Esse processo de financeirização é descrito por Harvey (2004) como “um novo tipo de sistema, em larga medida, sob tutela norte-americana”. O abandono do ouro como base material dos valores monetários, ocorrido com o fim do padrão ouro e mais à frente com o abandono do padrão ouro-dólar, “desmaterializou” o sistema monetário internacional. Em decorrência, fluxos de capital monetário, que já percorriam o mundo através do mercado do eurodólar na década de 1970 (dólares mantidos nos Estados Unidos que podiam ser emprestados alhures), liberaram-se de um maior controle das políticas de Estado.

A crescente hegemonia do capital financeiro pode ser identificada no âmbito do neoliberalismo⁴⁰ entre 1970 a 2000. Como parte integrante desses dois novos aspectos, marca

⁴⁰Harvey (2008) define o neoliberalismo como “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres

um intenso processo de abertura ao comércio internacional, onde Instituições financeiras multilaterais criadas no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, como o FMI e o Banco Mundial, foram ganhando poder e projeção no cenário da economia política internacional⁴¹.

Também as corporações capitalistas transnacionais disseminavam-se de forma ainda mais intensa⁴², dando corpo ao debate sobre a dimensão geográfica desigual do desenvolvimento e potencializando a guerra dos lugares, como coloca Santos (1996). Ainda que a presença de corporações em outros Estados que não os seus de origem fosse algo que existisse em todo o processo colonial, isto agora ganhava dimensões “impensáveis em fases anteriores do imperialismo” (HARVEY, 2003, p. 61). Da mesma forma, na agricultura, que foi se consolidando como um espaço de acumulação e de relevância para a lógica financeira da economia, esse capitalismo dirigido pelas finanças também ganhou mais projeção. As finanças e a desregulamentação ganharam domínio especialmente na crise de estagflação mundial, ocorrida entre o final dos anos 1970 e o início de 1980 e geraram, dentre outros, benefícios para empresas do agronegócio (MENDONÇA, 2013, p.98).

Neste novo regime dirigido pelas finanças, verifica-se o surgimento de fundos e alterações estruturais no sistema de crédito; nele, o objetivo maior é negociar ativos em papel de forma lucrativa para obter ganhos de capital, maximizando o valor recebido pelo acionista. É importante pontuar que esta dimensão está bastante presente nos processos de comercialização de *commodities*, como inclusive sugerem as entrevistas realizadas em trabalho de campo. Destacam-se também as fusões e aquisições como forma de crescimento dominante e a participação de investidores institucionais como acionistas principais de grandes empresas, dimensão bastante verificada no setor. Os processos de globalização e informatização, que aperfeiçoaram a capacidade do sistema em inovar, também são componentes importantes para entender estas transformações (GUTTMANN, 2008).

Bresser-Pereira (2010) classifica como financeirização um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza artificial, que não se relaciona com a riqueza real da produção de bens e serviços, tendo como principais características: o enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo, em decorrência dos múltiplos instrumentos existentes; a separação entre a economia real e a economia das finanças, com a criação descontrolada de riqueza fictícia, que beneficia os rentistas capitalistas; e um grande aumento

mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (p.12).

⁴² Tendo também surgido ao longo dos anos movimentos de denúncia a suas atividades. Um exemplo é a existência de uma campanha internacional pelo fim do abuso corporativo (<http://www.stopcorporateabuse.org/about-campaign>).

da taxa de lucro das instituições deste ramo, remunerando com altos valores os operadores por sua habilidade em aumentar as rendas capitalistas. O crédito deixou de se basear principalmente em empréstimos de bancos a empresas, baseando-se cada vez mais em títulos negociados por investimentos financeiros (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.52-55). Internacionalmente, à exceção da Cargill, empresa que segue com seu capital fechado e um número reduzido de acionistas, as demais três grandes do setor comercializam suas ações em Bolsa de Valores. Outras empresas que também acumulam poder no sistema agroalimentar e são de capital aberto são Monsanto, Sygenta, Bayer e Yara, por exemplo⁴³. Hilferding (1985) conceitua o capital financeiro como a unificação do capital bancário e do capital produtivo. No Brasil, é na fusão dos monopólios industriais e bancários que também se dá o nascimento do capital financeiro (MOREIRA, 2010, p.84).

As transformações no sistema de crédito nos remetem à distinção feita por Marx entre o capital que rende juros, baseado em empréstimos bancários, e o capital fictício, referente a letras negociáveis como riqueza, letras fictícias que não possuem necessariamente contrapartes em valores de ativos físicos reais – o que denominamos especulação. Entre 1980 e 2007 os ativos financeiros cresceram cerca de quatro vezes mais que a riqueza real (crescimento do PIB). Esse ativo fictício, enquanto mercadoria, depende de convenções e confiança e, nesse sentido, pode ser criado com a mesma facilidade em que pode desaparecer. A crescente autonomia dos instrumentos de crédito e financeiros em relação ao lado real da economia teria assim um potencial de instabilidade.

Na medida em que essa acumulação de riqueza torna-se sem lastro - uma especulação derivada de uma expectativa sobre o futuro - abre-se espaço para a crise, no momento em que esta expectativa não se materializa. Historicamente, a moeda cumpriu a função de intermediar trocas. A função dinheiro seria o equivalente geral das trocas, por assim ser aceita pela sociedade. Enquanto na abordagem neoclássica da economia a moeda é entendida apenas como mediadora de transações (neutra em relação à economia real, não sendo objeto de desejo em si), no contexto do capitalismo financeiro, percebe-se que a moeda passa a ser vista como objeto de demanda, ratificando, assim, a abordagem keynesiana, segundo a qual, o dinheiro torna-se, ele próprio, um negócio lucrativo. A economia é um campo de instabilidade, e não de equilíbrio.

⁴³ No Brasil, a Bunge se tornou em 2004 uma empresa de capital fechado. A nível internacional, porém, segue como empresa que ações em Bolsa <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bunge-fecha-capital-no-brasil-m0074134>> Em nível internacional, Bunge, ADM e Dreyfus comercializam ações na bolsa. Em entrevista, representante da Fiagril (2014) afirmou que, embora a empresa se mantenha de capital fechado, abrir seria uma tendência.

Lenin já destacava no início do século passado o crescente papel do capitalismo financeiro e sua respectiva oligarquia no processo de acumulação do capital. O próprio contexto do imperialismo teria como uma de suas principais características o domínio do capital financeiro⁴⁴:

O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes (LENIN, 2012, p.89).

Pouco mais de um século após, Harvey (2004) também ressaltou a importância do sistema financeiro na coordenação da dinâmica de acumulação do capital. Chama atenção, também, que nesse processo o capital financeiro tem o potencial de abrigar atividades improdutivas, na medida em que o capital-dinheiro é comumente utilizado apenas para ganhar mais dinheiro (via especulação com mercados de futuros, com valores monetários, dívidas, dentre outros) sem que haja uma correspondente produção de riqueza⁴⁵. Esses fluxos financeiros de capital excedente buscam ora desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas ora usar o poder especulativo para resolver, ainda que temporariamente, o problema da sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis.

Tanto o sistema de crédito, como o mercado de futuros, juntamente com a conformação de complexos agroindustriais, são entendidos por Delgado (2012) como componentes-chaves para analisarmos o agronegócio na fase atual. Da mesma maneira, o crédito tem importância ímpar não apenas na agricultura, como também no capitalismo financeiro. A reestruturação da economia do agronegócio no Brasil seria o período que se dá após a redemocratização, com a emergência de instrumentos privados de crédito de produção e comercialização, com redução dos estoques públicos. O autor ressalta uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura representada pela integração de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro de corporações no âmbito da política governamental. Além de sua importância ímpar nos processos moleculares de acumulação e

⁴⁴ O que por si só já sugere que esta dimensão financeira da economia não nasce no tempo recente, mas sim tem antecedentes.

⁴⁵ É deste potencial especulativo do mercado financeiro que derivam as bolhas. Marx havia previamente feito uma distinção entre o capital que rende juros, baseado em empréstimos bancários, e o capital fictício, referente a letras negociáveis como riqueza, letras fictícias que não possuem necessariamente contrapartes em valores de ativos físicos reais.

reprodução ampliada do capital, a partir de sua crescente produtividade, o agronegócio, no mundo, também tem sido campo fértil para acumulação a partir de capital fictício, ao ter sua mercadoria comercializada em bolsas de futuros, alvo de atores especulativos.

Tanto a crise da década de 1970 como a mais recente nos anos 2000 revelam uma contradição do modo de acumulação do capital: a sobreacumulação e a necessidade do capital buscar locais (nos sentidos não geográficos e geográficos) onde possa investir de forma a ter lucratividade como retorno. Para Stedile (2013) as baixas taxas de juros verificadas durante a crise da instabilidade do dólar, verificada na segunda metade dos anos 2000, levaram investidores a buscarem locais em que pudessem “proteger” seus capitais. Uma saída encontrada foi a aplicação em ativos fixos - terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água, território com elevada biodiversidade - e investimentos em setores produtivos, na produção agrícola e no controle de fontes de energias renováveis.

Capitais inflaram as bolsas de mercadorias agrícolas e minérios e assim especularam nos mercados de futuros ou simplesmente transformaram o dinheiro em mercadoria futura: “os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional já não têm mais relação com o custo médio de produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário” (STEDILE, 2013). Mais do que tomadores de preço, os produtores tomam, como base para valorar, em termos de troca, seu produto, ações financeiras dos locais do processo real de produção. Em entrevista de trabalho de campo, um produtor ressaltou esta questão: “Como tomadores de preço não podemos dizer que o produto deve valer R\$ 14,00, pois esse é o custo, e não R\$ 11,00. É o mercado internacional e ele é assim. É bastante difícil”.

O próprio termo *commodity* já nos remete à questão financeira, visto que se trata de transações comerciais de origem primária na bolsa de valores. As *commodities* agrícolas são negociadas em mercados futuros; uma forma de “transportar no tempo as mercadorias” (DELGADO, 1985, p.117). Nesses mercados, compradores e vendedores de determinados ativos ou produtos fixam preço com vencimento para uma data futura. Nos contratos, são estabelecidas promessas de compra e venda de mercadoria, assim como diversas especificações como qualidade dos produtos negociados, cotação, variação mínima de apregoação, oscilação máxima diária, unidade de negociação, meses de vencimento, data de vencimento, local de formação do preço e de entrega da mercadoria, período e procedimentos de entrega e retirada da mercadoria, liquidação financeira, arbitramento, ativos aceitos como margens de garantia e custos operacionais.

O comprador a futuro fixa o preço de compra de seu produto, antecipadamente. A justificativa apresentada para isso, do ponto de vista dos negociadores, é proteger o produtor do risco de queda no preço e garantir sua margem de rentabilidade (riscos como clima e demais questões relativas à natureza, crédito, operacional e preço). Porém é também esta forma de negociação, baseada na compra e venda de papéis indiscriminadamente, o que permite especular-se com o preço de compra e venda. Em janeiro de 2014, já era bastante alta a quantidade de soja já comercializada, referente à safra 2013/2014: 42% da safra já estava negociada. No caso de Mato Grosso, este número sobe para 55% (o equivalente a 14 milhões de toneladas). Em entrevista de campo, o representante de uma *trading* informou que não tem sido comum o produtor vender sua produção com menos de um ano de antecedência. “Quando é tempo curto, é oito meses”. Em setembro de 2013, época da entrevista, 31% da soja a ser produzida no ano seguinte já estava vendida a um valor entre R\$60-62 reais por saca.

Stédile (2013) elenca mecanismos através dos quais o capital financeiro passou a ter controle da agricultura: “1) o excedente de capital financeiro, através dos quais os bancos puderam comprar ações de empresas, adquirindo controle dos mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas, etc; 2) dolarização da economia; 3) a liberalização do comércio via OMC, BM e FMI e acordos multilaterais; 4) crédito bancário; 5) extinção de políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa” (p.21-22). A forma como passa a se dar essa conexão em cadeia entre empresas de pacotes e financiadoras, produtores, exportadoras e processadoras evidencia que o setor agrícola tem sido marcado por um perfil oligopolístico.

Em seu livro “A Grande Transformação”, Karl Polanyi (2000) plantava as bases da nova sociologia econômica, através da crítica ao conceito de autorregulação do mercado. O autor refuta a premissa clássica de autorregulação perfeita; para ele é o próprio capital que tem que ser protegido. Na economia, os conceitos de oligopolização e monopolização são utilizados para fazer menção a estruturas de mercados que não são marcadas pelo perfil da concorrência perfeita, defendida pelos economistas clássicos; a concorrência seria, assim, premissa básica da dinâmica do capitalismo. Porém esta se dá de diferentes maneiras. Entende-se por oligopolização uma tendência do capitalismo, onde há a existência de um pequeno número de produtores. Sua situação extrema seria o monopólio. O conceito de oligopólio não implica ausência de rivalidade; a concorrência entre poucos e grandes é, às vezes, mais intensa do que em mercados não oligopolizados.

Já no contexto das guerras Imperialistas, Lenin (2012) sinalizava o equívoco da noção de concorrência perfeita da economia política daquela época, objeto de crítica de Marx nos livros d'O Capital:

(...) ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que é muito fácil para umas quantas dezenas de empresas gigantescas chegarem a um acordo entre si: e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas (...) a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (...), ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (...) a combinação leva a uma taxa de lucro mais estável (LENIN, 2012, p.39).

Possas (1987) também apresenta críticas às premissas de equilíbrio, visto que, na prática, o que se verifica como desdobramento do crescimento de empresas é a concentração⁴⁶. Enquanto que, para firmas maiores, existem diversas vantagens por conta de seu tamanho (que nem sempre são compensadas por deseconomias de escala relevantes ou vantagens específicas do pequeno tamanho), para firmas menores, temos menores margens de lucro e maiores riscos e taxas de mortalidade. Três características relevantes de um mercado em oligopólio são controle ou dominação do mercado; a interdependência e probabilidade de colisão; e a influência das barreiras à entrada e da pressão da concorrência interna na fixação de um limite superior para os preços. Estes são traços característicos de um oligopólio, não exclusivo a ele, e que tendem a perpetuá-lo.

Na análise dos oligopólios, as barreiras à entrada no mercado podem ser de diversos tipos: vantagens de custos daqueles que já estão no mercado (para além das vantagens da economia de escala); vantagens em relação às diferenciações dos produtos; e economia de escala (ganhos em custos derivado da produção em maior escala). A formação de preço num mercado oligopolístico leva em conta a concorrência e o ingresso de novos atores (visando dificultá-los). Nesse sentido, os preços praticados não podem ser nem tão baixos nem tão altos. Um mercado caracterizado por barreiras à entrada de novos atores pode ser considerado um oligopólio. Vale destacar que a margem de lucro é a variável chave no oligopólio e isso permite,

⁴⁶ Na medida em que a visão clássica analisa as firmas isolando a questão de tamanho, custos e condições competitivas, por exemplo, distancia-se daquilo verificado na prática. Analisando concretamente o que se dá nas firmas, percebemos que há uma desproporção de tamanho na maioria das indústrias, o que não poderia ser deixado de lado em sua análise (inclusive o fato de que diversas indústrias já nascem concentradas e grandes empresas já nascem grandes); e o fato de que existem outras vantagens associadas ao tamanho que não se reduzem a economia de escalas (como acesso a crédito).

dentre outras coisas, manter uma margem de prejuízo – assim como capacidade produtiva ociosa - caso necessário.

Para Brandão (2013), a unificação do espaço econômico internacional e sua articulação em nível nacional acirrou disparidades no processo de acumulação do capital que configura, por sua vez, as relações assimétricas entre os centros de decisão e suas periferias. Esse processo, ancorado no perfil financeiro e oligopolístico do capital, beneficia algumas regiões em detrimento de outras e tem nas empresas unidades dominantes.

As empresas internacionais são uma instância de ação fundamental de condensação de poder que protagonizam o processo de acumulação e aprofundam a divisão do trabalho. Esses grandes conglomerados internacionais têm, em diversos lugares do mundo, se afirmado como instrumentos de acumulação, inovação e integração do sistema. Ao ocuparem este lugar de privilégio, controlam os dinâmicos das atividades econômicas (BRANDÃO, 2013, p.25).

Assim, a concorrência deve ser entendida como um fator da natureza interna do capital, mas que não necessariamente se dá nos moldes de uma concorrência perfeita⁴⁷. Não deve ser entendida, igualmente, como um fator que contribui para uma desaceleração do processo de reprodução do capital. Em oposição a visões ortodoxas e mesmo heterodoxas da agricultura, Schumpeter ressalta no livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, de 1942, que a concorrência é um estímulo à destruição criadora do capital; é por natureza uma forma ou método de mudança econômica e não poderá ser estacionário. A concorrência é, para esses autores, parte do processo de acumulação, mais especificamente, do processo de concentração e centralização de capital. Constitui de certo modo a própria lógica interna da concorrência entre capitais, como um processo de formação e dissolução de vantagens comparativas e posições monopolísticas. Altera a repartição dos capitais que já existem, seja mediante anexação, fusão ou a simples absorção de parcelas significativa de mercado de capitais concorrentes (POSSAS, 1987, p.72). Já na concentração de capital, há o aumento do volume do capital a partir da transformação de capitais menores em poucos grandes capitais, na centralização do capital há o crescimento do volume do capital através da união de vários capitais num só, ou na absorção de um pelo outro, como a fusão de empresas e a constituição de sociedades anônimas. Ambas as tendências acontecem neste estudo.

É interessante notar os padrões de relação que, em rede, as *tradings* exercem. A chegada das *tradings* internacionais ao Brasil é marcada por um perfil de concentração de capitais.

⁴⁷ A concorrência capitalista também deve ser vista para além da concorrência em preços; a mobilidade do capital é um critério chave para compreensão da existência de do grau de concorrência capitalista, por exemplo.

Atualmente, ao mesmo tempo em que estas empresas competem diretamente em termos de mercado também estabelecem relações de parceria quando necessário, incluindo fusões e *joint ventures*. Por exemplo, Amaggi e Fiagril, em Lucas do Rio Verde, competem em termos de originação de grãos ao mesmo tempo em que a fábrica de biodiesel da Fiagril tem como maior fornecedor de óleos a fábrica de beneficiamento da Amaggi (entre 85-90% do óleo degomado utilizado na Planta da Fiagril vem da Amaggi, segundo entrevista de campo). Outro caso interessante, é o da Fiagril e da Bunge; ao mesmo tempo em que competem, a Bunge é fornecedora de créditos para a primeira que também vende grãos para Bunge, à exceção daquilo que a empresa consegue exportar diretamente, do total originado. Outros casos interessantes de parceria entre as *tradings* podem ser identificados no investimento em logística portuária.

Ao analisarmos a questão da oligopolização no contexto da agricultura, podemos identificar que na medida em que a produção agrícola é mais atomizada, seus produtores possuem pouco ou nenhum poder frente aos compradores. Na medida em que na produção agrícola não há barreiras tão significativas, a formação de preços é mais competitiva. Trata-se, assim, de um cenário onde os que mais mandam são os que mais compram, ou seja, um oligopsonio. Se, por um lado, temos um mercado competitivo, na outra ponta identificamos que sistemas agroalimentares apresentam dinâmicas de oligopólio. Apenas 10 grandes empresas do setor alimentar geram receitas de mais de 1,1 bilhão de dólares por dia e pouco mais de 500 empresas controlam 70% do sistema alimentar (OXFAM, 2013).

A oligopolização, em termos de concentração e controle, marca a produção e o comércio mundial. Uma mesma empresa “passou a controlar a produção e o comércio de um conjunto de produtos e setores da economia, como a fabricação de insumos (fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos) e máquinas agrícolas, fármacos, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja ela alimentícia, de cosméticos ou de produtos supérfluos” (STÉDILE, 2013, p.24). “No capitalismo histórico, a norma nas cadeias mercantis foi a integração vertical, e não conexões “de mercado” em que vendedor e comprador fossem de fato distintos e antagônicos” (WALLERSTEIN, 2001, p.28).

Essa dimensão de oligopólios no setor é internacional e as mesmas empresas estão presentes em distintos países. Na prática do comércio internacional, o que acaba ocorrendo é que uma mesma empresa que vende grãos no Brasil é aquela que o comprará na China, na Europa, etc., constituindo-se como um monopólio tanto vertical como também horizontal. Neste padrão de concentração e centralização, Wallerstein reforça que o fluxo de riqueza tende a se concentrar nos locais de origem das grandes empresas sempre que ocorre “uma integração

vertical de quaisquer dois elos de uma cadeia mercantil foi possível deslocar na direção do centro uma parte maior do excedente total, quando comparado com o que ocorria antes” (WALLERSTEIN, 2001, p.30).

2.2. As Empresas Comerciais Exportadoras no Brasil

O comércio internacional está na base da história das relações internacionais. Em sua maioria, as empresas exportadoras e importadoras de abrangência mundial foram fundadas em princípios do século XIX, momento em que se desenvolveu o comércio moderno de grãos (FREDERICO, 2009). No desenvolvimento do agronegócio brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, algumas multinacionais do ramo instalaram-se na América Latina comercializando tanto no mercado interno como no mercado externo, como o caso da United Fruit, Swift and Armour e Cargill⁴⁸. Ademais, grandes bancos da época também participavam do mercado de exportação de produtos agrícolas, como *Morgan Guaranty Trust* e *Chase Manhattan* (MENDONÇA, 2013).

Já na década de 1970, apenas cinco empresas – operadas por oito famílias – controlavam 85% do mercado internacional de grãos: Cargill, Continental Grain, Bunge, Dreyfus e Andre-Garnac. Isto mostra que a história dos grandes grupos oligopolísticos do agronegócio fortaleceu-se no período pós-guerra, quando, no contexto das ditaduras latino-americanas e da Guerra Fria, estreitaram-se as relações dos EUA com seus vizinhos. É nessa época que, sob a égide da Revolução Verde, o modelo do agronegócio se expande, permitindo, dentre outras coisas, o próprio aumento de poder e controle dessas grandes empresas (MENDONÇA, 2013).

Ainda que a atuação dessas empresas contemplasse vários setores produtivos, já havia uma inclinada preferência para o controle da comercialização e não necessariamente da produção agrícola, liberando-as de prejuízos em casos de situações adversas, típicas da produção agrícola. A atuação nos mercados de futuro é um dos principais mecanismos através dos quais as *tradings* exercem seu controle do mercado internacional. Sua lógica de funcionamento facilita a especulação, tanto pelas apostas relacionadas aos preços das *commodities*, como pela negociação com contratos de espaços para cargas e a modificação do destino dos carregamentos, de acordo com as vantagens a serem auferidas.

É a partir da década de 1980, e especialmente dos anos 1990, que a indústria de alimentos começou a atrair mais investimentos estrangeiros que os setores bancários e que a

⁴⁸ Ainda que se tratasse de uma participação tímida, abaixo da média nacional de participação de empresas estrangeiras.

indústria farmacêutica, o que reconfigurou o perfil do setor. As dinâmicas globais de demandas em transição, e a aceitação da premissa de liberalização dos mercados regionais a caminho de um mercado global, levaram a uma crescente presença dessas corporações em diversas etapas do sistema agroalimentar. Uma forte pressão se fez sentir em setores como sementes, fertilizantes e agroquímicos, principalmente a partir dos avanços da biotecnologia. A flexibilização passou a se constituir como princípio orientador do processo de reestruturação e de reorganização das atividades produtivas e da estrutura administrativa das empresas. A inserção dessas corporações se deu tanto horizontalmente, como verticalmente, gerando concentração de mercado e privilegiada posição de poder econômico estratégico (FLEXOR, 2006; WILKINSON, 2009).

Além do aumento da participação de grandes empresas transnacionais nos mercados de alimentos, verifica-se também considerável aumento no valor das exportações agrícolas.

Se os processos econômicos e políticos que sustentam a liberalização do comércio incentivam o crescimento dos fluxos internacionais de produtos agrícolas, pesquisadores têm sublinhado que os jogadores mais ativos nessa fase de reestruturação das regras do jogo global são as firmas transnacionais da indústria de alimentos e do varejo (FLEXOR, 2006, p.65-66).

A reflexão dos autores supracitados é bastante conveniente com os processos aqui destacados, ocorridos na cadeia de grãos no Brasil, nos últimos anos. Através da compra de empresas nacionais, diversos setores da soja têm forte influência ou domínio do capital internacional. As mesmas firmas que operam no Brasil também estão presentes ao redor do mundo. Destacamos a atuação da Archer Daniels Midland Company (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Como pode ser analisado, as empresas não estão presentes da mesma maneira nos distintos continentes. Algumas têm atuação destacada na América Central e Caribe, como a ADM; já a Cargill, tem atuação de destaque no continente europeu. Esta divisão também ocorre intrapaíses e dentro dos diferentes setores produtivos.

Tabela 3 – Número de países onde ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus estão presentes, por Região

Região	ADM	Bunge	Cargill	Dreyfus
--------	-----	-------	---------	---------

América do Sul	4	6	8	7
América Central e Caribe	7	1	5	1
América do Norte	3	3	3	3
África	3	7	9	15
Ásia-Pacífico	7	10	17	10
Europa	9	14	22	12
TOTAL	33	41	64	48

Fonte: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus⁴⁹

O setor do agronegócio da soja tem se mostrado como uma grande oportunidade para essas corporações e é importante avaliar seus processos territoriais à luz de dinâmicas percebidas em escala mundial. Em meio à recente crise financeira global de 2008, a queda do dólar e a crise no setor imobiliário norte-americano levaram muitos *players* do mercado a aplicarem seus ativos financeiros em *commodities* agrícolas, que se tornaram uma opção atrativa para a maximização de lucros. Muitos fundos têm usado as bolsas de mercadorias para especular com a antecipação da compra de safras futuras em busca de melhor rentabilidade.

Ao mesmo tempo em que a crise se desenrolava, grandes corporações que trabalham em nichos da produção agrícola apresentaram lucros exorbitantes. A organização GRAIN, divulgou na ocasião um estudo que apresentava os lucros auferidos por grandes empresas de grãos. Segundo a organização, todas as grandes empresas que trabalham com grãos e fertilizantes tiveram seus lucros aumentados.

Tabela 4 – Aumento comparativo nos lucros das maiores corporações mundiais de grãos 2006-2007

Empresa	Lucros em 2007 (milhões de US\$)	Aumento, em comparação com 2006 (%)
Cargill (EUA)	2.340	36%
ADM (EUA)	2.200	67%
ConAgra (EUA)	764	30%
Bunge (EUA)	738	49%
Noble Group (Singapura)	258	92%
Marubeni (Japão)	90	43%

Fonte: GRAIN, 2008

No Brasil, juridicamente, não existe a expressão *Trading Company* como designação de companhia de comércio exterior, a qual legalmente é denominada Empresa Comercial

⁴⁹ ADM: <http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/default.aspx> ; BUNGE: <http://www.bunge.com.br/>; CARGILL: <http://www.cargill.com.br/pt/sobre-cargill-brasil/index.jsp>; DREYFUS: <http://www.ldcom.com.br/default.aspx>.

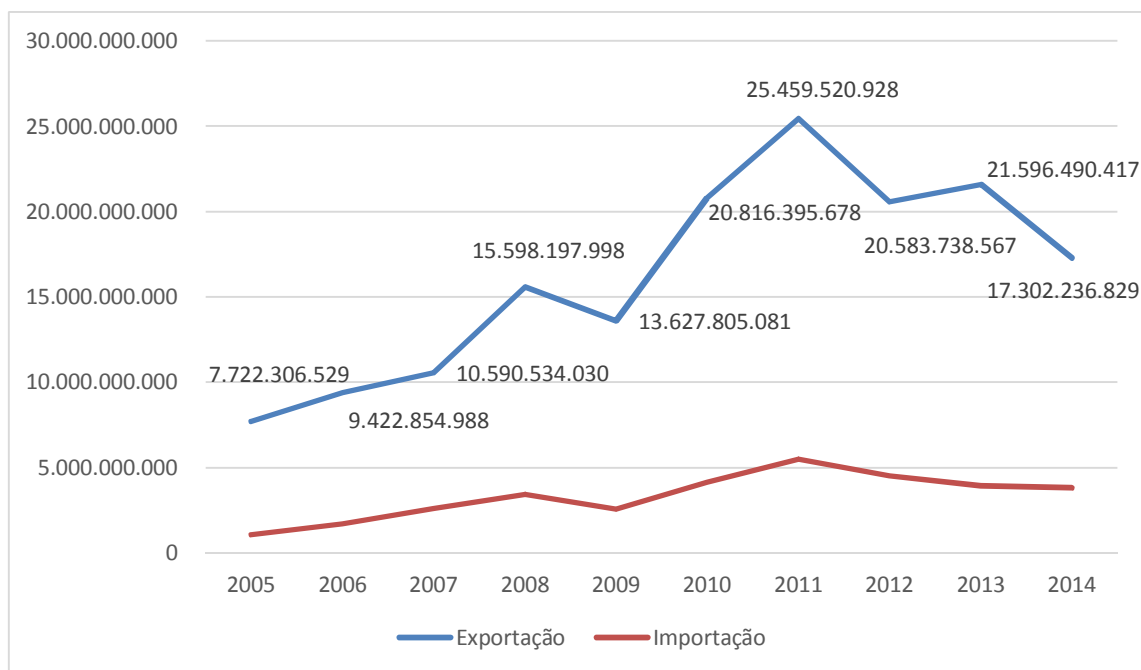
Exportadora. Segundo legislação nacional⁵⁰, Empresas Comerciais Exportadoras, mais comumente chamadas pela expressão em inglês *trading*, constituem-se sob forma de sociedade por ações e devem possuir capital mínimo fixado pelo Conselho Monetário Nacional (R\$748.466,66). Suas operações caracterizam-se pela exportação de produtos de diferentes fornecedores de forma consolidada; necessidade de menor capital de giro, devido às operações casadas; redução dos custos operacionais; estoques que permitam regularidade de fornecimento; e a atuação em diversos mercados. Regulam a ação das empresas que queiram operar como *trading company* o Decreto-Lei no 1.248/72, de 29/11/1972 e o Comunicado DECEX nº02/99. As tradings têm autorização para adquirir e exportar qualquer mercadoria de produção nacional, importar para comercializar no mercado interno ou reexportar mercadorias estrangeiras.

Outra legislação que merece destaque referente ao comércio exterior é a Lei Complementar nº 87/1996 conhecida como Lei Kandir. A partir dela, os benefícios das operações efetuadas através das *Tradings* foram estendidos às Comerciais Exportadoras, assim como a qualquer outra empresa utilizada como interveniente nas operações de exportação, sendo obedecidos os procedimentos determinamos nos atos normativos que regulam a matéria em questão. A lei Kandir teve como principal objetivo desonerar exportações de produtos primários e semielaborados, o que incentivou a exportação de soja *in natura*.

Com a crescente evolução do comércio exterior, já em 1975, foi fundada a Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (ABECE) com o objetivo de representar as empresas comerciais exportadoras do país. O gráfico abaixo mostra a evolução das exportações pelas *tradings*, nos últimos dez anos, no Brasil. Ao longo dos anos 2000, verifica-se uma grande evolução nos valores da exportações pelas *tradings*, com leve queda a partir de 2012. Entre 2005 e 2011 triplicou, pulando de US\$ 7.772.3306.529 para US\$ 25.459.520.928.

Gráfico 7 – Evolução dos valores de exportações e importações (US\$) pelas *tradings companies* 2005-2014 (jan-nov)

⁵⁰ A lei que regulamenta a ação das empresas comerciais exportadoras é o Decreto-Lei nº 1.248, de 29/11/1972, que estendeu às operações de compra de mercadorias no mercado interno para o fim específico de exportação. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3576>>. Acesso em 23 jan 14.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento - Secretaria de Comércio Exterior.

2.3 Empresas Comerciais Exportadoras de Soja

Maior oleaginosa plantada, a soja, e suas empresas comerciais exportadoras, ocupam papel de destaque no comércio internacional, sobretudo nas últimas décadas. Seu setor apresentou décadas de grande crescimento de produção e de capacidade de esmagamento, passando a ser liderado por grupos empresariais pertencentes ao capital internacional, em diversos estágios de seu processo de produção e comercialização. Com estratégias de aquisição de firmas brasileiras e plantas nacionais, algumas empresas foram concentrando poder. Alguns exemplos podem ser destacados, como a Ceval, importante empresa do ramo da soja que, ao longo da década de 1990, foi comprada pela internacional Bunge. O mesmo ocorreu com a Sadia e a Perdigão, que venderam suas operações para a ADM, saindo do setor da soja e concentrando-se no complexo de carnes.

Outro passo decisivo foi o acesso ao financiamento, num contexto em que o Estado diminuía consideravelmente seu apoio em termos de crédito. Como pode ser analisado pela Tabela 3, as empresas não estão presentes da mesma maneira nos distintos continentes. Algumas têm atuação destacada na América Central e Caribe, como a ADM; já a Cargill, tem atuação de destaque no continente europeu. Essa divisão também ocorre intra-países e dentro dos diferentes setores produtivos.

Essas *traders* também controlam outros segmentos da cadeia alimentar. Ou seja, na prática, este sistema de produção caracterizado pelo controle de diversos segmentos da cadeia

produtiva apresenta características de um sistema de monopólio; tal como Harvey (2004) sugere, os processos de acumulação do capital tendem ao monopólio na busca de maior rentabilidade. Elas seguem dominando o setor em diversas etapas, tais como: compra de sementes, de produtos químicos e de equipamentos e também são responsáveis pelo armazenamento, distribuição e transporte dos produtos. Junto à terceirização dos serviços agrícolas, tais grupos transnacionais controlam também a concessão de crédito para produtores e compra e armazenamento da produção, o que leva à concentração de capital, poder e hegemonia. No campo do financiamento, grandes agroindústrias e tradings mundiais foram progressivamente ocupando o espaço estatal, a partir da década de 1990. Percebe-se, assim, que essas empresas vêm contribuindo para a intensificação da produção agrícola brasileira e, conseqüentemente, para a verificada expansão da fronteira agrícola da soja no bioma cerrado e em direção à Amazônia (BERNARDES, 2006; FREDERICO, 2010).

Um dos mecanismos utilizados na compra de grãos como soja e milho é a modalidade de compra “pré-fixada” das safras. Com a queda na disponibilidade de crédito agrícola subsidiado pelo governo na década de 1980 e 1990, outros arranjos emergem como a compra antecipada de soja por parte das *tradings*. A partir de estimativas antecipadas de cotação, as empresas estipulam prazo, preço e quantidade de produção que desejam comprar a cultura. A relação entre empresa e produtor merece destaque e será futuramente melhor abordada. Por hora, é importante destacar que nessa forma de operação os grandes proprietários de terra perdem controle de parte do processo de produção e suas respectivas margens de lucro. A maior parte do lucro fica com as empresas através do controle do processo de comercialização (STEDILE, 2013, p.37). Na tabela abaixo, dados referentes às empresas exportadoras da soja, relativos à década de 1990, indicam que as empresas líderes na exportação de soja eram as mesmas que hoje engrossam as filas nos terminais portuários brasileiros ou se tratavam de empresas que foram posteriormente compradas por ela.

Tabela 5 – Principais empresas exportadoras de soja no Brasil, segundo valor das exportações (US\$ 1.000 FOB) – 1995-1997

Empresa	1995	1996	1997
---------	------	------	------

1	Glencore*	82.079	96.970	393.906
2	Cargill*	37.526	34.688	197.638
3	Ceval*	23.154	33.726	187.099
4	Maggi	12.281	43.945	153.515
5	Contibrasil*	15.062	6.283	137.358
6	Toepfer*	2.524	5.662	83.718
7	Eximcoop	23.123	38.154	68.339
8	Overtril	14.245	87.279	64.720
9	Braswey	16.925	0	54.406
10	Coinbra*	15.989	0	54.406
11	Coop. Mourãoense	10.189	16.846	46.507
12	Cotia Trading	0	15.501	43.197
13	Ceval Centroeste*	20.568	0	42.757
14	Hering S.A	0	31.464	36.620

Fonte: GIORDANO, 1999

Atualmente, cinco grandes empresas são as principais exportadoras de soja no Brasil: ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Amaggi. Porém estas não são as únicas empresas que atuam no ramo da exportação de grãos e cereais. Já em 1965 foi fundada a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, com o propósito, segundo descrição institucional, de promover o desenvolvimento das atividades relacionadas aos grãos e cereais, bem como defender os interesses de seus associados perante autoridades públicas e privadas. A Associação conta atualmente com 22 empresas associadas efetivas.

Tabela 6 – Lista de Associadas efetivas da ANEC

ABC Indústria e Comércio S/A - Algar Agro	Los Grobo Ceagro do Brasil
Agrex Inc	Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.

ADM do Brasil	Marubeni do Brasil S.A.
Amaggi Exp. Exp e Imp Ltda	Mitsui & C.O
Cargill Agrícola S.A	Multigrain S.A.
CGG Trading S.A	Nidera Sementes Ltda
CHS Agronegócio – Indústria e Comércio Ltda	Noble do Brasil S.A.
Coamo Agroindustrial Cooperativa	Seara Ind. e Com. De Produtos Agropecuários
Fiagril Agromercantil Ltda	Sementes Selecta S.A.
Gavilon do Brasil Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.	Aliança Agrícola do Cerrado SA/Sodrugestvo Group.
Glencore Imp. e Exp. S.A.	Sucocítrico Cutrale Ltda

Da lista de 22 empresas, cabe aqui destacar um pequeno histórico das quatro principais *tradings* internacionais: ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

Bunge

Empresa de origem holandesa, a Bunge foi fundada em 1818 para comercializar produtos importados das então colônias holandesas. Presente no Brasil desde 1905, atualmente possui sede em Nova Iorque. Está presente em mais de 40 países e, no Brasil, em 19 estados e no Distrito Federal. Com mais de 20 mil empregados e o slogan “Do campo à mesa”, possui mais de 150 unidades nacionais, dentre fábricas, moinhos e usinas, centros de distribuição, silos e instalações portuárias. Executa serviços de transbordo, processamento e refino de soja, processamento de algodão. No Mato Grosso, está presente principalmente nas cidades de Campo Verde, Rondonópolis, Nova Mutum e Alto Araguaia. Com investimento de R\$ 150 milhões, a trading inaugurou em 2009 uma fábrica no município de Nova Mutum, destinada ao processamento de soja, voltada tanto para o mercado externo como interno. A unidade dispõe de um silo para armazenagem de 100 mil toneladas de grãos. A capacidade anual estimada da planta de processamento é de 1,3 milhão de toneladas de soja, a segunda maior planta da companhia⁵¹.

A Bunge iniciou suas atividades no Brasil em 1905, associada à Sociedade Anonyma Moinho Santista, com sede em Santos (SP). Em 1923, a Bunge adquiriu a empresa Cavalcanti&Cia que depois passou a se chamar Sanbra. Em 1929, lançou o primeiro óleo vegetal do Brasil, o Salada. Em 1938, iniciou suas atividades no ramo dos fertilizantes ao

⁵¹ Bunge investe R\$150 milhões em moderna fábrica de soja. Disponível em <<http://www.bunge.com.br/Imprensa/Noticia.aspx?id=169>>. Acesso em 12 jul 2013.

construir a Serrana S/A. Importante movimentação da empresa foi a Compra da Ceval, em 1997. Fundada em 1971, a Ceval Alimentos era do Grupo Hering que, no início dos anos 1980, tinha cerca de 37 empresas (DELGADO, 1985, p. 150). Acompanhando o movimento da produção de soja, a Ceval logo se expandiu da região Sul, de onde é originária, para os estados do Centro-Oeste. Em pouco tempo, a empresa se tornou a quinta maior exportadora de soja no mundo. Na década de 1980, a empresa também adquiriu a Seara⁵².

Em 1997, a Ceval era maior que a própria Santista Alimentos; a quinta maior esmagadora de soja do mundo (após a compra, a Bunge se tornou a 3ª maior), líder no mercado nacional de óleos vegetais e ocupava o terceiro lugar no mercado de carnes congeladas (atrás apenas de Sadia e Perdição que, mais adiante, comporiam a BrFoods). Em 2000, surge a Bunge Alimentos, resultado da união oficial da Ceval com a Santista. Nesta movimentação, a Bunge se tornou a maior fabricante de alimentos do país.

Em reportagem da época, a Revista Exame classificou a compra, como um grande acerto. Na década de 1990, a empresa tinha uma centena de empresas atuando numa diversidade de ramos, enquanto que no mundo, o mercado de alimentos vivia um processo de concentração. "Bunge não poderia se dar o luxo de perder a Ceval (...). Era a última oportunidade de aquisição de uma grande empresa" afirmou na época um ex-executivo do grupo no Brasil. Antes da compra, a Ceval fora assediada por outras grandes *tradings* internacionais, como a ADM - que, à época, tinha uma atuação pouco expressiva no Brasil – e a Cargill.

Recentemente, em 2012, a Bunge anunciou a venda de seu negócio de fertilizantes no Brasil à Yara, empresa considerada uma das maiores fornecedoras mundiais de fertilizantes minerais, com sede em Oslo. A compra envolveu praticamente todos os ativos relacionados ao negócio de fertilizantes da Bunge no Brasil, a exceção do Terman, terminal portuário utilizado para fertilizantes no porto de Santos. A transação prevê um acordo de longo prazo de fornecimento de fertilizantes entre as duas empresas. A compra foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em maio de 2013.

Cargill

Fundada em 1865, nos Estados Unidos, a Cargill iniciou suas atividades no Brasil em 1965. Atualmente, é uma das maiores indústrias de alimentos do país. A empresa oferece

⁵² Que, em 2004, seria vendida pela Bunge à Cargill. Encerrando sua participação no mercado de carnes.

serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. Possui unidades industriais, armazéns, escritórios e terminais portuários, marcando presença em 181 municípios brasileiros e 14 estados (CARGILL, 2012; OLIVEIRA, 2005). Possuem 143.000 funcionários em 67 países. No Brasil, possui sede em São Paulo. Em 2000, recebeu a aprovação do Banco Central para a criação do Banco Cargill S.A., instituição que presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas. Em 2009, registrou um lucro de R\$ 10,9 milhões⁵³. Em Mato Grosso, possui unidade de processamento de soja em Primavera do Leste, onde produz farelo, óleo bruto e óleo refinado, assim como uma unidade de originação de algodão em Rondonópolis. A área de Grãos e Processamento de Soja conta com sete fábricas nas seguintes localidades: Mairinque (SP), Uberlândia (MG), Ponta Grossa (PR), Três Lagoas (MS), Barreiras (BA), Rio Verde (GO) e Primavera do Leste (MT).

ADM

Em 1902, era fundada a Companhia Archer-Daniel Linseed Company que, em 1923, ao comprar a empresa Maidland Linseed Products Company, se transformaria na atual Archer-Daniels-Midlang Company. No Brasil, a ADM iniciou suas atividades em 1997, depois de comprar fábricas esmagadoras, elevadores de grão e silos. De acordo com o site da empresa, sua chegada ao Brasil se deu através da compra das operações de grãos no Brasil da empresa Glencore, incluindo seu escritório sede em São Paulo. Atualmente, é a segunda maior exportadora de soja em grãos do país e quinta maior companhia exportadora da economia do país.

Tem atividades de processamento e venda de soja, cacau e trigo. Também produz fertilizantes, ingredientes para a nutrição animal, biocombustíveis e produtos químicos. Presente em 75 países, também tem sede nos Estados Unidos. Em 2011, tinha mais de 40 silos de grãos, uma fábrica de esmagamento de soja e biodiesel em Rondonópolis (MT), uma planta de processamento de cacau em Ilhéus (BA), cinco misturadoras de fertilizantes, além das unidades de esmagamento de soja. A fábrica de Rondonópolis faz processamento, refino e envase de óleo de soja.

Atualmente, possui mais de 2.000 empregados no Brasil e elevadores de grãos (próprios e arrendados) em cinco estado, inclusive em 15 municípios em Mato Grosso. Em 2014, em movimento semelhante ao visto no caso da Bunge, a empresa vendeu seus negócios na parte de fertilizantes para a Mosaic. A transação incluiu quatro unidades de misturas de fertilizantes e

⁵³<http://www.bancocargill.com.br/institucional.htm>

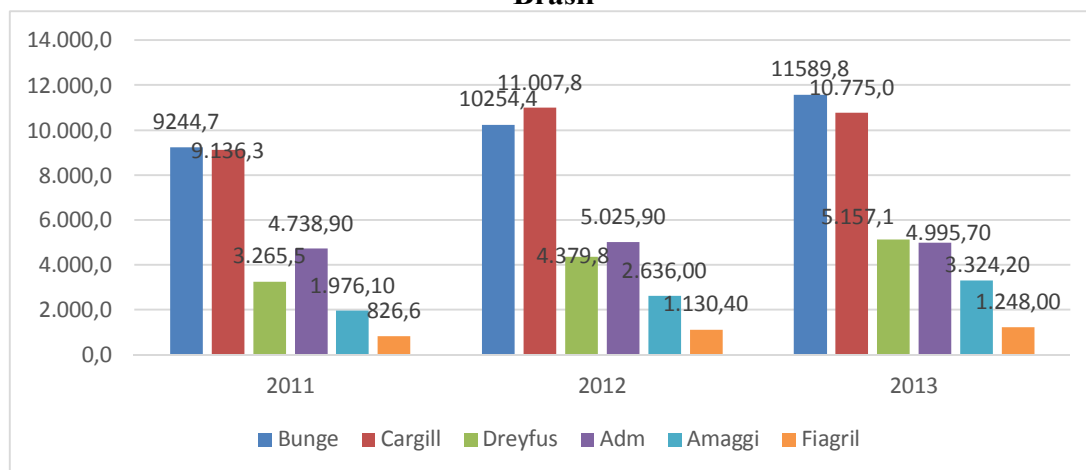
armazéns (Paranaguá, Rondonópolis, Uberaba e Catalão). As empresas também assinaram um acordo de cinco anos para que a Mosaic forneça com exclusividade seus fertilizantes para a ADM no Brasil e no Paraguai, onde também a empresa vendeu unidades. Recentemente, a empresa também vendeu seis fábricas de chocolate para a Cargill.

Dreyfus

Está há mais de 160 anos no mercado de *commodities* e opera atualmente em 90 países. No Brasil, atua em 12 estados nas atividades de originação, produção, transporte, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas. Em Mato Grosso, está presente nos municípios de Alto Araguaia, Nova Mutum, Campo Verde, Rondonópolis, Primavera do Leste e Sorriso.

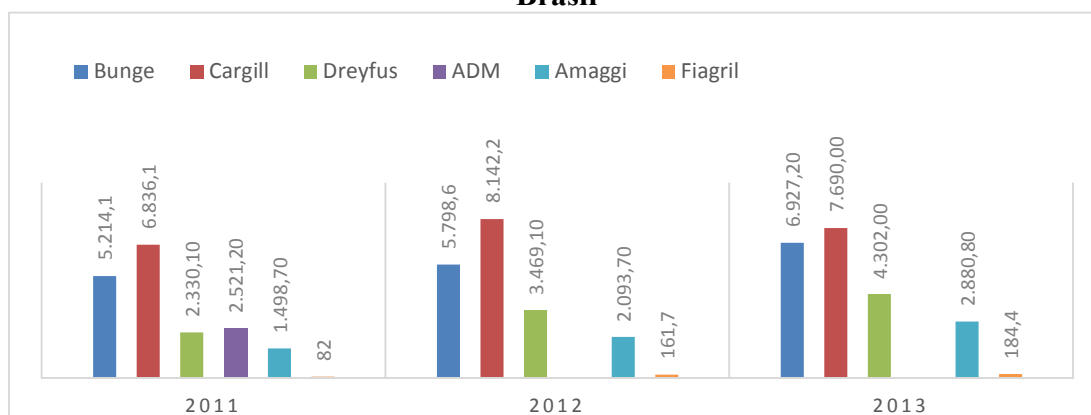
Em 2012, das 15 maiores empresas do agronegócio brasileiro, a Cargill era a líder da lista, com vendas no valor de 11.914,9 US\$ milhões seguida, pela Bunge em segundo, com um total de vendas de 11.099,4 milhões. Após a JBS e BRF, aparece a ADM com 5.440,0 US\$. A Dreyfus aparece em sétimo com 4.740,7 US\$ e Amaggi em 12º com 2.853,3 US\$. Já em termos de exportação, a primeira da lista, das empresas relevantes para o propósito desta pesquisa, é a Bunge (total exportado de US\$ 6,3 bilhões), seguida da Cargill com US\$ 4,1 bilhões em exportação, ADM (US\$ 3,8 bilhões) e Dreyfus (US\$ 3,3 bilhões) e Amaggi (US\$ 1,6 bilhão).

Gráfico 8 – Vendas líquidas (US\$ milhões) das principais *tradings* - 2011-2013 - Brasil



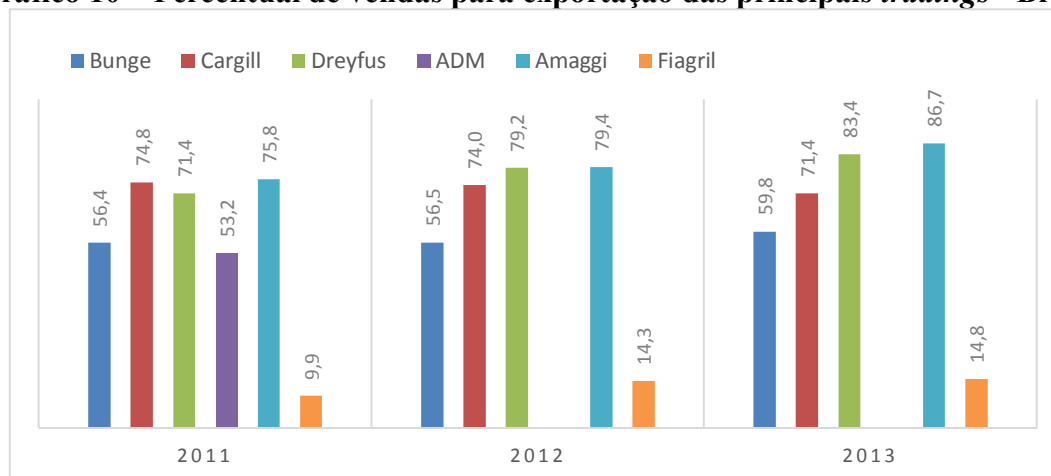
Fonte: Revista Exame – Melhores e Maiores

Gráfico 9 – Valor das Exportações (US\$ milhões) das principais *tradings* - 2011-2013 - Brasil



Fonte: Exame – Melhores e Maiores

Gráfico 10 – Percentual de vendas para exportação das principais *tradings* - Brasil



Fonte: Revista Exame – Melhores e Maiores

A partir dos gráficos 6, 7 e 8, é possível identificar que Bunge e Cargill destacam-se como as principais empresas e alternam entre si em termos dos maiores valores de vendas, seguidas de ADM e Dreyfus. Enquanto verifica-se aumento no valor das vendas da Louis Dreyfus, já a ADM aponta para uma queda de 2012 para 2013. Em termos de exportação, entre os anos 2011 e 2013, a Cargill manteve a liderança, com pequena diferença da Bunge. Chama a atenção o baixo valor exportado pela empresa Fiagril – a qual abordaremos em seguida - em comparação com as demais. Esta empresa também apresenta menor porcentagem de exportações do total, estando significativamente abaixo de todas as demais⁵⁴.

No Mato Grosso, estas empresas estão igualmente presentes e são atores-chaves no setor do agronegócio e na produção para a exportação. Neste estado, a lista das *tradings* também é

⁵⁴A empresa ADM não dispunha dos dados.

liderada pelas grandes internacionais. Em 2013, dos mais de US\$ 15 bilhões exportados pelo estado, apenas cinco empresas foram responsáveis por mais da metade (51,7%) do valor total, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: Bunge Alimentos S/A (US\$ 2,7 bilhões ou 17% do total), ADM do Brasil LTDA (US\$ 1,6 bilhão ou 10% do total), Cargill Agrícola S/A (US\$ 1,4 bilhão ou 9% do total), Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A (US\$ 1,2 bilhão, pouco mais de 8%) e Amaggi Exportação e Importação LTDA (US\$ 1,1 bilhão ou 7% do total). O município que lidera a lista das exportações do estado é Sorriso, maior produtor da oleaginosa. Em comparação com o ano anterior, a empresa que obteve maior crescimento nas exportações foi a Cargill (31%), seguida da Bunge (20%) e ADM e Dreyfus (menos de 10%, cada). Já a Amaggi apresentou retração (-4%).

Tabela 7 – Ranking das Principais Empresas Exportadoras, por faixa de valor exportado (em US\$ FOB) – Brasil- 2014

RANK	Empresas Exportadoras	FAIXA DE VALOR EXPORTADO 2014 (US\$ FOB)
1°	VALE S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
2°	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	Acima de US\$ 100 milhões
3°	BUNGE ALIMENTOS S/A	Acima de US\$ 100 milhões
4°	JBS S/A	Acima de US\$ 100 milhões
5°	BRF S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
6°	CARGILL AGRICOLA S A	Acima de US\$ 100 milhões
7°	EMBRAER S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
8°	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
9°	ADM DO BRASIL LTDA	Acima de US\$ 100 milhões
10°	SAMARCO MINERACAO S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
14°	NIDERA SEMENTES LTDA.	Acima de US\$ 100 milhões
15°	SEARA ALIMENTOS LTDA	Acima de US\$ 100 milhões
16°	AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	Acima de US\$ 100 milhões
25°	NOBLE BRASIL S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
37°	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	Acima de US\$ 100 milhões
41°	SUCOCITRICO CUTRALE LTDA	Acima de US\$ 100 milhões
42°	MULTIGRAIN S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
50°	CHS AGRONEGOCIO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Acima de US\$ 100 milhões
61°	CGG TRADING S.A	Acima de US\$ 100 milhões
63°	CARAMURU ALIMENTOS S/A.	Acima de US\$ 100 milhões
92°	LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A.	Acima de US\$ 100 milhões

Fonte: MDIC/SECEX

Apesar do banco de dados da Secretaria de Comércio Exterior não apresentar de forma discriminada os valores exportados, é possível identificar pelo ranking que, em termos de exportação, há um predomínio de produtos do setor primário, com destaque para Vale e Petrobrás, seguidas de empresas do ramo da cadeia carne/grãos. Em comparação com o gráfico sete, a tabela acima mostra que para o ano de 2014 a Bunge apresentou maiores valores de exportação que a Cargill. Louis Dreyfus aparece em 8º, seguida da ADM, em 9º. Outras empresas associadas da ANEC que estão entre as 100 maiores exportadoras são: Nidera (14), Amaggi (16), Noble (25), Coamo (37), Sucocítrico Cutrale (41), Multigrain (42), CHS (50), CGG (61), Caramuru (63) e Dreyfus Agroindustrial (92). A empresa nacional Fiagril não aparece na lista das 100 maiores exportadoras de 2014.

Ao analisar as empresas exportadoras, apenas para o caso de Mato Grosso, vemos as empresas do ramo da mineração e petróleo saírem de cena e o predomínio ser, quase que integralmente, de empresas exportadoras de grãos e de carnes. Bunge desponta na lista, seguida de ADM e Cargill, ou seja, há uma inversão em comparação com os números nacionais. Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus são responsáveis por 44,94% do total exportado do estado. Ao somarmos os valores exportados pelas empresas associadas da ANEC, acrescida da Bunge, chegamos ao valor de 67,64%.

Tabela 8 – Principais Empresas Exportadoras de Mato Grosso, por valor exportado (em US\$ FOB) (2013 e 2014)

Ord	Descrição	2014 (Jan/Nov)		2013 (Jan/Nov)		Var% 14/13
		US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
	TOTAL DA ÁREA	13.978.518.595	100,00	14.893.350.197	100,00	-6,14
	TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	12.125.543.827	86,74	12.555.321.385	84,30	-3,42
01	BUNGE ALIMENTOS S/A	1.584.601.215	11,34	2.578.170.529	17,31	-38,54
02	ADM DO BRASIL LTDA	1.300.703.078	9,31	1.516.774.852	10,18	-14,25
03	CARGILL AGRICOLA S A	1.200.363.735	8,59	1.348.127.983	9,05	-10,96
04	AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	1.194.529.789	8,55	1.047.992.473	7,04	13,98
05	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.	902.584.610	6,46	1.251.780.449	8,40	-27,90
06	JBS S/A	859.544.299	6,15	714.098.050	4,79	20,37
07	MULTIGRAIN S.A.	416.828.610	2,98	257.655.338	1,73	61,78
08	NOBLE BRASIL S.A.	373.447.021	2,67	356.383.837	2,39	4,79
09	NIDERA SEMENTES LTDA.	368.864.728	2,64	301.542.405	2,02	22,33
10	BRF S.A.	340.888.086	2,44	648.345.844	4,35	-47,42
11	CGG TRADING S.A	339.673.977	2,43	240.340.826	1,61	41,33
12	AGROPECUARIA MAGGI LTDA	272.102.760	1,95	332.067.241	2,23	-18,06
13	USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA	246.155.451	1,76	---	---	---
14	CARAMURU ALIMENTOS S/A.	236.375.144	1,69	300.350.705	2,02	-21,30
15	AGROINDUSTRIAL SANTA JULIANA S/A	209.803.077	1,50	---	---	---
16	CHS DO BRASIL - GRAOS E FERTILIZANTES LTDA.	190.397.212	1,36	272.185.466	1,83	-30,05
17	SEMENTES SELECTA SA EM RECUPERACAO JUDICIAL	159.683.127	1,14	89.338.680	0,60	78,74

18	FIAGRIL LTDA	145.581.684	1,04	87.767.315	0,59	65,87
19	BTG PACTUAL COMMODITIES S.A	144.983.474	1,04	---	---	---
20	NAO CONSTA NO CADASTRO	139.327.518	1,00	116.230.879	0,78	19,87
21	MINERACAO APOENA S.A.	116.041.764	0,83	225.097.880	1,51	-48,45
22	ALIANCA AGRICOLA DO CERRADO S.A.	112.989.952	0,81	25.135.896	0,17	349,52
23	MARFRIG FRIGORIFICOS E COMERCIO DE ALIMENTOS LT	104.114.591	0,74	---	---	---
24	VANGUARDA DO BRASIL S.A.	101.338.804	0,72	44.550.886	0,30	127,47
25	CEAGRO AGRICOLA LTDA	101.127.945	0,72	70.223.343	0,47	44,01
26	BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA	100.008.438	0,72	86.294.606	0,58	15,89
27	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A	90.315.129	0,65	108.841.364	0,73	-17,02
28	O TELHAR AGROPECUARIA LTDA	79.004.205	0,57	145.868.537	0,98	-45,84
29	LOS GROBO CEAGRO DO BRASIL S/A	78.411.986	0,56	29.710.096	0,20	163,92
30	COOAMAT COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO MATO GROS	76.548.048	0,55	100.175.907	0,67	-23,59
31	ABJ COMERCIO AGRICOLA LTDA	63.971.993	0,46	---	---	---
32	USINA ITAPAGIPE ACUCAR E ALCOOL LTDA	61.341.773	0,44	---	---	---
33	USINA GUARIROBA LTDA.	57.523.417	0,41	---	---	---
34	SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	56.984.527	0,41	57.254.387	0,38	-0,47
35	SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIO	56.059.493	0,40	87.083.172	0,58	-35,63
36	VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S	50.371.556	0,36	82.008.132	0,55	-38,58
37	MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANT	49.530.428	0,35	---	---	---
38	DURLICOUROS IND E COM DE COUROS, EXP E IMPORTAC	48.929.893	0,35	33.924.307	0,23	44,23
39	USINA FRUTAL ACUCAR E ALCOOL LTDA.	47.872.717	0,34	---	---	---
40	USINA OUROESTE - ACUCAR E ALCOOL LTDA	46.618.573	0,33	---	---	---
41	DEMAIS EMPRESAS	1.852.974.768	13,26	2.338.028.812	15,70	-20,75

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX/DEPLA, 2015

Os dados apresentados ratificam a premissa de que o mercado de commodities é bastante concentrado. Em entrevista, uma empresa produtora de capital aberto destacou a dificuldade de exportar diretamente grãos como soja e milho. “Esse mercado é muito privado, engessado. Ninguém consegue ter acesso, (...) A Fiagril [conseguiu porque] tem parceria com as *tradings*”. Em termos de relação com as grandes *tradings*, o entrevistado sugere que não se configura uma relação de dependência:

“Para nós, [dependemos] muito pouco. O que acaba acontecendo muito é a empresa de agroquímicos. Existe muita troca, para travamento, isso acontece. Não é muito, mas acontece. Principalmente agroquímicos específicos para algodão. Isso acontece bastante: compro 10 milhões de produtos você recebe lá na frente já travado; já preços e é um travamento de algodão. Pega, já trava, ó vou te entregar produto lá no meu benefício, julho, agosto. Do algodão, estamos conseguindo exportar caroço direto, pluma...” (Entrevista de campo, 2014).

2.4 As Tradings Nacionais

Mesmo nesse contexto de internacionalização do setor de comercialização de grãos expresso no item acima, é possível identificar empresas que se mantêm, integral ou majoritariamente, de capital nacional. Em seguida das quatro grandes do setor, a empresa Amaggi aparece em destaque. Outra nacional que merece atenção para este trabalho é a Fiagril, empresa constituída de produtores e empresários originários do médio norte mato-grossense.

Empresa líder do Grupo André Maggi, a Amaggi é a principal *trading* nacional de grãos. Atua na compra e venda de soja e milho e possui forte aparato logístico, agroindústrias, estruturas de armazenagem além de executar as operações portuárias. A sede da empresa segue no estado do Mato Grosso, onde também está localizada uma das duas unidades de esmagamento de soja no país, no município de Lucas do Rio Verde.

De origem paranaense, como muitos do ramo do agronegócio mato-grossense, André Maggi fundou a empresa Sementes Maggi, em São Miguel do Iguacu, ainda no estado do Paraná. Através de um financiamento, conseguiu construir um primeiro armazém em 1983, em uma de suas fazendas, em Itiquira, já no Mato Grosso, para receber soja de produtores locais. Aquele, então, era o maior armazém graneleiro do estado, próximo à rodovia BR-163. É também nesse ano que a sede da empresa migra para Rondonópolis e Maggi cria a Agropecuária Maggi. Mais adiante, em 1986, funda a Maggi Armazéns Gerais Ltda. Hoje o nome do empresário é até nome de Avenidas, como no município de Sinop.

O potencial comercial da região já era notado por empresas internacionais, a fim de atuar no mercado de *commodities*. Silva (2005) destaca a atuação da Cargill e Sanbra⁵⁵ e Ceval e Sadia. Inicia-se um contexto de disputa de mercado pela apropriação da produção de soja. Com o acirramento dessa competição, o empresário passa a investir nos setores de armazenagem, pesquisa de novas variedades de sementes, transporte, etc.

Na ocasião, Maggi usava com frequência a moeda verde como forma de troca com os produtores. O financiamento da produção passava a ser feito com grãos. Maggi buscava financiamento para suas ações junto às indústrias no país e do exterior voltadas para a exportação de soja. Os bancos nacionais entravam com pouca importância no financiamento à lavoura. Nesse processo intenso de capitalização do espaço agrário, a terra já não era mais o único fator para a reprodução ampliada do capital da corporação.

⁵⁵ Que já em 1923 havia sido comprada pela Bunge.

Produtores de menor porte tinham dificuldade de contrair financiamento; os recursos se concentravam em grandes proprietários e produtores já capitalizados. Aos poucos, isso criou um circuito paralelo à moeda, a instituição da moeda verde, como consequência da exclusão financeira destes produtores. Assim, a empresa Sementes Maggi começou a desempenhar papel de banco junto aos produtores. A partir daí, começa-se a trabalhar com comércio de grãos: dinheiro, sementes e adubo em troca de grãos.

O dinheiro necessário para as atividades era viabilizado por Maggi através de parcerias com empresas como Cargill, Sanbra⁵⁶ e Rei Inadora de óleos do Brasil, ou seja, a inserção da empresa nacional neste mercado vinha já de forma relacionada à atuação e ao poder econômico de empresas maiores e/ou de capital internacional, mostrando, desde o início, a existência de relações entre essas empresas com as grandes *tradings*⁵⁷. Nessa tendência, Blairo Maggi, filho de André, estabelece um escritório de representação em São Paulo para poder se articular com outras grandes empresas voltadas para a exportação da soja (alguns exemplos citados por Silva são Cargill, Saroc, Ceval, Sumitomo, Cereol, André e Cia Ltda e Greencoop).

Já em 1985, Maggi começa a comercializar para exportação a soja, porém em pequenas quantidades. Em 1995, com o apoio do Grupo André e Cia, de origem suíça, a empresa estabelece novas fontes bancárias internacionais de financiamento de suas atividades. Até a construção de seu próprio Porto (em Itacoatiara, no Amazonas) os maiores negócios das empresas eram voltados para o mercado nacional (Até 1996, 75% era para o mercado interno e 25% para o mercado externo. Paulatinamente, o financiamento a produtores rurais e exportação se tornaram o negócio mais atrativo da empresa) (SILVA, 2005). Com o controle da produção de vários produtores, o grupo começou a vender a soja para o mercado interno, através da Bolsa de Mercadorias & Futuro de São Paulo, e para o exterior, via cotações da Bolsa de Mercadorias de Chicago. Ao negociar nessas bolsas, o grupo preestabelece um determinado preço da soja para uma respectiva data de sua venda. Nessa especulação de preços, a empresa aumenta ainda mais seus lucros sobre a soja produzida por terceiros. Hoje, a Amaggi figura entre as grandes empresas do Brasil.

Por sua vez, a Fiagril é uma empresa voltada para o agronegócio na principal região produtora de grãos do Brasil. Trata-se de uma *trading* de capital nacional, que tem atuação no mercado interno e internacional. Fundada em 1989, logo após emancipação do município de Lucas do Rio Verde, a Fiagril se origina como uma empresa de distribuição de insumos

⁵⁶ Que foi comprada pela Bunge.

⁵⁷ Em 1995, o grupo André & Cia de origem suíça apoio na construção de relações entre o grupo Maggi e bancos internacionais. voltados para o agronegócio.

agrícolas. “Ele [Marino, fundador da empresa] brinca que começou isso aqui tudo com 600 dólares emprestados. Através de uma dessas grandes produtoras aqui internacionais, a Syngenta, que é parceira desde a origem da Fiagril, e hoje a empresa deve estar faturando aproximadamente dois bilhões e meio por ano”, afirma um dos entrevistados representantes da empresa. “Ela [a empresa] foi criada nos primeiros 10 anos, aqui nessa região se originava 2,3 toneladas. Hoje estamos falando de 26 - 28 milhões. E com condição de 40 toneladas só nesse berço aqui de Nova Mutum a Sinop”, completa.

Ao compreenderem que tinham as *tradings* internacionais como uma referência para captação de recursos de suas atividades, buscaram então criar uma expertise em adquirir recursos para também ser uma *trading*. Desde 2004, a empresa começou a fazer a exportação dos grãos a partir da compra do produtor. Porém, a exportação ainda é um desafio para a Fiagril:

Na verdade, nós somos uma das maiores [tradings] do mundo, mas temos que separar em dois pontos: volume que vendemos em exportação direta e indireta. Proporcionalmente ao que a gente origina, não é grande o que exportamos diretamente, em torno de 15% só. 85% a gente vende no mercado interno. Por que? Porque estamos a mais de 2.000 km de distância dos portos. Acessar os portos brasileiros é muito complicado, tem uma série de fatores (...). Por isso, a gente tem esse projeto de saída pelo norte (Entrevista obtida em trabalho e campo, 2014).

A originação que não vai diretamente pela Fiagril para o mercado externo, é vendida para as *tradings* maiores:

É intrigante porque a gente disputa mercado na ponta também com Cargill, e a gente é mais competitivo que eles [porque] depois vende a soja para eles (...). A gente tem hoje nas regiões onde a gente atua um 20% e o segundo é a ADM que tem em torno de 14%. Só que nós acabamos vendemos depois boa parte da soja, 85% dela, para as próprias empresas que também tem originação e os armazéns nesses locais que a gente tem. Dos 85%, uns 90% vão para elas [ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus]. Fora eles, aí você tem CHS, Nidera⁵⁸, outras tradings internacionais (Entrevista obtida em trabalho e campo, 2014).

Em seguida, o entrevistado sugere haver uma divisão de mercado entre as empresas, em termos de perfil de produtor, para a originação de grãos.

O que acontece é que essas grandes companhias não têm foco tão grande no pequeno e médio produtor como nós temos. Eles estão mais voltados para a cadeia, para os maiores. Eles nos têm como grande cliente e não concorrente lá na ponta. Inclusive é estratégico [grifo nosso], uma empresa que nem nós que 2 milhões e meio de toneladas, eles podem se posicionar assim ‘vou ser mais agressivo com eles em preço porque vou fazer lá 300, 400 mil toneladas e eu posso fazer um programa de retirada de produto em março, abril, maio,

⁵⁸ Apesar de ser conhecida mais no campo das sementes a Nidera também atua na originação de grãos.

porque a safra é janeiro, fevereiro e março. Então não teria estrutura para absorver todo esse volume de grãos. Então como nós temos aí 600 e poucas mil toneladas de capacidade estática, então a gente recebe e dá condição para que eles possam fazer o programa deles de esmagamento ou de exportação e por conta disso a gente também consegue um plus aí no preço para ser competitivo. (...) Você tem quem chega aos pequenos. Como nós fomos vendedores de insumos, nós acessamos produtor de 50-500 ha financiando, se estruturando... Nós somos clientes e fornecedor. (...) Consideramos o médio até 2.500/3.000 ha e o pequeno entre 500 e 1.000. Temos na nossa carteira de clientes [produtores com] menos [ha] porque nós temos a produção de biodiesel e a produção do selo social. São agricultores de assentamentos. (...) Quando compramos fertilizantes deles, somos clientes, depois somos fornecedor porque vendemos a soja e milho pra eles. E nós já tomamos crédito com a Bunge. É um serviço complementar (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

Ainda que, predominantemente, uma *trading* de capital nacional, em junho de 2014, 25% do seu capital foi adquirido por uma gestora de fundos americana, a *Amerra Capital Management*, empresa que nasceu em 2009, em meio à crise financeira mundial, com perfil agrícola e com operações distribuídas em países do continente americano. A aproximação entre as duas empresas iniciou quando a Amerra, dois anos antes da compra, concedera um empréstimo de médio prazo para pré-pagamento de exportações.

A Fiagril está presente em 13 municípios do médio norte mato-grossense, com 14 unidades de armazenamento e 32 filiais. Em pouco mais de uma década, a capacidade estática da empresa saiu de 13 mil para 650 mil toneladas, movimentando 3.5 milhões de toneladas na última safra 2013/2014. Atualmente, a empresa está numa margem de originação de 2.5 a 3 milhões de toneladas e expectativa de originar cinco milhões de até 2020. A empresa possui uma relação com cerca de 320 produtores.

Em termos de agroindustrialização, a Fiagril possui uma Planta de Biodiesel com capacidade para produzir 200 milhões de litros de biocombustível por ano. De acordo com a entrevista, cerca de 20% desta matéria prima vem da agricultura familiar, tendo em vista o programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, PNPB que garante a aquisição do Selo Combustível Social. A fábrica de biodiesel existente entrou em fase de operação em 2006 e, segundo entrevista na prefeitura no município de Lucas do Rio Verde, contou com financiamento público. O óleo utilizado para a produção de biodiesel vem da fábrica da Amaggi. “Seu Marino [presidente da Fiagril] é muito próximo do Blairo Maggi”, ressaltou um representante da empresa em entrevista de campo.

A Fiagril é uma das *tradings* que tem investido em um novo projeto de logística, fazendo parte da Cianport, Companhia Norte e Navegação e Portos, uma *joint venture* com sede em

Macapá, que surgiu da iniciativa de investidores da região do médio norte. Trata-se da consolidação de uma nova rota de escoamento de exportação, visto os problemas enfrentados com o escoamento por Santos e Paranaguá: “a região do médio norte necessita de novas rotas para a exportação que possam substituir os trajetos para os portos de Santos e Paranaguá. (...) com um percurso de 2.300 km de rodovias precárias e congestionadas. (...) O setor privado (...) investe em novos caminhos sustentáveis que permitam a maior competitividade na comercialização de grãos e agregados (...) das diversas cadeias produtivas, inclusive na importação de insumos.”, sugere o vídeo apresentado durante a entrevista.

Após traçado o perfil destas empresas, cabe levantarmos algumas questões. A permanência dessas *tradings* de capital nacional num cenário extremamente oligopolizado e dominado por empresas internacionais merece destaque. Cada qual com sua história, Amaggi e Fiagril são empresas que nascem da trajetória individual de produtores que se tornam empresários do agronegócio – saem da esfera produtiva (tanto a jusante como a montante) e entram na esfera das finanças, em consonância com o contexto do capitalismo financeirizado da economia do agronegócio brasileiro que se consolida nos anos 2000. A dimensão política desses atores é elemento importante para compreender suas trajetórias individuais. Mostra assim, a conectividade da economia-política. Em ambos os casos, os líderes das empresas se tornaram pessoas de destaque no cenário político local. É interessante também notar que, ainda que a Amaggi esteja presente no norte-matogrossense, surge numa outra região produtiva do estado, indicando forte competitividade e dificuldade de alavancagem quando se trata de uma *trading* de capital nacional.

A partir dos relatos coletados em trabalho de campo, chama atenção as relações estabelecidas entre esses agentes. Ao mesmo tempo em que a relação entre as *tradings* se configura como uma relação de competição, típica do contexto capitalista, apresenta também uma dimensão de aliança estratégica, também comum num mercado concentrado e em rede. É notório o grau de insatisfação das empresas menores em relação às maiores, que marca a dimensão competitiva do setor. Porém, há diversos casos em que relações de dependência são estabelecidas entre elas, como compra e venda de pacotes e produção, cessão de crédito, compra de matérias-primas para beneficiamento e realização de *joint ventures* para construção de complexas infraestruturas, como o caso de instalações portuárias. Assim, muito embora elas possam competir num determinado campo/território, estabelecem, ao mesmo tempo, alianças estratégicas entre elas. Ao estudar a geografia do sistema agroalimentar, Morgan *et al* (2006) sugere que:

Nos últimos anos, novas alianças e grupos desenvolveram-se entre os conglomerados. Por exemplo, os fabricantes de alimentos e empresas de biotecnologia juntaram-se com processadoras de alimentos (...) tais alianças obscurecem e geram alterações nos mecanismos de mercado. Eles explicam que há pouca "descoberta de preços" durante as transições entre gene, fertilizante e o processamento até a prateleira do supermercado e que "o público só vai saber o preço da proteína animal quando ela chegar na embalagem da carne". Nessas condições, o agricultor se torna um "produtor", sendo autônomo apenas pela força de sua posse de terra, podendo ficar "no meio do caminho" do processo de produção e consumo se lhe for necessário quaisquer capricho no seu trabalho. O produto alimentar passa de estágio para estágio, mas o controle e a tomada de decisão mantém-se concentrados em um só lugar. (...) O desenvolvimento destes aglomerados integrados, especialmente nos EUA, é baseado em um novo imperativo para trazer conjuntamente facilidades da biotecnologia, comércio de grãos e alimentos e processamento de carne de alimentos. Neste contexto, a abordagem do sistema agroalimentar desde a perspectiva mais tradicional (e linear) do sistema de *commodities* está agora um pouco datado; na verdade, a relação entre setores de *commodities* e suas funções tornaram-se tão importante quanto as estruturas particulares que envolvem apenas as *commodities* (p.58-59, tradução da autora).

Neste cenário de alianças, alguns papéis se evidenciam. No campo da exportação, poucas empresas conseguem acessar estes mercados diretamente (MORGAN, 2006). Diversas entrevistas sugeriram haver uma determinada divisão de mercado entre as empresas. Além das *tradings*, outro tipo de empresa bastante presente nas entrevistas foram as empresas denominadas "revendas", que têm crescido em termos de importância na região. Essas empresas possuem relação direta com o produtor na compra e venda de pacotes, enquanto as grandes compram delas e focam mais na exportação⁵⁹, não reservando tempo para a venda de pacotes e fidelização junto aos produtores. A mediação com o produtor e a venda de pacotes seria uma função desempenhada pelas exportadoras nacionais e principalmente pelas revendas, enquanto as grandes fariam a exportação, configurando uma relação de atravessamento. Nota-se, assim, uma preferência das grandes *tradings* pelo processo de comercialização (e respectivos elementos estratégicos como armazenamento e logística portuária), apesar de sua influência histórica em vários subsetores do agronegócio. As grandes fatias da exportação seguem sendo abocanhadas principalmente pelas grandes, restando às nacionais e outras internacionais de menor porte um pedaço menor, à exceção da Amaggi que exporta a maior parte do que origina.

⁵⁹ Isso do ponto de vista da relação com a esfera da produção, porque segundo as entrevistas as grandes *tradings* são a fonte para os atores com menor poder em termos de acesso a crédito e insumo. Por exemplo, a Fiagril afirmou que a compra de fertilizantes é feita através de ADM, Bunge e Cargill.

Há, certamente, uma dualidade que marca esta relação no bojo do segmento das empresas; nota-se uma dimensão de interdependência entre elas, mesmo neste contexto de concorrência - afinal “os capitalistas concorrem uns com os outros no reino das trocas” (HARVEY, 2013, p. 184-185). Em termos de recursos de poder, é possível identificar uma configuração desigual onde empresas menores podem ser interpretadas como ramais das grandes, como sugeriu um dos entrevistados representante de produtores rurais: “as pequenas precisam das grandes; [as] grandes [precisam] das pequenas”. Ainda que seja uma dependência mútua, a diferença em termos de recursos de poder dos diferentes agentes implicará em diferenças também nessas relações.

3) A territorialização: O capital na BR-163 mato-grossense

Este capítulo tem como objetivo apresentar, a partir das matrizes conceituais já sinalizadas e, principalmente, à luz do debate sobre território e territorialização, a ação das *tradings* no norte do Mato Grosso. Pactuaremos inicialmente sobre o que estamos falando ao usar o conceito de território: nosso pano de fundo são as relações sociais territorializadas dos atores hegemônicos do agronegócio; falar em território é falar em relações de poder. Elencamos três elementos estratégicos da ação das *tradings*: seus aportes no financiamento ao produtor rural, seus investimentos e domínio na área de armazenagem de grãos e, por fim, suas ações na estruturação de uma logística de escoamento da produção regional.

3.1 Território, territorialização do capital e fronteiras de acumulação

*Sem o território não se faz nada. Ele é a base.
Produtor rural e líder sindicalista, entrevistado em 2013*

Na ciência geográfica, o conceito de *território* aparece como um dos centrais. São vários os autores que se debruçam sobre ele. O resgate etimológico da palavra nos aponta para sua origem, do latim, *territorium*, derivada do vocábulo latino *terra*. Ao mesmo tempo, a palavra era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* como o pedaço de terra apropriado, dentro de uma determinada jurisdição político-administrativa. Porém, o conceito *jus terrendi* também se confundia com *terrifier*, do francês, ou seja, o “direito de aterrorizar”. Território nos remete assim, tanto à terra e à dimensão da relação humana com ela assim como um escopo de palavras relacionadas à raiz terror: aterrorizar, assustar (HAESBAERT, 2004, p.43). Em termos de uma noção do território do ponto de vista jurídico-político, Santos (2012) destaca que foram as constituições de Estados-Nação seu principal divisor de águas (p. 137-138).

A definição deste conceito busca apreender o que, de fato, o compõe. Para Santos (2012), por exemplo, seria o uso do território e não ele em si mesmo o objeto de análise social. Ora, se compreendemos que o território se caracteriza por algo que envolve *per se* relações de poder, não parece ser passível de compreensão sem essa dimensão do *uso*. Território só pode ser visto enquanto tal, usado, enquanto algo que se constitui a partir das relações, ou, o que seria

classificado a partir dos objetos e das ações. “O território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”, afirmaria Souza (1995) que define o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

No campo da geografia estrangeira, Raffestin e Sack apresentam abordagens relevantes sobre o conceito em questão. A leitura de Raffestin (1993) sobre o território é também relacional às relações de poder, de forma a enfatizar sua dimensão política. Porém, afirma ele, que “as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), sendo imanentes a elas; busca, assim, dimensionar uma correlação entre os aspectos econômicos, políticos, sociais, dentre outros.

Ao enfatizar a dimensão política, o autor sugere que o poder político é congruente a toda e qualquer forma de organização e o território, juntamente com a população e os recursos, seria importante trunfo do poder. Os símbolos e representações são importantes na construção de um dado território, permitindo comunicar e soar intenções. O espaço representado passa a ser um território, devidamente vinculado a uma relação social. Raffestin também destaca que o espaço é definido dentro de um conjunto de relações histórico-sociais. Por ser relacional e envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, o território é movimento e fluidez. O poder é uma relação e não tem um centro unitário de onde ele emana (HAESBAERT, 2004, p.82).

É possível identificar a ação das *tradings*, que envolve concentração e centralização de poder, a partir de um sistema de malhas, nós e redes que se imprimem no espaço, conduzidos pela interação de indivíduos e grupos e permeado de símbolos, como um fator que vem gerando reflexos na organização do território norte mato-grossense, onde se localiza a área de influência da BR-163. Já destacamos que, além do Estado, atores como empresas ou outras organizações também desempenham papel relevante na organização do território nacional, por meio de novos recortes e novas implantações e ligações. As possíveis relações entre diversos atores e seus grupos são, em sua maioria, dissimétricas e multilaterais, envolvendo relações de poder e dominação entre os diversos grupos em questão.

Enquanto Raffestin fala dos domínios dos territórios informacionais, Sack (1983) prioriza sua dimensão material. Ao trabalhar o conceito, este segundo autor enfatiza a noção de territorialidade – qualidade necessária para a construção de um território. Esta noção é incorporada ao espaço quando esse media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como

forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais; trata-se do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área. Enquanto território e territorialidade implicam uma relação de poder, o inverso não é necessariamente fato; nem toda relação de poder é territorial e inclui uma territorialidade. Apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack reconhece as dimensões econômica e cultural.

A noção de territorialidade tem por objetivo compreender o reflexo da multidimensionalidade do vivido territorial, pelos distintos grupos que compõem a sociedade. Num processo de reprodução ampliada do capital, é comum diferentes formas de viver o território se “encontrarem”. Porém, são diferentes práticas e vivências, de atores sociais que possuem diferentes poderes no fazer do território. Mas a territorialidade é dinâmica e se constituiu não apenas a partir da relação do homem com seu meio, mas entre homens e mulheres e o meio e os outros homens e mulheres. A territorialidade é fluida na medida em que a prática social também é. Negligenciar ou invisibilizar formas de territorialidades podem ser ações intencionais de controle de pessoas e recursos. A territorialidade não consiste apenas num resultado, um fim, mas também num instrumento, um meio pelo qual tenta ou cria-se territórios. Neste sentido, é importante identificar quais são as estratégias e ações utilizadas para construção de uma relação de territorialidade por parte de um grupo ou indivíduo (SACK, 1983).

Assim, Sack entende que a territorialidade se define a partir da ação de um ator, indivíduo ou grupo, objetivando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoal, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e a afirmação do controle sobre uma área geográfica, a ser o território. Já para Raffestin, numa visão bem mais ampla, a territorialidade seria “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumento” (RAFFESTIN, 1988, p.265 *apud* HAESBAERT, 2004, p.86-87).

Os recentes processos globais acaloraram os debates sobre o território: afinal a mundialização e homogeneização, frutos da compressão espaço-tempo, teria feito do território um conceito ultrapassado? Haesbaert (2004) refuta esta possibilidade ao afirmar que a mundialização produz novas territorialidades e estudar as conexões de processos globais com territórios a eles vinculados. Afinal, não estamos no fim da geografia. Talvez essa compreensão equivocada tenha a ver com o próprio fato de que o território foi em origem um conceito

vinculado ao de Estado-Nação⁶⁰, a um território “político” (e em certa medida à própria ciência geográfica enquanto estudo dos estados como agrupamentos territoriais), categoria que (em determinadas correntes) perdeu força *vis a vis* a globalização.

Na contramão da idéia do fim dos territórios, Haesbaert aponta que a dimensão territorial, atualmente, ganha – ao invés de perder - relevância, a partir de novos contornos, como, por exemplo, a guerra dos lugares e as temáticas ambientais. Na medida em que a própria lógica societária tem como característica sua espacialização – que se dá necessariamente num determinado contexto geográfico, essa dimensão espacial das relações sociais – para além da concepção da sociedade, a partir da lógica de Estado, tem – necessariamente - uma dimensão territorial. São relações que se territorializam na sua dimensão espacial.

O momento contemporâneo da acumulação ampliada, enfim, o contexto da “globalização” nos traz desafios para entendermos os processos vinculados à dimensão territorial: como é a ação local de atores internacionais que são, muitas vezes, agentes econômicos? De forma geral, chama a atenção como as leituras sobre o conceito território dão peso ao que seria classificado como a dimensão política do território; talvez mesmo reflexo da origem do conceito, como supracitado. Sobretudo ao dispensar uma análise relacional das dimensões políticas e econômicas de um processo social, nos parece que estas análises podem perder em termos de caráter explicativo da realidade posta. A economia é política e vice-versa. O ganho em termos de recurso e poder dos atores econômicos enfatiza isso; no caso desta pesquisa, entender de forma dissociada o poder político dos poderes econômicos na conformação do território é uma perda analítica. Importante para esta pesquisa é compreender a ação corporativa – entendida enquanto um grupo que reúne várias empresas de diversos ramos e que concentra muito capital e interesses sob um único controle - nesse jogo de poder que conforma o território.

O conceito proposto por Santos (2000) como “corporatização do território” enfatiza o uso de recursos públicos destinados a eventos que têm destino prioritário atender às necessidades geográficas das grandes empresas, como a própria construção de determinadas infraestruturas. O uso corporativo é marcado pela ação da empresa no território em função, eventualmente exclusivamente, dos seus fins próprios (SANTOS, 2000, p.85). Porém, Santos destaca que suas ações acabam afetando a sociedade como um todo, visto que são empenhados

⁶⁰Compreendemos que no contexto atual de mundialização com o avanço do modelo do capital, os Estados, enquanto atores políticos, desempenham um importante papel.

em recursos públicos. Na guerra dos lugares, é preciso que os territórios estejam preparados para receber eficientemente os empreendimentos do capital. Isso significa garantir o fluxo material e virtual de informações e matéria nessas relações globais em rede. Os territórios são cada vez mais marcados por objetos técnicos criados para facilitar uma fluidez. Nos territórios, estão presentes verticalidades e horizontalidades, e eles podem ser formados de lugares contíguos como também de lugares em rede (SANTOS, 2012, p.138).

Acseirald e Bezerra (2009) também apontam para esta dimensão de territorialização empresarial, enquanto um processo de reorganização social no qual, através de mecanismos políticos especializados, certas empresas procuram integrar tramas territoriais determinadas ao campo de realizações de suas estratégias de valorização. Esse processo de apropriação privada do território é marcado por um forte processo de acumulação por espoliação ou despossessão (HARVEY, 2004), conceito sobre o qual nos debruçaremos mais adiante. Num território cada vez mais marcado por disputas, destaca-se o papel cada vez menor do Estado enquanto autoridade reguladora (o que não é o mesmo que sua ausência) e mais empresas na gestão do território, suas práticas, mediações e conexões. Não queremos falar aqui de um fim de identidades territoriais regionais-locais a partir da hegemonia das corporações⁶¹, mas sim, como esses atores reinventam o território. Por fim, sua ação não se dá de maneira isolada. Sua ação econômica (e, logo, política) tem “aliados”. As empresas têm um modelo de ordenação do território e essa trama se dá do ponto de vista político, econômico e simbólico.

Nosso recorte geográfico que privilegia uma determinada região como objeto de análise nos permite entender o bloco do agronegócio como uma rede de poder, onde os diversos atores envolvidos individuais trocam recursos de poder e articulam interesses. Trata-se de atores interdependentes, na medida em que suas ações provocam efeitos nos demais segmentos; porém, não se trata de atores com a mesma influência na governança de suas respectivas redes. Todos os componentes desse emaranhado de relações não adotam uma postura neutra frente às demais; isso inclui a ação do Estado. Essa relação de complementaridade, enfim, faz com que pensemos no conceito de rede de poder, enquanto uma construção social definida a partir de conexões complexas, que também se caracteriza por uma complementaridade dinâmica dos processos e atores e pelo poder de dominação. As corporações produzem redes territoriais (PAULILLO, 2000).

⁶¹ A produção do espaço mediada também por essas relações de poder que tecem os territórios, nunca homogeneizou o mundo, nem mesmo do atual momento do processo de acumulação do capital.

É importante, então, destacar esse caráter relacional da ação territorial dos atores que são objetos de análise nesta pesquisa. Os encadeamentos devem ser analisados enquanto redes de poder. Na medida em que os territórios são marcados por relações de poder, as redes de poder imprimem uma conformação territorial. Paulillo (2000) destaca como os complexos agroindustriais operam como verdadeiras redes de poder. São redes de poder que, embora internacionalmente conectadas com atores que não estão no mesmo lócus (sejam suas sedes em São Paulo e cidades internacionais, sejam investidores em Chicago e no mundo), são também redes territorializadas.

Devido à complexificação dos sistemas produtivos do agronegócio, decorrentes das transformações que alteraram o cenário a partir dos anos 1990, Mazzali (2000) propõe o uso do termo “organização em rede”, em substituição ao conceito de complexo agroindustrial, denotando outras relações que transcendem esta dimensão. O aspecto central do novo cenário é a ampliação considerável do campo de ação por parte dos diferentes capitais e certa redução da intervenção do Estado, abrindo espaço para novas opções estratégicas, propiciando, assim, o ambiente para a reestruturação das relações. As articulações intra e intersetoriais passaram a ficar muito mais por conta das estratégicas do setor privado. A organização em rede tem implicações na própria organização e gestão do território.

Ao estudarmos uma região em parte com o perfil agrário exportador consolidado e em parte em mutação, faz-se necessário compreender o papel estratégico desses atores privados na criação dessa fronteira, conceito aqui compreendido enquanto um lugar onde se cria o novo a partir de recursos técnicos modernos, da articulação com o capital privado nacional e internacional, e da integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica (MACHADO, 1996). Importante para nossa leitura é compreender este conceito do ponto de vista da fronteira do capital, entendido como relação social de produção.

Ao mesmo tempo em que a agricultura se apresenta como uma ação territorializada, tem incorporado ao longo das décadas uma dinâmica capitalista de produção e circulação, do ponto de vista da reprodução ampliada do capital. Arrighi (2013) ressalta que capitalismo e territorialismo são modos opostos de governo ou de lógica do poder. Enquanto governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, e fazem do capital um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial, governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos

escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto do processo primeiro, a acumulação de capital. Trata-se, então, de diferentes combinações de coerção e capital em processos de gestão. Todavia, historicamente, ambas as lógicas não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal.

Segundo David Harvey (2004), os processos na economia contemporânea devem ser analisados enquanto a atual etapa de uma constante acumulação do capital. A lógica do capital se baseia na constante circulação através do espaço e do tempo e o Estado seria o arcabouço territorializado dentro do qual agem os processos moleculares de acumulação. Estes, por sua vez, criam redes⁶² e estruturas de operação no espaço, que podem ser, inclusive, independentes das estruturas de poder do Estado. Harvey (2003) complementa que estas duas lógicas utilizadas por Arrighi não apenas se entrelaçam de forma complexa, mas, por vezes, são contraditórias, na medida em que uma baseiam-se na fixação de ações, construções de enclaves e fixos enquanto outra pressupõe constante movimento para sua perpetuação.

A reflexão a partir dos processos de acumulação do capital nos permite perceber que essas trocas de bens e serviços produziram, ao longo dos séculos, desenvolvimentos geográficos desiguais. Devido à competitividade, capitalistas podem, dentre outros fatores, mudar para locais de menores custos de produção (o que envolve menor custo de força de trabalho) ou maiores taxas de lucro. A busca de localizações de menor custo pode estimular movimento e instabilidade na distribuição espacial das atividades capitalistas. Esta compreensão contribui na análise do movimento da fronteira da produção rumo às porções norte do Mato Grosso e a construção de novas saídas logísticas para o escoamento da produção na região norte do país. Para Smith (1988), o desenvolvimento desigual seria a marca registrada da geografia do capitalismo, que materializa as contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital: a manifestação concreta da produção do espaço.

A agricultura é, por essência, uma ação territorializada. Oliveira (2004) distingue duas possíveis formas de penetração do capitalismo no campo. A monopolização do território caracteriza-se pela contraditória presença do capital que monopoliza o território sem, contudo, se territorializar. Por sua vez, a territorialização do capital, tal como o exemplo em questão, é marcada, como sugere a expressão, por um capital que se territorializa, unificando a

⁶² Santos (1996) também apresenta a idéia de que as empresas globais – atores estratégicos na etapa contemporânea do capital - funcionam em redes, desenvolvendo toda sorte de ramificações. Algumas características centrais desse arranjo mundializado é o controle da inovação, da circulação e da gestão do capital em sua forma de dinheiro.

contraditória, porém necessária, associação de fixidez e movimento. Neste caso, a lógica capitalista (assim como sua relação social de produção) se instala e a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude.

3.2. Elementos estratégicos na expansão da fronteira e na territorialização do capital

As *tradings* passaram a ter nas últimas décadas papel de destaque enquanto forças sociais que integram um bloco hegemônico que representa o processo de reprodução ampliada do capital no campo. São reconhecidas por sua atuação vertical que abarca inúmeras atividades dos processos agrícolas nos quais estão involucradas. Neste capítulo, três atividades particulares são enfocadas, entendidas na pesquisa como prioritariamente relevantes no processo de acumulação e reprodução. A ideia aqui é mostrar o capital privado, apresentando também o lugar e papel do Estado, na estruturação do crédito agrícola para produtores rurais, na construção de logística de armazenagem e de escoamento. A partir das entrevistas, é possível inferir que as grandes *tradings* têm priorizado a estratégia de focalizar em algumas atividades relacionadas ao rentismo.

O aumento de empresas denominadas empresas de revenda ou empresas de fidelização⁶³ sugere uma divisão de atividades entre estas e as *tradings*, cabendo às primeira um campo de ações mais relacionadas ao processo produtivo na relação com o produtor, e à segunda, relações com grandes produtores ou as próprias empresas de revenda no acesso ao crédito e compra e venda de produção, que envolvem necessidade de aporte em armazenagem e estruturas para exportação. Em uma das entrevistas com representante de uma *trading* internacional, o entrevistado informou que a empresa não trabalha mais com a venda de pacotes na região, mas sim, fazem parceria com as empresas que vendem os pacotes:

Não fazemos financiamento só para produtores, mas também revendas. Nós alavancamos o negócio deles e eles capilarizam a produção. (...) Nossa maior fornecedora de grãos da unidade não é um produtor, é a Fiagril (...). Nós não

⁶³ Também chamadas em algumas entrevistas e reportagens de empresas de agroquímicos. São empresas que se relacionam direto com o produtor, vendendo pacotes, oferecendo assessoria, dentre outras coisas. Em 2000, nasceram as Associações de Revendas de Produtos Agropecuários. Já em 2007, as Associações se uniram em todo o estado e criaram o Conselho Estadual de Associações de Revendas de Produtos Agropecuários de Mato Grosso (Cearpa). Unifica Associações como a ANDAV (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas) e a Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), Inpev (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) e a Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal).

temos o que chamamos de pacotes. Temos parceria com revendas que vendem pacotes (Entrevistas em trabalho de campo, 2014).

Na medida em que a exportação direta de determinadas oleaginosas é difícil, restam às empresas menores outras atividades, como sugere em entrevista uma empresa produtora que apenas exporta diretamente o algodão, vendendo o que produz de soja e milho para outras empresas. Conseguindo exportar apenas uma pequena parcela do que originam, a maior parte da produção teria como destino a revenda para as grandes, como, por exemplo, no caso da Bunge. Em 2013, uma entrevista com uma *trading*, sugeriu haver cerca de 70 empresas no norte do Mato Grosso que faziam revenda. Já em 2014, representante de outra *trading* sugeriu que este número chegava a 100.

Do ponto de vista do escoamento e exportação da produção, enquanto vemos investimentos das *tradings* em infraestrutura de armazenamento, outros investimentos, que apresentam menor taxa de retorno, tendem a ficar a cargo do Estado. A rodovia BR-163 historicamente foi um projeto de distintos governos e sua atual pavimentação foi executada pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 – embora tenha recebido apoio financeiro de algumas empresas internacionais. Já a manutenção da rodovia, passa a ser possivelmente gerida por empresa privada, através de concessão. Nesse sentido, a escolha desses três aspectos – crédito, armazenagem e logística portuária - foram uma escolha metodológica realizada ao longo da pesquisa.

É também interessante destacar que, recentemente, a Bunge no Brasil vendeu seus negócios de fertilizantes para a Yara. Mesmo movimento foi feito pela ADM, que vendeu suas operações de fertilizantes no Brasil e no Paraguai para a americana Mosaic. Ambas as operações foram feitas condicionadas à garantia de uma relação privilegiada de Bunge e ADM com as empresas de fertilizantes. Seriam assim as revendas que acabariam “atuando com o pacote de maneira mais concreta; levam o recurso, fazem a comercialização, levam assistência técnica, agricultura de precisão. Eles fazem o pacote, (...) tem muitas empresas que fazem esse tipo de trabalho” (Entrevista de campo a uma *trading*, 2014). É possível que, em sendo o pacote algo imprescindível para a produção, essas grandes *tradings* ainda mantenham alguma relação comercial positiva com as empresas de sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

É interessante perceber, então, que as *tradings* têm se concentrado em ações que são colocadas por autores como atividades relevantes para a acumulação por espoliação e respectiva reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2004; ARRIGHI, 2013). O capital financeiro,

assim como o Estado, são alavancas importantes da acumulação. Sobre o crédito, Harvey sugere que “O cordão umbilical que liga acumulação por desapropriação e reprodução ampliada é aquele dado pelo capital financeiro e pela instituição de crédito, apoiados, como sempre, pelo poder estatal” (HARVEY, 2004).

(...) o capitalismo busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica que facilite suas atividades em determinado momento, apenas para destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num momento posterior para acomodar a sede perpétua de acumulação interminável de capital. Assim é a história da destruição criativa escrita na paisagem da verdadeira geografia histórica da acumulação de capital (HARVEY, 2004).

Armazéns, rodovias e portos, entendidos como capitais fixos, também cumprem um papel indispensável na reprodução do capital. Trata-se de ajustes espaciais dos quais a acumulação do capital depende, como portos, ferrovias, estradas, aeroportos, enfim, de instrumentos ou fixos que possibilitem a eliminação de barreiras espaciais. Esses ajustes espaciais evidenciarão a geograficidade da destruição criativa do capital (ARRIGHI, 2013, p.226). Nesse sentido, Lefebvre aponta para a importância da produção do espaço para a formação e alcance global do capitalismo.

Deparamo-nos com um processo de acumulação do tempo presente que não envolve apenas a agência do Estado: enquanto em sua maior parte, as teorias imperialistas enfocam o protagonismo dos Estados nessas práticas e respectivo aumento de poder por parte deste ator, Arrighi enfoca, a partir de sua perspectiva de Sistema de Estado, “o processo pelo qual organizações capitalistas cada vez mais poderosas tornaram-se agentes da expansão de um sistema de acumulação e domínio que, desde o princípio, englobava uma multiplicidade de Estados” (ARRIGHI, 2013, 238). É à luz desse recorte que desdobraremos os itens que se seguem.

3.2.1 A questão do crédito: produtividade e preço da terra

A questão do crédito deve ser compreendida enquanto um produto do capital para lidar com as próprias contradições internas do modelo de produção do capitalismo que leva ao excesso de dinheiro num determinado lugar e sua ausência em outro; busca coordenar no tempo os desequilíbrios do capital, como os desequilíbrios de demanda e oferta. Ou seja, o crédito tem relação direta com essa produção geograficamente desigual do desenvolvimento capitalista. Porém, ainda que movimento próprio do capitalismo, Marx, ao descrever sobre a questão do crédito, propõe que a suposta solução do capital pode terminar aumentando, e não diminuindo, as contradições (HARVEY, 2013, p.322).

No caso da atividade agrícola, o crédito se torna ainda mais relevante, devido a peculiaridades da produção agrícola. Sua produção descontínua, tanto dentro do período de produção como entre eles, onde cada cultura tem um tempo particular de rotação do capital (d-d') seria um desses fatores. Outro fator peculiar seria o caráter ilíquido do capital investido (DELGADO, 1985, 117). Na dinâmica produtiva baseada nas premissas do agronegócio, o crédito tem função ainda mais relevante do que na produção de base familiar e camponesa.

(...) a economia capitalista se guia por um circuito de uma economia monetária da produção, onde o sentido de intercâmbio segue a direção dinheiro-mercadoria-dinheiro. Nesta economia, as necessidades de capital de giro tendem a crescer quanto mais modernizada ou capitalista seja esta agricultura, em razão do crescimento da mercantilização em todos os mercados e a paralela monetarização das relações de intercâmbio. Nesse contexto, o papel dos bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo virtualmente o monopólio de uma mercadoria bastante especial - o dinheiro - por eles passarão necessariamente as demandas crescentes de crédito de curto e de longo prazo (DELGADO, 1985, p. 118-119).

O que já apontamos aqui sobre a relevância do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para a consolidação da modernização conservadora e do agronegócio no Brasil, ratificam esta hipótese. Criado na década de 1960, o SNCR marca uma fase de uso intenso do crédito rural para a modernização da agricultura e expansão geográfica da produção para a exportação⁶⁴. Naquela ocasião, era o crédito estatal tanto para investimento como para custeio e comercialização a base da política agrícola e a possibilidade de aquisição dos novos sistemas técnicos modernos. Antes da criação da SNCR, a região Centro-Oeste não tinha nenhuma participação no crédito rural, sendo esta política também importante para expansão agrícola nessa região (FREDERICO, 2009, p. 235). O crédito segue cumprindo uma função particular

⁶⁴ A Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), outra política estatal também cumpriu função estratégica para a expansão da fronteira agrícola.

no processo de modernização técnica, sendo inclusive a base principal na qual este processo se apoia.

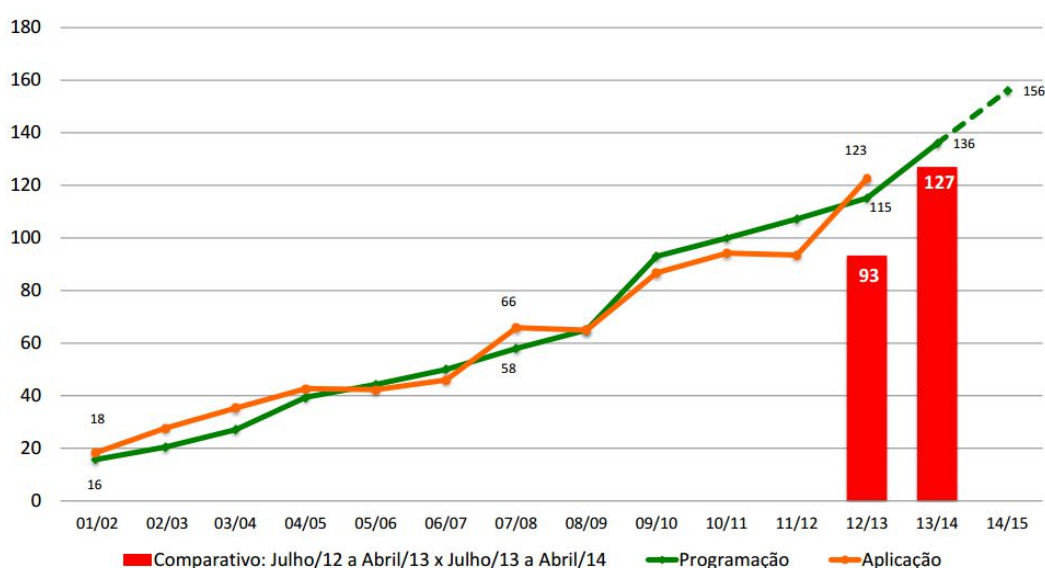
As aplicações do crédito rural brasileiro sob o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que caem substancialmente nas décadas 1980 e 1990, voltando a mostrar franca expansão ao longo de toda a década 2000. No período compreendido entre 1999-2001, o crédito real concedido cresce 148%. Já a partir dos anos 2000, a política monetária recupera o crédito rural bancário que cresce entre 2000-2010 numa média de 162% em valor real, o equivalente a uma taxa de pouco mais de 10% ao ano (Delgado, 2012).

Tabela 9–Variação do crédito concedido, segundo valor real, e média anual das despesas públicas com subvenções 1990-2010

Período	Índice do crédito concedido em valor real pelo SNCR	Despesas com sustentação das políticas de crédito e comercialização (em bilhões de reais)
1990/1992	100,00	-
2000/2002	108,12	9,27
2003/2005	152,85	7,35
2006/2008	186,29	7,31
2009	235,66	7,77
2010	244,15	7,08

Fonte: DELGADO, 2012.

Gráfico 11 – Variação na Aplicação de Recursos do Crédito Rural, em R\$ bilhões (01/02 a 14/15)



Fonte: MAPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/download/Arquivo1.pdf>>.

Ainda que esta retomada do crédito nos anos 2000 mereça destaque, Delgado (2012) sugere que, com as dificuldades de manutenção do financiamento público para o setor, mudanças nas regras financeiras protagonizadas pelo Conselho Monetário Nacional, sobretudo a partir de 1981, indicavam uma paulatina inserção do SNCR no domínio do sistema bancário privado, ancorado na defesa de que os juros deveriam ser regulados pelo mercado financeiro. Findava o cenário no qual era possível ao Estado uma transferência não inflacionária de excedentes financeiros, a partir de uma política monetária. Ou seja, esse padrão de financiamento com base nos bancos estatais, juros favorecidos e outros parâmetros favoráveis da política financeira foi se esgotando, em verdade, desde o final dos anos 1970 (DELGADO, 1985, p.74-75).

Era necessária a construção de novas estruturas financeiras para a agricultura. Com a intensificação do papel privado no crédito, no contexto da economia financeira, os bancos, que foram se expandindo para novas áreas geográficas, atuaram na base deste processo, visto que ao direcionarem grandes quantias de crédito aos compradores de ativos para financiarem suas transações especulativas, permitem a antecipação de capital. Outra consequência do aumento da participação do capital privado é o acirramento da concorrência com a seleção dos clientes que, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais mais capitalizados, eventualmente ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc.

Assim, a mudança de um sistema público com taxas de juros favorecidas para um sistema de mercado, tendo mantidas demais formas estatais e oligopólicas de administração das margens de lucro nas atividades rurais, representa grande alteração nas condições socioeconômicas da agricultura. Uma delas é o crescente poder do capital bancário em reivindicar uma parcela apreciável do lucro agrícola, acrescentando ainda mais restrições e perdas aos capitais cativos de produção exclusiva no setor. A taxa de juros agora regulada pelo mercado financeiro tem como potencial um efeito desestabilizador sobre os grupos de médios e pequenos produtores tecnificados. Vale também destacar que essa integração dos grandes bancos com os grandes grupos econômicos com interesse em aplicar na produção agrícola e no mercado de terras, expande o negócio bancário para além do crédito (DELGADO, 1985, p.125).

Enfatizamos, então, que, assim como no período da modernização agrícola conservadora, também nos anos 2000 o crédito público alavanca importantes transformações no modelo agrícola voltado para a exportação. Porém, tendo em vista este novo momento

econômico, no qual cresce a participação dos agentes privados no fornecimento de crédito e na regulação da política agrícola, também as *tradings* passam a cumprir este papel de antecipação de dinheiro para os produtores via o crédito. Mesmo com a recuperação do crédito público, ele ainda se situa pouco acima de 60% do volume concedido na fase de pico do período militar (1979-1981).

A Cédula do Produtor Rural (CPR), criado em 1994 pelo Banco do Brasil, cumpre função importante nessa passagem. Criada para facilitar a participação dessas empresas na oferta de crédito para *commodities* agrícolas, teve como objetivo custear a produção e assegurar preços futuros. Tinha como base a venda antecipada pelo produtor (antes do plantio) de parte de sua produção futura aos agentes privados. Assim, o financiamento especialmente do custeio da produção se transferia para a iniciativa privada, ratificando a premissa neoliberal (FREDERICO, 2009, p.239). As *tradings* como capital rentista têm como papel central disponibilizar antecipadamente recursos para produtores rurais.

É também através do crédito bancário que o capital financeiro internacionalizado passou a controlar/influenciar a agricultura⁶⁵. Assim, a entrada desses atores na questão do crédito configurou uma das formas de relação de dependência entre produtores e *tradings*. Já em 2004, por exemplo, o Banco do Brasil destinou R\$4,4 bilhões de recursos para financiamento agrícola via CPR enquanto as *tradings*, agroindústrias e fornecedoras de insumos emprestaram recursos na ordem de R\$ 15 bilhões (BERNARDES, 2005 *apud* BRANDÃO FILHO, 2007).

Wallerstein (2001) destaca que, com o processo da economia capitalista, o capital passa a ser usado em grande medida com o objetivo da autoexpansão: “Só é capital na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa” (p.13). Essa tendência à necessária expansão traz conclusões preocupantes para o desenvolvimento agrário ancorado no padrão do agronegócio. Ainda que o aumento da produtividade decorrente das inovações técnicas desempenhe num certo sentido esse papel de crescimento do processo de acumulação⁶⁶, não parece suficiente.

⁶⁵ Stédile (2013) ressalta que “em praticamente todos os países, o desenvolvimento da produção agrícola está cada vez mais dependente de insumos industriais e à mercê da utilização de créditos para financiar a produção. Esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da “agricultura industrial” e suas empresas produtoras de insumos. Ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo o mundo” (p.22).

⁶⁶ É comum que, no monitoramento das safras, os estados que apresentem maior variação na produtividade sejam as fronteiras mais recentes. Este dado mostra a incorporação de novas técnicas. Em estados de produção mais consolidada, a variação de produtividade de um ano para o outro já é menor. A incorporação de novas técnicas,

Essa autoexpansão também se dá através da abertura de novas áreas, fator que foi apresentado por representantes de empresas em entrevista como estratégia utilizada para crescimento da escala de produção: “Nós temos sempre que crescer para diminuir esses custos fixos”, sugere o representante de uma empresa do ramo da produção em entrevista de campo. O aumento da escala de produção pela incorporação de novas áreas pode se dar avançando a fronteira já existente, ou abrindo novas frentes de expansão. Esta tendência ao avanço da fronteira, que vem ocorrendo desde o início da ocupação do sul do estado, vai ao encontro da perspectiva segundo a qual a reprodução ampliada do capital revoluciona constantemente a geografia pela produção do espaço. Neste movimento, quem faz a tarefa de ocupação inicial da fronteira, quando os preços das terras ainda estão baixos, tem vantagens ao vender a terra num momento em que o preço se encontra mais elevado, devido à incorporação da atividade agrícola de alta produtividade:

(...) incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém exploradas), ou, ainda, de áreas da chamada fronteira agrícola interna – zonas interiores às regiões de ocupação mais antiga, que, contudo, se conservam inexploradas por diferentes motivos. (...) persegue basicamente a captura de “ganhos de fundador” (...) como sendo dado pela diferença entre o preço da terra – a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidas ao mercado – e o custo privado de sua implementação (DELGADO, 2012, p.51).

Ou seja, os ganhos de produtividade se dão por uma dupla pressão: pelo crescente aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacote tecnológico nas áreas já consolidadas, mas também pela incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado: “Quem não tem escala fica fora do mercado”, afirmou, em entrevista, um representante dos produtores rurais.

É o crédito que permite a alavancagem do produtor e que permite ganhos de produtividade. Este, por sua vez, implica no preço da terra e na configuração de concentração de terras numa determinada localidade.

Através do sistema financeiro, a elevação do preço da terra conduz ao crescimento da massa de capital dinheiro disponível. Por esta via o capital resolve, ou, mais precisamente, recoloca em outro nível, a sua contradição com o monopólio da terra. A imobilização do capital dinheiro em terras gera

não é assim suficiente para a realização dessa autoexpansão. Isso leva à necessidade de incorporação de novas áreas.

capital dinheiro que ativa o sistema de crédito rural e o sistema financeiro em geral (Silva, 1984, apud DELGADO, 2012, p. 52).

De acordo com o atual Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/2015, serão disponibilizados, ao todo, R\$ 156,1 bilhões, o que representa uma alta de 14,7% em relação ao PAP 2013/2014 (R\$ 136 bilhões)⁶⁷. Deste total, R\$ 112 bilhões devem ser empenhados para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para programas de investimento. Parte deste recurso vem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O gráfico abaixo mostra que os valores de financiamento concedidos vêm crescendo, inclusive em maior proporção que a safra de grãos.

Já a tabela 12, mostra a evolução do crédito por região do país. Destacamos os municípios das regiões mais produtoras no molde do agronegócio: os municípios das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Chama atenção que Mato Grosso, o maior produtor de grãos, é o quinto maior em termos de financiamento concedido; Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo, recebem, cada, duas vezes o valor destinado a Mato Grosso. Minas e São Paulo também apresentam valores bem superiores. A tabela mostra, assim, os distintos níveis de inserção do financiamento público e, logo privado, nas regiões produtivas do agronegócio brasileiro.

Tabela 12 – Financiamento público concedido – custeio, comercialização e investimento agrícola e pecuário - em R\$ 1.000,00, segundo estado e Região (2011-2013)

ESTADOS	2011	2012	2013
Região Centro - Oeste	17.643.115,60	24.221.450,10	30.804.210,56

⁶⁷Vale destacar a maneira profundamente desigual como o governo estabelece a destinação de crédito entre grandes produtores e a agricultura familiar. O Plano Safra 2014/2015, que dispõe de crédito para a agricultura familiar é no valor de R\$ 24,1 bilhões. Na safra 2013/2014, o Plano atingiu R\$ 20,7 bilhões em financiamentos e registrou mais de 1,7 milhão de contratos realizados entre 1º de julho de 2013 e 31 de maio de 2014. Esses dados mostram que, mesmo que com menor participação do que períodos anteriores, o crédito para o agronegócio é algumas vezes maior do que o valor disponibilizado para a agricultura de base familiar e camponesa. Dados disponíveis em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/plano-safra-2013-2014-alcanca-r-20-7-bilhoes-em-financiamentos>>.

Distrito Federal	174.130,80	183.015,75	221.258,24
Goiás	6.979.266,40	9.251.968,98	11.382.094,98
Mato Grosso do Sul	4.141.195,80	5.946.655,99	7.253.108,26
Mato Grosso	6.348.522,60	8.839.809,42	11.947.749,08
Região Nordeste	7.796.470,10	9.717.105,20	13.648.000,06
Região Norte	2.750.194,80	4.604.821,30	6.041.941,96
Região Sudeste	30.350.728,00	33.667.162,50	40.109.022,22
Espírito Santo	1.904.160,80	2.199.740,93	2.515.345,19
Minas Gerais	14.309.901,90	16.256.753,80	18.869.194,62
Rio de Janeiro	232.731,90	234.038,01	344.599,65
São Paulo	13.903.933,40	14.976.629,76	18.378.882,76
Região Sul	35.572.157,60	42.635.760,40	52.459.431,60
Paraná	14.509.725,70	17.980.282,95	22.289.192,32
Rio Grande do Sul	14.495.830,30	16.870.727,65	21.000.480,53
Santa Catarina	6.566.601,60	7.784.749,78	9.169.758,75
TOTAL	94.112.666,10	114.846.299,90	143.062.606,40

Fonte: Bacen/Deagri/SPA/Mapa

Se analisarmos o crédito por produção, segundo dados da Conab, relativos aos financiamentos de custeio concedidos a produtores e cooperativas no período de janeiro a junho de 2014, para os produtos de interesse da Conab na divulgação da safra 2013/14, milho, soja e trigo são as principais culturas com financiamento para custeio. A dificuldade no custeio pode estimular a concentração fundiária ou pelo menos da produção.

Tabela 11 – Total de Financiamento de custeio de lavoura a produtores e cooperativas, segundo produto (2014)

Produto	Contratos (nº)	Valor (Milhões de R\$)
Algodão	405	763.907,22
Amendoim	37	4.378,56
Arroz	3.436	748.240,05
Aveia	1.610	508.960,41
Canola	528	19.443,71
Centeio	4	191,54
Cevada	1.132	69.499,30
Feijão	4.221	252.705,71
Girassol	11	3.166,56
Milho	39.779	3.125.506,17
Soja	28.669	8.421.471,22
Sorgo	326	27.914,21
Trigo	50.561	2.311.667,95
Triticale	26	1.033,38

Fonte: Conab/Bacen (2014)

É bastante difícil achar informações das próprias empresas sobre valores que disponibilizam para crédito aos produtores. Nem mesmo em entrevistas esses valores costumam ser repassados. Como justificativa, em alguns casos, foi falado do fato desse processo não ser atrelado apenas à unidade visitada, envolvendo relações protagonizadas também por outras unidades e, principalmente, pelas matrizes, normalmente localizadas em São Paulo. Maiores informações são conseguidas no caso da Cargill, cujo Banco Cargill foi fundado em 2000, “com o objetivo de ampliar a eficiência das soluções financeiras oferecidas pela Cargill Agrícola S.A. aos produtores rurais, (...) resta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas”⁶⁸. O Banco Cargill, até o primeiro semestre de 2014, havia R\$ 1.933,764 ativos, ou seja, ativos de quase dois bilhões de reais, e um lucro líquido de R\$ 31,729. Sua carteira de crédito atingiu R\$ 1.434.433.

O banco possui quatro linhas de crédito: uma para o custeio, ou seja, para os custos da produção agrícola; crédito para capital de giro, ou seja, para as atividades de capital de giro de empresas e produtores; uma linha para proteção cambial, voltada para proteção (*hedge*) e por fim, uma linha de crédito denominada *Trade finance*, voltada para atores exportadores, tendo como objetivo promover o comércio exterior. A linha oferece operações de câmbio e pré-pagamento de exportação. Ou seja, são linhas para dois perfis distintos de atores, um mais voltado para a produção e outro mais para o perfil de empresas. Segundo os demonstrativos do banco, em termos de operações de crédito, a Cargill disponibilizou em 2013 quase 373 milhões de reais e no 1º semestre de 2014 quase 610 milhões de reais⁶⁹.

Importante tipo de crédito é aquele destinado para o custeio da produção da lavoura, conhecido como *funding* da soja. O custeio considera apenas despesas com insumos, mão de obra e operação de máquinas. Algumas das principais fontes possíveis são *tradings*, empresas de fertilizantes e grãos, revendas, sistema financeiro, bancos federais e recursos próprios.

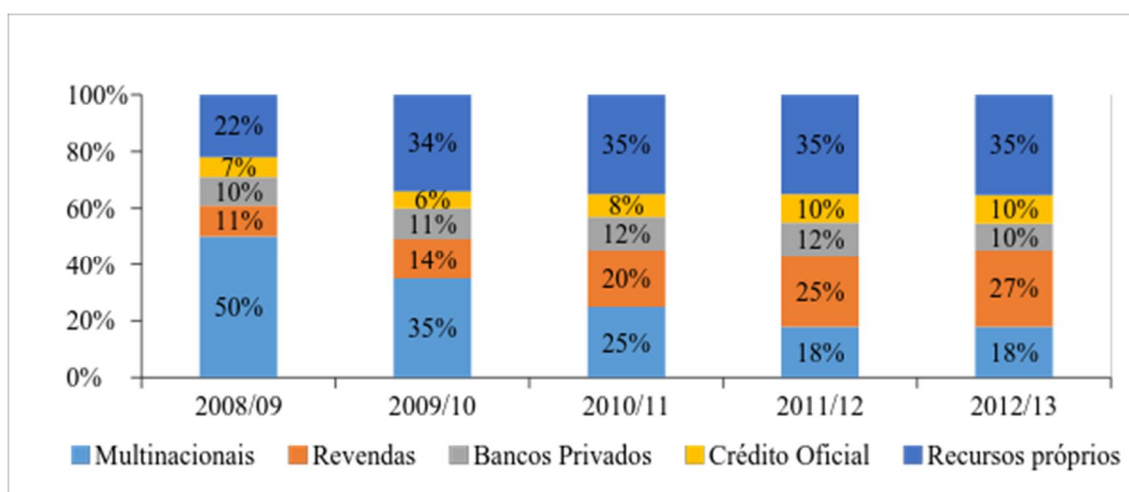
Nos últimos anos, o cenário do financiamento para custeio apresentou importantes mudanças. Na safra 2007/2008, as *tradings* foram responsáveis por 53% do *funding* da safra de soja do estado do Mato Grosso, seguidas pelas demais empresas privadas (sementes, fertilizantes e defensivos) que totalizaram um percentual de 22%. Em terceiro, veio o financiamento próprio, representando 14% e bancos públicos e privados, com 11%.

⁶⁸ O Banco disponibiliza de um site, onde foram coletadas as informações: <http://www.bancocargill.com.br>.

⁶⁹ Fonte: http://www.bancocargill.com.br/pdf/Banco_Cargill_DFJUN2014.pdf

Este cenário vem sofrendo alterações, porém. Pesquisa do IMEA mostra a participação do capital corporativo no *funding* da soja. Na safra 2013/2014, as revendas foram os maiores financiadores da sojicultora no Mato Grosso. Para 2014/2015, este valor não estava definido, mas havia uma estimativa de demanda de semear 8,67 milhões de hectares, com um custo total da safra de R\$ 13,95 bilhões, (R\$ 1,61 por hectare, 23,67%; ante a R\$ 11,28 bilhões da safra anterior) maior que o registrado no ciclo anterior. Prática costumeira entre os produtores, a troca de sacas de soja por produtos, como forma de financiamento, tem diminuído. O baixo preço estimula os produtores a segurarem sua produção e venderem quando os preços estiverem mais altos.

Gráfico 12 – Funding da soja em valores percentuais por tipo de fonte – Mato Grosso (safras 2008/2009 a 2012/2013)



Fonte: IMEA

As revendas, que não apareciam como um ator em separado, vêm crescendo de papel. Nas últimas seis safras, de 2008-2009 a 2013-2014, sua participação subiu de 11% para 27%. Em 2013, de um total de R\$ 11,28 bilhões, R\$ 3,58 de financiamento vieram das revendas. Enquanto as revendas têm acumulado papel de destaque, sugere o IMEA que as multinacionais (que entendemos aqui por *tradings*) têm perdido espaço. Nesses mesmos seis anos-safra, a participação diminuiu de 50% para 18%. Assim como as revendas, os bancos federais também têm aumentado sua fatia no financiamento, indo de 7% para 10%, para o mesmo período. Nesse mesmo ano de 2013 em que o custo total foi de R\$ 11,28 bilhões, eles aportaram R\$ 2,56 bilhões. Segundo o IMEA, na safra passada (2013/2014) o maior financiador foram as revendas, com 32% do total (correspondente a R\$3,6 bilhões), seguidas do financiamento com recursos

próprios, com 30,5% e em terceiro lugar os bancos federais, com 23% do total. Em quarto está o sistema de crédito não oficial e em quinto as *tradings*, com 8% e 7,1%, respectivamente⁷⁰.

No caso da Bunge, em entrevista, nos foi informado que a empresa não tem um banco próprio, mas possui uma linha de crédito com “variações financeiras muito similares a de um banco. A gente tem a liberação de valores, com garantias em reais, com o penhor da produção, enfim, igual a qualquer outra instituição que faça esse tipo de financiamento” (Entrevista de trabalho de campo, 2014). O acesso do crédito se dá tanto por produtores, mas também pelas revendas: “Nós temos uma parceria muito grande com revendas, como é o caso da Fiagril, dentre outras. Nós alavancamos o negócio deles e conseqüentemente eles acabam fazendo uma distribuição para os produtores”. O entrevistado ratificou a preferência da empresa pelo investimento no setor financeiro: “Os demais, produtos, os pacotes como as empresas falam, nós não temos. Temos parceria com revendas que vendem pacotes”. Na entrevista, também foi falado de que a unidade não tem trabalhado com pacotes, mas sim fazendo parceria com revendas que vendem pacotes. Segundo a entrevista, existem mais de 100 empresas com perfil da Fiagril, em termos de revenda. Atualmente, a maior fornecedora de grãos da unidade é a Fiagril e não há um número de quantos são hoje os fornecedores da unidade, sugerindo que seja mais de algumas centenas.

Se por um lado, termos o setor privado mais atuante no crédito ao agronegócio que o Estado, significando talvez menor apropriação privada de mais-valia social, por outro deixa o mercado agrícola nas mãos de agentes financeiros voltados para geração de lucro – atores que vão especular com preços de *commodities* e que através deste financiamento contribuem para o avanço da fronteira e elevação do preço da terra e sua concentração.

A dependência do produtor rural em relação ao crédito disponibilizado pelos agentes privados foi abordada em entrevistas junto a representantes dos produtores rurais. Em uma entrevista em Sinop, o representante apontou como solução o acesso a fundos internacionais como bancos suíços que apresentam taxas de juro bem abaixo do crédito concedido pelas *tradings*. A mesma estratégia, já vimos, foi usada pelo grupo Amaggi no início da alavancagem dos negócios.

⁷⁰ Já na safra 2010/2011 os valores financiados direto aos produtores, pelas *tradings*, eram baixos. Representavam apenas 8,7% do total, enquanto as revendas, 33%. Os dados do Circuito mostram que além dos 37% de participação própria o *financing* desta safra está alicerçado em suma da seguinte maneira: bancos (21%), multinacionais e revendas (33%), *tradings* (8,7%).

Em Sorriso, o representante do Sindicato de Produtores Rurais entrevistado sinalizou que os produtores têm ganhado autonomia frente às empresas e sugere que hoje, 50% da produção individual depende da antecipação de recursos por agentes privados. Em 2005, houve um grande processo de endividamento. Hoje, porém, o entrevistado afirmou ser um cenário diferente:

Principalmente na nossa região [em 2005] estávamos saindo da abertura de áreas, da formação de um parque de máquinas e além disso nós tínhamos taxas de juro bastante elevadas para os padrões. Então tudo aconteceu para levar o produtor quase que a bancarrota. Muitos deles, inclusive originários do sul, abandonaram, foram embora e até hoje não se solucionaram esses casos. O governo entrou com um programa, logicamente reivindicado na época, de reescalonamento desse endividamento. E nós estamos pagando até hoje. Naquele ano, eu me lembro bem, participei do Grito do Ipiranga, maior movimento grevista de agricultores do país. (...) Porém, hoje, a situação do produtor é bem diferente. Nós viemos de 2006/2007 em diante com margens de resultados bem maior, eu diria que até com uma boa margem de lucro, gerado até pela conjuntura internacional: nós tivemos desastres climáticos nos EUA que favoreceram principalmente a nossa região. Nós aqui temos uma coisa que é primorosa que é o nosso clima, ele é muito certo, nos dá segurança de plantar e colher. Com raras exceções, não temos perdas por fatores climáticos na nossa região. Então isso tudo levou o produto a uma situação que hoje ele está bem diferente do que era 2005, está mais consolidado, o parque de máquinas já está bem consolidado, bem atualizado, vamos dizer assim. E nós vislumbramos uma possível queda no milho (...) para os próximos anos. Porém, nós estamos mais estruturados para suportar isso. Os que não estão mais alavancados poderão sofrer, sim, mas eu acho que, na média, hoje, na grande maioria nós vamos conseguir passar mesmo que a gente não tenha mais lucratividade que esses últimos anos, depois de 2006. (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

Vale destacar que Sorriso, por ser um dos maiores produtores da região, apresenta produtores com perfil mais capitalizado. De acordo com entrevista realizada no sindicato de Sorriso, há 8-10 anos atrás, o preço do arrendamento de uma terra era em torno de 5-6 sacas de soja/ha, por ano. Atualmente, o custo atinge a faixa de 10-12 sacas. Caso faça a segunda safra, por exemplo, de milho, o produtor deve pagar a mais em cima da receita do milho. O mesmo entrevistado afirmou que a dependência dos produtores do município em relação às *tradings* diminuiu bastante:

Realmente ali existia, é um termo meio forte, mas, uma exploração muito grande do produtor por essas empresas. Logicamente, tem muitos que não vão gostar desse termo, porque se ela me serviu naquele momento não posso ficar falando mal; naquele momento era um mal necessário. [Acessar crédito junto às tradings] é a última alternativa que o produtor busca. A dependência do produtor chegava ao redor de 70%, neste contexto de maior independência, não chega a 50%: Lógico que ele [o produtor] usa o crédito

como uma pedalada. Você paga insumos, faz investimento. Então, assim, ele usa para fazer o giro, mas ele não é dependente extremo como era 2005 e ao redor. Em áreas de plantio, se eu tenho 1.000 ha, dependendo de, no máximo 50% de crédito para fazer esses 1.000 ha. Ou seja, eu precisaria financiar pelo menos esses 500ha (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

Mesma informação foi dada por um representante de uma empresa produtora de capital aberto, em Nova Mutum:

Nós já trabalhamos com percentual de quase 90%, 100%. Hoje, estamos reduzindo muito, fica em torno de 50/50 essa dependência de tradings. As fusões e abertura de capital favoreceram muito. O crédito agrícola abriu muitas portas, para você ser uma empresa legal, com ações isso abriu muitas portas para nós, com taxas de juro muito menor. Já chegamos a pagar absurdos de 80% ao mês, hoje nossa taxa de juro não passa de 0,8-1% em média não dá isso (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

A importância histórica das *tradings* para a região fica marcada em entrevista com representantes da prefeitura de um município da área consolidada “Essa região deve muito às *tradings*”, declara. No município, ainda hoje as empresas que mais arrecadam são as ligadas à produção agrícola: Bunge, Cargill, ADM, Fiagril, Amaggi e empresas de agroquímicos. Na entrevista, a informação apresentada em relação ao papel das *tradings* no financiamento destoa das demais. Em relação ao financiamento, acreditam que de cerca a 60-65% sejam originários das empresas. Este dado é repetido em entrevista com representante de produtores em Sinop, segundo o qual 12% da safra é financiada pelo governo, 30% por recursos dos próprios produtores e 60% pelas empresas.

3.2.2 O papel estratégico na logística de armazenamento

Necessidade de armazenagem⁷¹ é uma realidade no circuito espacial dos produtos alimentares, tanto nos locais de produção, como nos locais de industrialização e também nos estoques de atacadistas e varejistas (FREDERICO, 2009, 174). A sazonalidade da produção agrícola confere ao armazenamento um papel estratégico. A garantia de disponibilidade de produção continuada (*vis a vis* o seu consumo ininterrupto) gera a demanda de armazenamento.

Uma política de armazenamento é também estratégica para garantia de estoques reguladores e estratégicos. Sem uma capacidade de armazenamento, corre-se o risco de

⁷¹ Os dois principais tipos de armazéns são os armazéns convencionais e os ganeleiros, em geral mais modernizados e utilizados para armazenamento de soja.

flutuação no preço dos produtos (barateamento em épocas de colheita, devido à alta oferta e encarecimento em períodos entre safra – quando o produtor em sua maioria já não dispõe do produto para comercialização). É o descompasso entre a sazonalidade de uma produção e seu consumo ininterrupto que faz das estruturas de armazenamentos fixos estratégicos. A localização dos armazéns é previamente pensada de maneira estratégica pelos agentes que possuem as condições de construí-los.

No Brasil, ainda em 1950, as próprias unidades da federação foram formando suas próprias companhias de armazenamento. Em 1970, o estado mostra forte atuação na construção de estruturas de armazenamento, tal como “um verdadeiro empresário”, atuando de maneira mais efetiva na modernização e aparelhamento da agricultura, por meio de políticas agrícolas. Apesar da recessão da década de 1980, o estado seguiu investindo em armazéns, apesar das limitações técnicas e da má distribuição, havendo um crescimento médio de cerca de três milhões de toneladas/ano (FREDERICO, 2009, p.176-177).

Já no início dos anos 1990, mudanças referentes ao controle dos armazéns davam sinais das políticas liberalizantes. Entre 1991 e 1992, apenas, Frederico destaca que houve uma diminuição de cerca de 10 milhões de toneladas; a capacidade nacional de armazenamento caiu de 77 para 68 milhões de toneladas, como resultado de políticas adotadas. Com a menor intervenção estatal, a capacidade estática⁷² de armazenagem caminhava na contramão do aumento da produção. Uma retomada de maior fôlego ocorre apenas em 2003, com o reaparelhamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

(...) a falta de investimentos e incentivos estatais e a pequena envergadura das políticas agrícolas criaram um grande déficit ao aumentar o descompasso entre o crescimento da produção e a capacidade de armazenamento disponível. (...) A partir de 2003, com o início do governo Lula, houve uma reorientação das políticas agrícolas, com o reaparelhamento da Conab [do período Itamar], a retomada de sua função de regulação e o incentivo à aquisição de infra-estruturas de armazenagem pelos produtores, por meio do programa Moderninfra (FRDERCO, 2009, p.201)

⁷² Segundo Frederico (2009), “A capacidade de armazenamento de grãos em um silo pode ser classificada em estática e dinâmica. A capacidade estática diz respeito ao seu volume interno útil e, caso o armazém não sofra nenhuma ampliação, a sua capacidade não varia, pode ser medida em toneladas ou metros cúbicos. A capacidade dinâmica é a capacidade estática multiplicada por um índice de rotação de grãos que depende do número de cargas que o armazém recebe e expede por ano. Em regiões onde existem duas safras por ano, a capacidade dinâmica deve ser duas vezes a capacidade estática, caso você queira receber, beneficiar e expedir as duas safras” (p. 175).

No início dos anos 2000, ainda se falava em um “apagão da armazenagem”, situação que apenas veio a se reverter na metade desta década. Através da manutenção do investimento de capital privado e ligeira reinversão na postura do Estado, a capacidade de armazenagem aumentou em 39%, contra um crescimento de 31% na produção de grãos. O déficit de armazenagem caiu de 14% para 18%, entre as safras 2000/20001 e 2006/2007 (FREDERICO, 2009, p.178)⁷³.

Na medida em que se aprofundava este descompasso entre produção e armazenagem, aos poucos, o capital privado, como o caso das *tradings*, foi investindo no setor⁷⁴. Hoje, as empresas detêm boa quantia do total de capacidade estática, detendo poder de regular parte do sistema de armazenamento. O predomínio das *tradings* na logística de armazenamento inicia-se na década de 1980, ampliando-se de forma mais acelerada na década de 1990, em decorrência tanto da privatização de algumas unidades armazenadoras do governo federal como do aumento da inserção das grandes empresas exportadoras e processadoras de grãos nos circuitos produtivos agrícolas. O poder financeiro assim como o controle de unidades de armazenagem e processamento dos monopólios privados de comercialização tem forte relação com a especulação com os preços das *commodities*. Em posse das unidades, é possível que essas empresas executem compras quando o preço da soja está baixo e vendas quando o preço do produto sobe (MENDONÇA, 2013, p.63).

Atualmente, o governo apresenta uma linha de crédito específica para a construção de armazéns, em seu Plano Agrícola. Criado em 2001, o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais⁷⁵, é voltado especificamente para esta atividade e atualmente este programa de investimento objetiva apoiar projetos de agropecuária irrigada, ampliação e capacidade de armazenamento da produção pelos produtores rural e construção e ampliação das instalações destinadas à guarda de máquinas e implementos agrícola e à estocagem de insumos agropecuários. Financiado pelo BNDES, o programa de investimento Moderinfra.

⁷³ Frederico (2009) destaca outras questões importantes. Nesta retomada e com uma política de recadastramento, verificou-se que muitas estruturas, principalmente das empresas privadas, já existiam, somente não estavam cadastradas. Outros problemas além do déficit é a localização, a inadequação e precariedade de algumas estruturas e a seletividade, quando no caso dos armazéns privados.

⁷⁴ Anteriormente, as tarifas de armazenagem eram controladas pelo poder público e, assim, davam pouco retorno para o setor privado.

⁷⁵ Neste mesmo ano é criada a Lei de Armazenagem, com objetivo de modernizar, tecnificar e regulamentar os sistemas de armazenamentos de grãos.

Do total disponibilizado pelo PAP 2014/2015, R\$250 milhões serão destinados para o Moderinfra – Modernização e reforma dos armazéns, com limite de crédito por beneficiário de R\$ 1,3 milhão. Com carência de três anos, a taxa de juros para esta linha de financiamento é de 6,5% e a participação máxima é de até 100%. As duas linhas de Moderinfra (armazéns e irrigação) correspondem a 4% do total do PAP. De julho a dezembro de 2014, os recursos aplicados do PAP atingiram R\$ 86,2 bilhões, correspondentes a 55% do valor total do Plano. Em relação aos recursos reservados para as linhas Moderinfra (R\$ 550 milhões considerando os dois eixos – Armazéns -250 - e irrigação - 300), apenas R\$ 159 milhões haviam sido empenhados.

O caso dos armazéns é um exemplo emblemático de disputa entre produtores e as *tradings*. A problemática gera controvérsias e relações assimétricas de poder entre os atores, especialmente no que tange às negociações entre produtores e empresas. Segundo entrevista em trabalho de campo, em áreas de até 700 ha não é comum ver produtores com armazéns. Assim que colhe, o produtor precisa armazenar os grãos numa estrutura de terceiros. Apenas produtores mais capitalizados conseguem montar estrutura de armazenagem. Um resultado disso seria o alto índice de fornecedores de soja que fazem contrato de entrega antecipada: 70%. O controle sobre a estocagem de grãos poderia abrir margem para maior controle dos preços, tanto do grão como do frete. Segundo estudo recente apresentado em uma reportagem, o Brasil se depara com um déficit de armazenagem de 20% da produção de grãos.

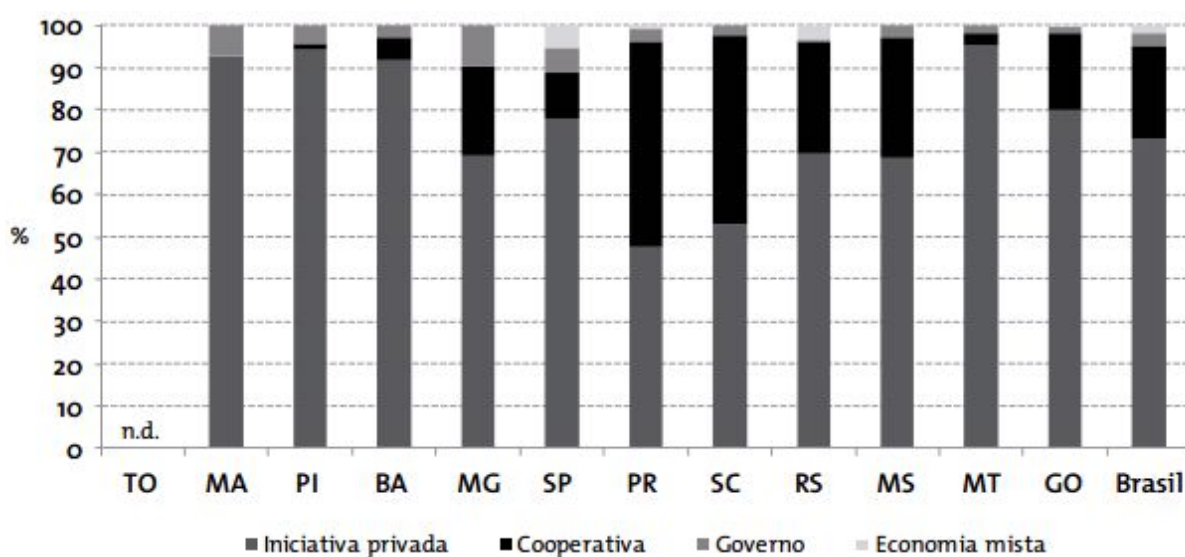
Em uma entrevista de trabalho de campo a um representante dos produtores em Sorriso, o entrevistado sugere ora mudanças neste cenário, com conquista de autonomia para os produtores, ora a manutenção de uma situação de dependência.

Nós evoluímos bastante com muita implantação de armazéns nas propriedades. Porém ainda não é suficiente e estamos longe de dizer que não necessitamos mais dos armazéns dessas tradings para nossa safra. Pelo contrário, a cada ano há uma tendência ainda maior, porque isso é um investimento bastante caro e que de certa forma o produtor não prioriza. Ele prioriza abertura e expansão de área e não consolidação, mas isso está também mudando. Existe uma promessa do governo - que eu digo que é promessa porque na prática está bem difícil - de colocar uma linha de crédito bastante interessante para o produtor colocar essa estrutura na sua propriedade, enfim, um investimento em armazenagem. O estado tem um déficit de armazenagem bastante grande, por isso tudo está interligado. Em função do déficit de armazenagem nós temos uma demanda por caminhões muito maior. Se você tem uma demanda por caminhões muito maior, isso impacta o preço do frete. E é isso que acontece, hoje, então nós precisaríamos destravar essa linha de crédito que o governo oferece para ver se nós vamos criando essa independência do ponto de vista de armazenagem (Entrevista em trabalho de campo, 2014).

Para outro entrevistado, representante da prefeitura em Lucas do Rio Verde, os produtores não queriam inicialmente implantar armazéns, atividade que foi ficando a cargo das empresas. Um fator relevante para isto era a ausência de crédito específico para o setor. O entrevistado acredita que há uma mudança nesta composição, atualmente: “conseguimos ver que está caminhando bem a armazenagem no campo e deve mudar de 10% para 20 ou 30%”.

Estudo do BNDES indica que de forma geral a iniciativa privada detém importante controle da capacidade estática nacional. Porém é importante perceber que seu papel varia a depender do estado, sendo o Mato Grosso aquele com maior controle da iniciativa privada. Na contramão, encontram-se os estados da região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. Assim como na questão do crédito público, novamente aqui a presença do estado no Mato Grosso e nos demais estados do Centro-Oeste é inferior em comparação com outros estados que apresentam áreas produtivas nos moldes do agronegócio.

Gráfico 13 – Distribuição da capacidade estática de armazenamento por tipo de propriedade do estabelecimento (percentual) – UF (2012)



Fonte: MAIA *et al*, 2013

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro de Unidades Armazenadoras, existem atualmente 2.100 unidades armazenadoras cadastradas no estado do Mato Grosso, das quais 1.287 localizam-se na região norte e médio norte, ou seja 61% do total.

A tabela abaixo apresenta a capacidade estática desta região e de Mato Grosso, segmentada por propriedade dos armazéns. Indica uma forte concentração dos armazéns nas mãos de empresas. *Tradings* associadas à ANEC, somada à Bunge detêm 31% do controle dos armazéns; 50% do total é controlado por outras empresas grandes como Sipla, Maeda, Agroverde, Agronorte e Agrosoja. Em seguida, apenas 16% do total são armazéns de produtores; 3% está na mão de cooperativas e 1% é controlado pela Conab. Entre as quatro grandes, a Bunge detém maior capacidade de armazenamento, 974.894 ton, seguida de Cargill (865.022 ton), ADM (706.555) e Dreyfus (329.183).

Tabela 12 – Unidades de Armazenamento e Capacidade estática das *tradings* ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Fiagril e Amaggi–Norte de Mato Grosso, 2014

Proprietário e Tipo	Unidades de Armazenamento (nº)	Capacidade Estática (ton)
EMPRESAS		15.864.565
<i>Tradings</i> da ANEC e Bunge		6.125.404
Maggi	32	1.400.727
Bunge	20	974.894
Cargill	23	865.022
ADM	18	706.555
VAgro	27	641.960
Fiagril	10	422.686
Dreyfus	6	329.183
Agrendo	6	263.959
Amaggi	6	175.237
Glencore	3	101.640
Noble	3	91.987
Nidera	1	68.670
Multigrain	2	56.580
SADIA	2	13.818
OTELHAR	3	11.486
BRF	1	1.000
Outros Registros CPNJ		9.739.161
PESSOA FÍSICA		3.082.611
COOPERATIVAS		646.512
CONAB		107.300
TOTAL	1287	19.700.988

Fonte: Conab – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, 2014.

Se fizermos um resgate dos dados apresentados na Tabela 8, apresentada no segundo capítulo, é possível verificar que não há uma correlação absoluta entre as empresas com maior capacidade de armazenagem e principais exportadoras (embora os dados da primeira tabela sejam em nível estadual e os dados referentes à armazenagem, apenas para a região norte).

Analisando a distribuição geográfica dos armazéns nesta região do estado, é possível identificar que a capacidade de armazenagem das grandes *tradings* se concentra na fronteira consolidada de produção. Segundo distribuição geográfica, por armazéns em nome das *tradings* estão distribuídos da seguinte forma⁷⁶:

Tabela 13 – Capacidade estática de empresas da ANEC, por município do Norte do Mato Grosso, 2013

Município	Unidades de Armazenamento (nº)	Capacidade Estática (ton)
Sorriso	24	1.186.561
Sapezal	20	777.622
Nova Mutum	19	619.268
Lucas do Rio Verde	14	559.797
Sinop	8	430.332
Diamantino	13	352.298
Nova Ubiratã	8	244.730
Ipiranga do Norte	7	216.917
Tapurah	7	181.754
Campos de Júlio	5	175.970
Santa Rita do Trivelato	4	150.223
São José do Rio Claro	5	138.704
Santa Carmen	4	126.233
Brasnorte	2	101.236
Comodoro	2	88.366
Campo Novo do Parecis	13	59.935
Tabaporah	2	58.340
Paranatinga	3	52.065
Nova Maringá	2	38.133
Gaúcha do Norte	1	26.910

Fonte: Conab – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, 2014.

Assim, é possível identificar que a capacidade estática dos municípios com histórico recente de plantação de soja ainda é baixo e não apresentam significativa presença das grandes *tradings*. Nenhum dos municípios da tabela abaixo apresenta, segundo cadastro da Conab, armazéns no nome de *tradings*.

⁷⁶ As unidades armazenadoras de registro “Maggi” foram incluídas na categoria, porém separadas daquelas registradas como “Amaggi”.

Tabela 14 – Capacidade estática total nos municípios da zona de fraca expansão da área de influência da BR-163 mato grossense

Municípios	Capacidade Estática (ton)
Itanhangá	101.556
Terra Nova do Norte	83.698
União do Sul	46.863
Alta Floresta	46.025
Guarantã do Norte	43.380
Colíder	38.065
Novo Mundo	34.310
Matupá	21.652
Juara	18.995
Nova Canaã do Norte	18.690
Paranaíta	7.877
Nova Canaã do Norte	6.449
Marcelândia	5.870
Nova Santa Helena	3.920
Nova Bandeirantes	1.518

Fonte: Conab – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, 2014.

3.2.3 A logística de escoamento da produção

O arranjo espacial em crescente densificação de capital fixo (...) é a pura expressão empírica do espaço do capital.
Rui Moreira

Presente na maioria das entrevistas entre produtores e representantes de associações setoriais, a questão da logística de escoamento da produção é uma das principais queixas da região. Os três possíveis modais de escoamento são o rodoviário, hidroviário e ferroviário e, em geral, suas deficiências que elevam o custo da produção oneram, principalmente, os produtores. O controle dos sistemas técnicos de transporte está relacionado à origem das empresas internacional de comércio de grãos. Sua influencia no preço da produção torna-a uma questão estratégica (FREDERICO, 2009, p.121-122).

No caso do Mato Grosso, a distância dos portos é, de fato, um fator que compõe o preço do produto, na medida em que se é adicionado ao custo de produção o valor de deslocamento do frete. Assim, por exemplo, em agosto de 2014, enquanto o preço da soja no Mato Grosso (60kg) girava numa média de 54,25, no Paraná o preço médio registrado foi 57,79, segundo o Boletim de Grãos da Conab, de agosto de 2014.

Por ser um modelo para exportação, vias de escoamento marítimo são de extrema importância. Santos (2011) destaca que é comum, em relação à construção de estrada, “uma progressão mais rápida das estradas de boa qualidade, que unem os grandes centros e as zonas de produção capitalista, do que das ligações regionais e locais, e dos caminhos vicinais”⁷⁷(p.142).

É comum relegar ao Estado o papel de parceria em divisão dos custos e à normatização e controle, no âmbito da concorrência (SILVA, 2006), mas mesmo no campo das infraestruturas de transporte, urbana e de telecomunicações, por exemplo, cresce o papel da iniciativa privada. O estudo da rodovia BR-163 mostra, porém, como o papel do Estado ainda é central na estruturação de condições para viabilizar uma determinada atividade, especialmente quando se tratam de investimentos sem retorno financeiro. Antes mesmo de ser objeto de intervenções do PAC, a BR-163 recebera recursos dos planos governamentais “Brasil para Todos” e “Avança Brasil”.

Nesse sentido, a fronteira da soja provoca tanto uma reestruturação de uso do território quanto a integração de áreas às redes mercantis, produtivas e financeiras globais. Caracterizamos o PAC enquanto política territorial que favorece a expansão da agropecuária tecnificada, mecanizada e altamente capitalizada na Amazônia, isto é, beneficiando espaços globalizados que tanto são agrícolas como industriais e de serviços. E ao promover uma reestruturação nas redes telemáticas e logísticas, reduzindo os custos da produção da agropecuária especializada, o PAC altera a espacialidade da produção da oleaginosa; constitui uma ação que reforça a condição agroexportadora da economia brasileira na Divisão Internacional do Trabalho funcional à reprodução do capital. (SILVA, 2010).

Após serem contempladas nos Programas PAC 1 e 2, partes da rodovia estão sendo concessionadas para empresas privadas. Em novembro de 2013, o Governo Federal concedeu a BR-163/MT à iniciativa privada, como parte do Programa de Investimentos em Logística. Dados oficiais indicam que a iniciativa privada desembolsará cerca de R\$ 1,263 bilhão na duplicação desses trechos, que deverão ser concluídos nos primeiros cinco anos da concessão, A concessão tem um prazo de 30 anos. Do total que será concedido, a concessionária deverá duplicar 453,6 quilômetros de rodovia. Trata-se do trecho que vai da divisa entre o Mato Grosso

⁷⁷Sobre este mesmo ponto, Santos também destaca que melhorias que permitam maior “movimento” de fluxos (sejam materiais, sejam informações) impactam o preço do valor das terras, encarecendo-as: “Aqueles que podem pagar mais caro são obrigados a um desembolso de capital fixo elevado, que provoca uma nova valorização seletiva do espaço (...). É por isso que, em certas regiões, a atividade agrícola se torna um privilégio dos detentores dos grandes capitais ou dos que têm acesso ao crédito”.

e o Mato Grosso do Sul até Rondonópolis, somado à Rodovia dos Imigrantes (antiga MT-407 que foi federalizada como BR-070 e atravessa as áreas urbanas de Cuiabá e de Várzea Grande) e ao trecho que vai do ponto conhecido como Posto Gil a Sinop, ou seja, o coração produtivo do Estado. A duplicação do trecho de Rondonópolis foi concedida à empreiteira Odebrecht, a obra teve início em junho de 2014. Também em junho a empresa iniciou as obras nos cerca de 80 quilômetros entre o Posto Gil e Nova Mutum, no médio norte. Haverá recuperação de pavimento e revitalização da estrada federal.

Outro fixo importante é a estrutura portuária. E do ponto de vista da ação das *tradings*, é interessante a analisar a atuação na questão portuária, que é naturalmente chave para empresas do ramo da exportação e importação⁷⁸. No Brasil, o setor portuário, sozinho, é responsável por mais de 90% das exportações nacionais, segundo dados da Secretaria de Portos da Presidência da República. Ferramenta essencial nas trocas comerciais internacionais, os portos também foram marcados por políticas neoliberalizantes. A Lei de Modernização dos Portos, de 1992, marca a atuação das empresas privadas na construção de unidades terminais nos principais portos, como Santos (SP) e Paranaguá (PR) (FREDERICO, 2009, p. 191).

O processo se intensifica com a aprovação da Lei no 12.815/2013⁷⁹ que em conjunto com o Decreto 8.033/2013 constituem o novo marco regulatório do setor portuário. Esses instrumentos definiram novos termos para a exploração de Terminais de Uso Privado (TUC), Estação de Transbordo de Cargas (ETC) dentre outros fatores⁸⁰. É interessante ressaltar que na ocasião de sua votação, a mídia jogou pesado com a ineficiência do sistema portuário. Mas já neste ano (2013) o setor privado movimentava a maioria das cargas: 338 milhões de toneladas

⁷⁸ Um exemplo emblemático referente ao papel das corporações na garantia de arranjos logísticos para a setor da soja nesta região é a construção pela exportadora Cargill, em 2000, de um terminal de grãos do porto de Santarém, onde se instalara em 1999. A construção do terminal e a perspectiva de pavimentação da BR-163 no trecho paraense levou um número relativo de produtores a se instalarem na cidade e em municípios vizinhos. Porém, sua construção foi alvo de crítica de movimentos sociais e ambientalistas. Segundo o Greenpeace (2012), tratou-se de um processo “repleto de irregularidades e falta de transparência”. O empreendimento começou a operar regularmente desde 2003, mesmo sem o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental. A conquista da licença ambiental definitiva do porto foi apenas em 2012, todavia, o porto continuava sub judicis na justiça federal e houve denúncia de que os relatórios de impacto ambiental do empreendimento eram fraudulentos. A presença do terminal da Cargill nos ajuda a compreender a posição de destaque que passou a ter o município de Santarém, que se tornou o melhor localizado da região para a atividade exportadora, levando à redução nos custos com transporte (SCHLESINGER & NORONHA, 2006). Primeiro registro de embarcação de soja foi em 2003, 456 mil tons. De 2003 para 2013, o volume de soja em grão embarcado por este porto cresceu em quase 3,5 vezes, mas no geral apresenta grande oscilação e não um crescimento continuado. Maior aumento se deu entre os anos de 2004 e 2005 (aumento de 331 mil tons) e entre 2007 e 2008 (253 mil ton). De 2008 a 2011, há uma queda continua na exportação, voltando a subir em 2012.

⁷⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm.

⁸⁰ <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/terminais-de-uso-privado>

(36%) foram realizadas pelos Portos Organizados e 593 milhões (64%) por Terminais de Uso Privado (TUPs).

Os critérios de concessão e arrendamento da nova lei terão prazos de até 25 anos. Os critérios elencados no decreto que regulamenta a lei para a escolha de vencedores as licitações para concessão e arrendamento de áreas são: maior capacidade de movimentação de carga, a menor tarifa a ser cobrada das empresas que usam os portos para importação ou exportação de produtos, ou o menor tempo de movimentação de carga. Também poderão ser usados como critério de escolha nos editais o maior valor de investimento, a menor contraprestação do poder concedente e a melhor proposta técnica⁸¹.

A lei de 2013 tem impulsionando, a partir da entrada da iniciativa privada, a construção de novos terminais portuários. Atualmente são 14 Terminais de Uso Privado (TUPs) no Pará (e mais 06 receberam autorização para operar no estado). Perde apenas para o Rio de Janeiro (22), Rio Grande do Sul (16) e Amazonas tem o mesmo número (14). Em setembro de 2014, já haviam sido autorizados 25 TUC desde a aprovação no novo marco regulatório do setor portuário, dos quais 12 na região Norte. Desses, um foi em Tocantins, 02 em RO, 03 no AM e 06 no Pará. Ou seja, 06 foram no PA que tem 14 no total. Antes da Lei o estado tinha 08 TUPs. Em menos de dois anos, o Estado aumentou em 42% o número de terminais privados⁸².

Tabela 15 – Instalações Portuárias autorizadas após a nova legislação até 13/01/2015, a serem implementadas pelas *tradings* da soja

Empresa (Razão Social)	Município	UF	Modalidade	Investimento (R\$)	Data de Assinatura
---------------------------	-----------	----	------------	-----------------------	-----------------------

⁸¹Numa perspectiva de concorrência, a tendência é ganhar grandes grupos.

⁸²As informações sobre instalações portuárias pode ser encontradas na Secretaria de Portos: <http://portossa.com/porto/tup-da-adm-comeca-a-operar-em-barcarena/>
<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/regiao-norte-tem-12-tups-autorizados>

AMAGGI Exp e Imp Ltda	Porto Velho	RO	TUC	100.000.000,00	03/01/14
Loius Dreyfus Commodities Brasil S.A.	São Simão	GO	ETC	12.196.671,00	27/03/14
Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	Pederneiras	SP	ETC	10.296.111,04	19/05/14
Hidrovias do Brasil S/A (Miritituba)	Itaituba	PA	ETC	200.000.000,00	31/07/14
Cia. Norte de Navegação e Portos – CIANPORT (Itaituba)	Itaituba	PA	ETC	43.869.000,00	05/08/14
Cia. Norte de Navegação e Portos – CIANPORT (Itaituba)	Santana	AP	TUP	137.000.000,00	29/10/14
Caramuru Alimentos S.A.	São Simão	GO	ETC	4.100.000,00	30/10/14
Caramuru Alimentos S.A.	São Simão	GO	TUP	8.700.000,00	30/10/14

Fonte: Portos do Brasil, 2015

O movimento do espaço demanda certas infraestruturas físicas, ou fixos como é colocado por Santos (1996). Na porção norte da BR-163 (MT) tem se verificado novas estruturas logísticas, alvo de investimentos público e privado, como o projeto de pavimentação da mesma rodovia BR-163, a construção de novas estruturas de armazenamento e a construção de um novo terminal portuário no distrito de Miritituba, em Itaituba, que possibilitará novas saídas para o escoamento da produção⁸³. O aumento na produção de soja no extremo norte do estado do Mato Grosso vai ao encontro dessas transformações e sugere uma nova fase de expansão da produção em direção ao norte do país⁸⁴. O discurso ideológico da “terra vazia”, base do processo histórico de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, aparece novamente como potencial recurso ideológico para justificar a reprodução ampliada do capital por espoliação, reforçando da ideia da destruição criativa⁸⁵:

⁸³Já no Plano para Desenvolvimento Sustentável da BR-163 o porto de Miritituba era mencionado, como alternativa para escoamento da produção da região norte do estado; mostra que essa alternativa logística se trata de ideia recente: “A percepção das vantagens de escoar a crescente produção agrícola do Norte de Mato Grosso, pelos portos de Miritituba (próximo à Itaituba) ou Santarém, tornou o asfaltamento da BR-163 uma obra estratégica para o desenvolvimento regional e nacional”.

⁸⁴Algumas entrevistas indicam que o norte é um dos vetores da expansão, porém, não o único.

⁸⁵ Apesar de ser um projeto recente, questões de cunho socioambientais começam a emergir decorrentes da construção do porto. O estado do Pará não possui ainda um plano de ação para mitigar os impactos ambientais e sociais que deverão ser causados com a chegada dos nove terminais fluviais. Segundo o Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Pará, em dezembro de 2013, faltou dinheiro ao governo estadual para fazer um levantamento da situação, que custaria em torno de 5 a 6 milhões de reais.

Imagem 4 –Ilustração indicativa do escoamento pelo município de Itaituba, a partir da BR-163



Fonte: Valor Econômico

Através da rodovia BR 163, a carga alcança o município de Itaituba, no Pará, onde será feito o transbordo da carga rodoviária, para comboios fluviais, através da estação de transbordo de cargas Itaituba, à margem direita do rio Tapajós no distrito de Miritituba. Do distrito de Miritituba, as barcaças iriam pelo rio Tapajós, para outros portos, como o Porto de Barcarena, em Vila do Conde, no Pará, e o Porto de Santana, no Amapá. O plano busca beneficiar a produção de grãos do médio-norte do Estado, como nos municípios de Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde e Sinop e demais municípios da região.

O projeto tem um duplo benefício: permite a diminuição de 700 a mil quilômetros de estrada, se comparado com o tempo de viagem aos os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) (atualmente, mais de 70% da safra do estado é escoada por esses dois portos); e na medida em que a China tem se constituído como principal mercado da soja brasileira, a saída pelo norte permite que a produção chegue ao continente asiático pelo Canal do Panamá, o que também encurta o tempo de viagem e barateia o preço do deslocamento da produção (menos de dois dias de viagem, pelo menos, e queda em 20% no custo). A ligação entre a BR-163 e o município de Itaituba se dá pela BR-230. Sua construção, assim como a pavimentação da BR-163, também é uma obra financiada pelo PAC 2.

Dos nove terminais previstos no porto, algumas empresas já se apresentam como interessadas e/ou em fases de elaboração de EIA/RIMA. Quatro delas já estão com estágio final de licenciamento ambiental e com obras iniciadas, das quais a Joint Venture Unitapajós (que compreende a Bunge e a Amaggi), a Cargill e a Joint Venture Cianport (envolve as mato grossenses Fiagril e Agrosoja) e Hidrovias do Brasil. Enquanto os empreendimentos são construídos, as empresas já começam a exportar parte do que originam nessa direção. Segundo entrevista realizada à Bunge, a parte operacional da Bunge em Miritituba já está funcionando. Em Barcarena, a primeira saída por lá teria sido entre abril e maio de 2014 e a empresa tem expectativa de escoar 900 mil toneladas esse ano.

Joint venture de navegação fluvial da Bunge com a Amaggi, a Navegações Unidas Tapajós Ltda, Unitapajós⁸⁶, possui sede em Belém e será uma das responsáveis pelo escoamento de grãos originados no Mato Grosso pela hidrovia Tapajós-Amazonas até Santarém, PA. Primeira parceria em navegação da Bunge no país, a empresa já possuía, junto à Amaggi, um terminal no porto de Santos e tem o aporte inicial de R\$ 300 milhões, igualmente divididos pelas duas empresas. Deverá ter 90 barcas e cinco empurradores para fazer o transporte de grãos. O objetivo é escoar 3,7 milhões de toneladas de grãos no período de três a quatro anos. A Unitapajós foi a primeira a obter licença de instalação para a construção do seu terminal fluvial em Miritituba e a primeira a entrar em operação. Além de Miritituba, a Bunge terá um terminal em Barbacena, em Belém (VALOR, 2013).

O objetivo das empresas é levar os carregamentos pela hidrovia Tapajós-Amazonas até o porto de Santarém. O projeto contou com aporte inicial de R\$ 300 milhões. Através de 90 barcas e cinco empurradores, Bunge e Amaggi pretendem escoar cerca de 3,7 milhões de toneladas de grãos no período de 3 a 4 anos com a criação da Unitapajós. Na entrevista em Nova Mutum, informaram que já tem silos da Bunge em Miritituba.

A construção do porto tem causado impactos na localidade. Em abril de 2014 uma manifestação fechou a Transamazônica em protesto às empresas. A paralisação, que impediu a passagem de caminhões, durou mais de uma semana. O motivo é o despejo de 93 famílias para a construção do Porto, com um compromisso não cumprido pela empresa de que cada família receberia um lote, uma casa de alvenaria e R\$ 8.000,00⁸⁷.

⁸⁶ É interessante notar que, em algumas entrevistas, o empreendimento da *joint venture* Unitapajós, que envolve Bunge e Amaggi, aparecerá como único com Licença de Instalação. Todavia, ele não consta na lista da ATTUP.

⁸⁷Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532434-attingidos-pelo-complexo-portuario-do-tapajos-reivindicam-direitos>>.

Outra empresa é a Cianport. No estado do Amapá, no município de Santana, a Cianport – uma parceria da Fiagril com a Agrosoja - utiliza as instalações da companhia Docas de Santana, onde será instalado um terminal de grãos que está em fase de implantação. Esse terminal terá capacidade de movimentar até um 1.8 milhão de toneladas de grãos. A Cianport investirá 37 milhões em Itaituba, 35 milhões nas instalações em Santana e mais 108 milhões nos equipamentos fluviais, totalizando 180 bilhões de reais, 70% de capital próprio e 30% de financiamento, incluindo 76 milhões de empréstimos aprovados pelo BNDES. A concessão do porto é de 25 anos.

A segunda fase do projeto prevê a construção de um terminal à margem direita do rio Amazonas. As instalações contarão com um porto completo, com posto de gás, equipamentos de descarga de barcas e estruturas de carregamento de navios e esteiras transportadoras. Também contará com armazéns graneleiros. Também nesta segunda fase está prevista a ampliação da frota fluvial com a construção de mais 18 barcas. Segundo entrevista com a Fiagril em 2013, a empresa está construindo três silos na região de 18 mil toneladas, cada. A Cianport apresentou um investimento de R\$ 37 milhões, com expectativa de movimentar 500 mil toneladas de grãos no início da operação de transbordo, que tem previsão para iniciar em julho de 2015, podendo atingir até 4,5 milhões de toneladas em 2018. A Cianport já captou um empréstimo de R\$ 73 milhões do fundo da marinha mercante, operado pelo BNDES. Ou seja, além dos recursos empenhados para a pavimentação da BR, o estado também tem investido recursos na estruturação do porto. A relação entre os gastos públicos investidos para recepção de grandes empreendimentos e os lucros auferidos decorrentes dessas atividades é comumente pouco aprofundada.

Já a empresa Hidrovias do Brasil também já deu início à construção do terminal de cargas que será controlado por esta empresa, controlada pelo fundo P2 Brasil, criado por Pátria Investimentos e Promon⁸⁸.

Segundo entrevista à VAgro, já é possível perceber variações no preço por conta da logística⁸⁹. Porém, ainda no início, este escoamento já é percebido como uma poderosa ferramenta dominada pelas grandes empresas:

⁸⁸Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3702148/itaituba-fervilha-com-promessa-de-desenvolvimento#ixzz3L8hKHjnA>>.

⁸⁹É interessante notar que ao compararmos os preços do saco de soja dos anos 2013 e 2014, nota-se um aumento no preço justamente nos municípios localizados na porção norte do estado, especialmente àqueles próximos à BR-

Já estamos vendo uma pequena diferença no preço por causa dessa logística. Em Tabaporã, já estamos mandando alguma coisa por lá. Para exportar grãos, nós temos intermédio das tradings. Em Miritituba, é só grãos por lá. Bunge está muito forte e tem alguma coisa da Cargill. Não se consegue entrar no porto do Miritituba, já tem o controle da Bunge, Cargill e Amaggi (Entrevista em trabalho de campo, 2014).

Diferentes perspectivas foram apontadas nas entrevistas, sobre quem se beneficiaria com a nova via de escoamento. O entrevistado da empresa de capital aberto do ramo da produção relativiza a pequena diferença verificada no valor da soja, apontando que o ganho real para o produtor será muito pouco: “Como a ferrovia; o sonho era chegar até Rondonópolis, ninguém viu isso até agora. Os únicos que estão ganhando são as *tradings*. Essas devem estar ganhando porque para nós não teve diferença nenhuma expressiva”. Já em entrevista a uma *trading*, o entrevistado acredita que os investimentos darão mais competitividade para o produtor: “Esse custo vai ser transferido para a produção, se existir vantagem. Acho que as *tradings* não vão conseguir captar essa vantagem”.

A presença das *tradings* também já pode ser verificada nos municípios em que os terminais portuários receberam as cargas vindas da estação de transbordo de Miritituba. Em Vila do Conde, Barcarena, um novo terminal portuário de uso privado (TUP) da ADM entrou em operação em agosto de 2014. O terminal tem capacidade de movimentação de cerca de 1,5 milhão de toneladas de grãos com objetivo de atingir, em 2016, 6 milhões de toneladas. A empresa investiu mais de US\$ 200 milhões⁹⁰. Em fevereiro de 2015, porém, a empresa vendeu 50% da participação no seu terminal de exportação de Barcarena para a empresa exportadora Glencore⁹¹. A Bunge também tem objetivo de ter um terminal lá. Segundo entrevista com Fiagril em 2014, a presença de *tradings* já se faz em Santana como no caso de Amaggi e Cargill.

Além das transformações diretas que o município de Itaituba já vem sofrendo, outras transformações na porção norte do Mato Grosso podem ser verificadas. As novas possibilidades de escoamento acompanham um avanço da produção da oleaginosa na região. Em análise realizada em 2006, distribuiu-se os 37 municípios sob influência da BR-163, em três áreas distintas. Uma área já consolidada de soja que vai desde o município de Nova Mutum até

163, de acordo com o Boletim de Grãos da Conab, de agosto de 2014. Porém, para inferir que a queda deve-se a este novo escoamento caberia maior estudo.

⁹⁰Disponível em: <<http://www.portaldanavegacao.com/coluna.php?nid=852#.VNZM5vnF-Xw>>.
<<http://portossa.com/porto/tup-da-adm-comeca-a-operar-em-barcarena/>>

⁹¹Disponível em: <<https://brasilagro.wordpress.com/2015/02/03/graos-adm-vendera-50-das-acoas-de-terminal-no-norte-do-brasil/>>.

Sorriso e uma fronteira ainda em expansão, a partir do município de Sinop, envolvendo demais municípios como Vera, Cláudia, Santa Carmem e Feliz Natal. Em direção ao Norte, onde temos uma região Pré-Amazônia há ainda uma área reserva da expansão da fronteira agrícola moderna. Dados referentes à produção, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, porém, tem mostrando o avanço da produção em municípios que ainda hoje possuem baixos números de produção de grãos, mas que podem crescer.

São muitos os relatos sobre a chegada da soja em áreas onde a oleaginosa não era plantada, inclusive nas entrevistas coletadas nos municípios do norte. Sinop já não é mais visto como o “fim” do Mato Grosso, como acontecia há poucos anos. Segundo a prefeita do município Guarantã do Norte, esta nova saída tem trazido muitas mudanças para a cidade:

Hoje todos os dias tem gente que passa aqui querendo montar um empreendimento. Toda a semana eu recebo de 3 a 4 pessoas interessadas. Há muitos anos, talvez três, eu não ia para a região do chapadão. E esse ano fui no mutirão indígena e fiquei impressionada com a quantidade que está se produzindo, a quantidade de carreta que peguei na estrada, tudo carregada. Já está muita coisa saindo por lá [Itaituba] (Entrevista em trabalho de campo, 2013).

No caminho de Guarantã para Novo Mundo já é possível ver áreas de lavoura no entorno da estrada. Segundo a Prefeita, são áreas recentes, uma plantação que está indo para o seu terceiro ano. Ela sugere que a soja tem ocupado áreas abertas pelo gado, atividade que está sendo abandonada. Trata-se de terras com potencial de produtividade alta, com alto potencial de potássio, segundo ela e outras duas entrevistas realizadas no entorno.

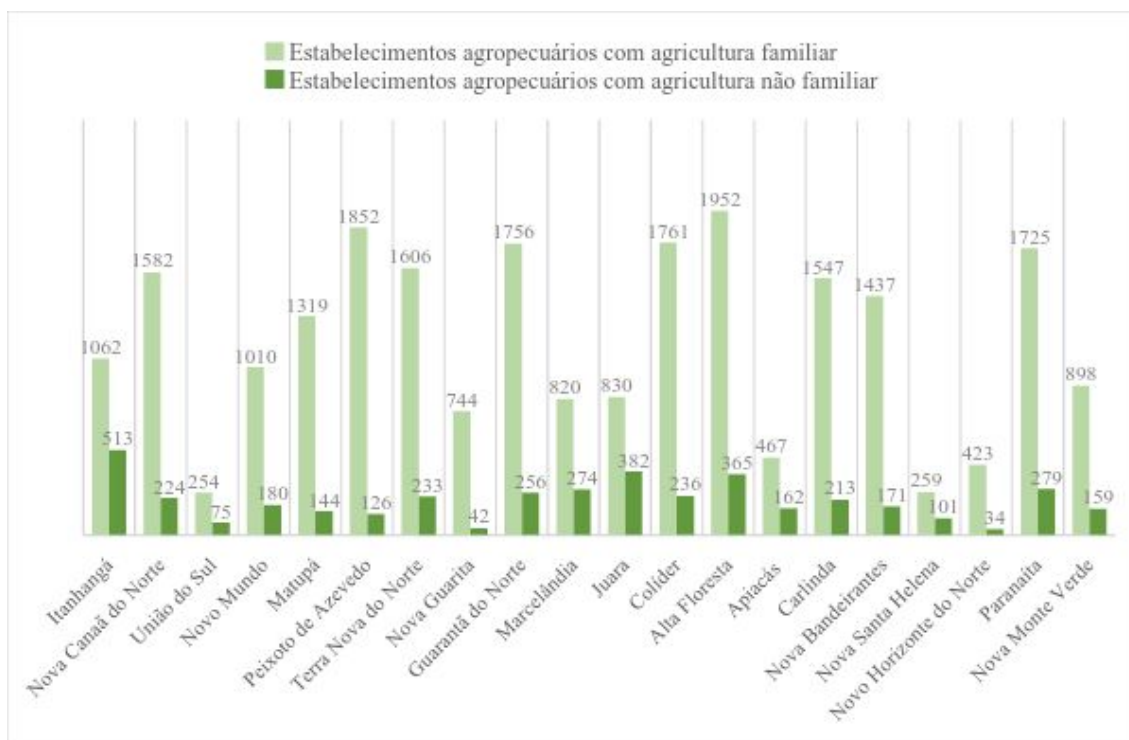
A estratégia de crescimento apontada pela empresa Fiagril também vai nessa direção. Um mapa empresa em sua sede aponta os municípios no qual a empresa já atua e para onde busca crescer. No Mato Grosso, os municípios onde a Fiagril já tem atuação são: Gaúcha do Norte, Lucas do Rio Verde, Santa Rita do Trivelato, Vila Santiago do Norte, Nova Mutum, Sorriso, Boa Esperança do Norte, Ipiranga do Norte e Sinop. Concentra-se, principalmente, em município do médio norte. As projeções apresentadas indicam que o objetivo da empresa é crescer para cima e para os lados, incluindo os seguintes municípios: São Jose do Rio Claro, Nova Maringá, Tapurah, feliz natal, Itanhangá, Porto do Gaúchos, Santa Carmem, Claudia, União do Sul, Marcelândia, Guarantã do Norte, Nova Santa Helena,

Do ponto de vista da agricultura, chama a atenção, porém, que essa região ainda não possui um perfil de produção em grande escala. Foram registrados, segundo Censo da

Agricultura Familiar de 2006, do total de 31.230 estabelecimentos agropecuários na região de fraca expansão da área de influência da BR-163, 23.304 estabelecimentos de agricultura familiar, o que corresponde a 74% do total. Apesar de alto, este número ainda pode estar abaixo do real. Por exemplo, enquanto no Censo, o número de estabelecimentos no município de Novo Mundo, que faz fronteira com o Pará, é de 1.010, representantes do município informaram em entrevista cedida que há pelo menos 3.000 famílias assentadas pelo Incra na região, com lotes de 20 a 40 hectares. Segundo o entrevistado, em geral, os assentados têm arrendado suas terras para a produção da *commodity*.

Para a prefeitura de Garantã, as mudanças verificadas neste município se estendem para as demais da região, como em Novo Mundo. Trata-se de produtores que “estão subindo” de áreas já consolidadas, como do município de Sorriso. Entrevista com um trabalhador do município de Peixoto de Azevedo ratifica o que sugerem os números: “Aqui, a maior parte é de agricultor pequeno. Em municípios como União do Norte, Garantã do Norte e Matupá, ainda há plantio de arroz, mas também já existem pequenos que plantam soja”.

Gráfico 14: Comparativo entre o número estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar nos municípios de fraca expansão na área de influência da BR-163



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006

Essa tendência ao avanço da fronteira, que vem ocorrendo desde o início da ocupação do sul do estado, vai ao encontro da perspectiva segundo o avanço da fronteira é um requisito para a expansão do lucro:

incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém exploradas), ou, ainda, de áreas da chamada fronteira agrícola interna – zonas interiores às regiões de ocupação mais antiga, que, contudo, se conservam inexploradas por diferentes motivos. (...) persegue basicamente a captura de “ganhos de fundador” (...) como sendo dado pela diferença entre o preço da terra – a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidas ao mercado – e o custo privado de sua implementação (DELGADO, 2012, p.51).

Na entrevista à Prefeitura de Guarantã do Norte, sustentou-se a hipótese de que o gado está subindo para o norte, deixando as novas áreas apenas para a cultura de grãos: “é engraçada, essa subida, porque se a gente pega lá de Rondonópolis, tudo começou com gado, que foi virando agricultura e veio subindo, subindo...”. O entrevistado da Prefeitura de Novo Mundo também fala de diminuição de cabeças de gado devido ao avanço da soja, sem, contudo, sugerir

um avanço da pecuária para outras áreas⁹². O vice-prefeito de Novo Mundo também relata a diminuição de cabeças de gado no município, com o avanço da soja.

No município de Peixoto de Azevedo, também se registram relatos sobre a chegada da soja. Mesmo uma cidade em que a economia gira 70% em torno do ouro, como o caso de Peixoto de Azevedo, segundo entrevista, tem sentido a chegada da soja. O município, que ainda apresenta um perfil de pequeno produtor rural, conta atualmente com onze assentamentos rurais, porém, há falta de assistência técnica. “Tem grande produtor de Lucas do Rio Verde e Sorriso comprando terra pra cá. (...) As áreas plantadas já têm uns três anos e a soja de Guarantã já está subindo. A lavoura já está chegando no distrito de União do Sul, onde logo depois já é a reserva do Xingu”, sugere o entrevistado, que também mencionou a construção de um silo da Amaggi em Matupá. Segundo ele, fala-se de um aumento de 400% no valor da terra para a agricultura neste pequeno intervalo de 3-4 anos. Representantes de organização da sociedade civil também identificam o avanço da fronteira agrícola para regiões em que antes não se imaginava ter o plantio de grãos:

Nós percebemos que nos últimos cinco anos começamos a perder algumas pessoas [pequenos produtores] que inclusive faziam a discussão para sementes crioulas na região. Perder para o agronegócio, porque eles arrendam as terras dos agricultores. Quem fica, fica abandonado em relação aos poderes públicos. O acesso às políticas é muito baixo (como PAA e PNAE) e isso leva o agricultor a ficar desestimulado. É remar contra a maré o tempo todo (Entrevista concedida, 2015).

Com a vinda de novos produtores e arrendatários de grandes faixas de terra, também chama a atenção o fato de que, na porção norte do estado, a regularização fundiária é ainda muito frágil. Essa questão foi, inclusive, apresentada como um problema pela empresa do ramo da produção em seu intuito de abrir novas áreas de produção em municípios como Matupá, Novo Mundo e Guarantã do Norte. São problemas documental, ambiental e/ou laboral:

O problema hoje no Pará e Mato Grosso é que tem muita área com mata. A questão ambiental é um gargalo. Hoje na empresa não temos terra nenhuma com problema ambiental. Esse é o nosso 1º princípio para busca de água. Nós já rodamos muito no Pará e toda a terra tem problema de documentação (...). Estamos em direção e temos equipe específica para captura de terra. Só que o problema hoje é documento de terra. E nossa empresa de capital aberto não pode fazer captura de terra com problema ambiental e documental. Terras

⁹² Apesar de estar em queda, Mato Grosso ainda possui o maior rebanho bovino brasileiro. Segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (I NDEA), no final de 2013 foram vacinados 28.427.049 animais. De 2011 para 2013 o rebanho apresentou redução de 766.270 cabeças.

tem muita, principalmente no Xingu, mas na hora da questão documental, tem problema, tem problema no passado (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

Ao mesmo tempo em que vem se construindo nos últimos anos um arcabouço normativo para reprimir as forças de expansão da soja, há indícios de que, mesmo com certos entraves, como a questão documental, a lavoura ganha novas terras. Um representante de *trading* nacional não descarta a possibilidade de aumentar a produção de grãos no entorno da região do novo porto, apesar de colocar como limitador a venda para o mercado externo. Ou seja, seria possível avançar em novas terras, mas, sugere, o entrevistado, que essa produção ficaria limitada ao consumo doméstico:

É um problema sério porque é em área Amazônica. Produções dessas áreas não podem atingir o mercado externo. O que se produz naquele eixo lá, é tudo mercado interno (...). Corre-se o risco de perder esta certificação (...) Hoje, o que nós temos lá de origem de grãos nessas regiões vai tudo para mercado interno. É área de transição para a Amazônia, então é desmatamento zero. É para ser zero. No eixo norte, temos um ponto de interrogação muito grande (Entrevista de trabalho de campo, 2014).

Enquanto Veiga (2014) sugere que as empresas não se beneficiam do desmatamento e que o novo e polêmico Código Florestal só interessaria aos latifundiários, o que podemos aqui apontar é a existência de uma relação entre o padrão agrícola que predomina onde atuam as *tradings*, dentro da lógica da reprodução ampliada do capital, e o avanço da fronteira agrícola. Veiga distingue aqueles atores mais relativos à bovinocultura, o “terranegócio extensivo” dos atores do agronegócio, do *agribusiness*. Também faz parte da dinâmica dos atores que ele classifica como agronegócio o aumento da escala de produção – apresenta por entrevistados como um movimento necessário - através da incorporação de novas áreas, sob a égide de uma acumulação primária ou por espoliação.

Tabela 16 – Média anual de variações reais do preço da terra em fases distintas do ciclo agropecuário (1994-1997 e 2000/2006)

Regiões Período	por	1994-1997 (média anual)	2000-2006 (média anual)
Norte		(-) 8,0	(+) 4,61
Nordeste		(-) 10,0	(+) 4,72
Sude		(-) 12,0	(+) 7,2
Sul		(-) 10,6	(+) 11,36
Centro-Oeste		(-) 13,1	(+) 9,40
Brasil		(-) 11,2	10,16

Fonte: Delgado, 2012

Durante o trabalho de campo, foi possível coletar relatos de que grandes produtores da região visitam frequentemente assentamentos para arrendar as terras: “Há vezes em que uma pessoa chega a visitar um assentamento três vezes em um só mês, para conseguir comprar ou

arrendar para expandir a soja”. Agricultores/as contrários a este modelo muitas vezes acabam ficando isolados em regiões que passam a ser majoritariamente arrendadas para os grandes. A região ainda é marcada por casos recentes de grilagem e venda ilegal de terras.

A maioria das áreas no Pará e Amazonas que não são protegidas legalmente (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), especialmente no Pará e Amazonas, são terras públicas ou devolutas. A mera expectativa do asfaltamento da BR-163 já vinha ocasionando uma onda de especulação e grilagem dessas terras com prejuízos ao patrimônio público e agravamento das tensões e violência no campo. Os dados apresentados nos levam a crer que esse movimento pode continuar (BRASIL, 2005).

A diversidade de dados apresentados neste terceiro capítulo podem levantar importantes apontamentos e também novas questões. As transformações, ações e objetos existentes na região de influência da BR-163 no estado do Mato Grosso vão ao encontro do resgate teórico referente às transformações do sistema-mundo e na economia política do agronegócio, cada vez mais marcada por um mercado financeirizado e oligopolizado. A influência e participação das *tradings* é definidora para o arranjo do agronegócio, muito embora não seja a única. No movimento do capital, em consonância com o movimento da produção, não fica facilmente determinado o nível de presença e influência dessas grandes empresas diretamente na região de fraca expansão da fronteira. O estabelecimento de alianças e relações estratégicas entre as grandes empresas e as de menor porte pode ser uma chave para a compreensão dessa questão.

4) As relações de (re)produção: Tendências do capital e o desenvolvimento da agricultura na produção capitalista do espaço

Os debates sobre a reprodução do capital não são simples. Envolvem compreensão da teoria de valor, da circulação do capital, das taxas de expansão no emprego, dentre outras tantas questões. Muitos de seus aspectos são relevantes para a compreensão da produção do espaço e dos circuitos espaciais. Que elementos dessas reflexões teóricas sobre o capitalismo na agricultura nos ajudam a compreender o desenvolvimento das forças produtivas no norte de Mato Grosso e que elementos empíricos sobre o movimento em expansão da produção da soja nos permitem avançar nas reflexões teóricas levantadas? Mesmo a agricultura ocupando um lugar marginal ou até mesmo um não-lugar nas teorias sobre o desenvolvimento do capital, é importante trazer à luz as ideias e debates existentes referentes ao capitalismo no campo.

4.1 Perspectivas teóricas sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo

A retórica dicotômica entre antigo e moderno, velho e novo, parte constituinte do conceito da modernidade e presente na história do pensamento geográfico é também bastante comum no discurso referente ao desenvolvimento agrário, no Brasil e no mundo. O desenvolvimento agrícola, que adquire hoje, e cada vez mais, um papel estratégico no movimento de reprodução do capital, foi historicamente alvo de grandes debates de teóricos críticos ao modelo de produção capitalista. Dos escritos de Marx, Lenin, Luxemburgo e Kautsky, passando pelos pensadores da revolução brasileira, como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender e outros pensadores do desenvolvimento no Brasil, como Celso Furtado e Francisco de Oliveira, o debate sobre o capitalismo no campo e as questões agrárias que dela se desdobram ainda são hoje um fértil campo de estudo e de construção teórica e prática no âmbito da geografia e demais campos do conhecimento. Apesar de se tratar de textos e autores pretéritos, levantam questões que permanecem atuais.

Tanto o papel do campo no desenvolvimento do capitalismo⁹³ como a natureza do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro sempre foram questões controversas. A associação da figura camponesa com um sistema pré-capitalista e anterior à relação colonial Europa-América coloca diversos desafios. Quais seriam as especificidades do desenvolvimento

⁹³ A perspectiva que toma como base o conceito de Sistemas-mundo parte da compreensão de que a gênese do sistema capitalista se situa no final do século XV, na Europa e desde então vem se expandindo (WALLERSTEIN, 2001).

do capitalismo na agricultura, em especial em países que não eram considerados de “capitalismo avançado”? A burguesia agrária contribuiu ou não para o avanço do capitalismo no campo? O desenvolvimento atual do capitalismo invalida automaticamente as velhas formas de produção e formas de propriedade?

Trata-se de questões complexas que trabalham com o bojo da análise crítica à economia política apresentada por Marx, como a relação capital x trabalho e a questão da terra como mercadoria específica. Na perspectiva marxiana, a expropriação do camponês de suas terras é entendida como base do processo de acumulação originária ou primitiva, servindo como “alavanca à classe capitalista em formação”. É assim que Marx (2013) descreve o processo de constituição do modo capitalista de produção e da industrialização na Inglaterra. A manutenção de uma parcela de pequenos proprietários de terras que ainda possui relação formal com meios de produção abriria, porém, margem de debate sobre qual a relação existente entre este ator (ou classe) e o capital; em outras palavras, qual é a subjugação desse trabalho ao capital – formal ou real.

Neste processo de expropriação do camponês, a questão da terra ganha também novos contornos, pois se transforma em artigo comercial, para que se ampliasse a superfície da grande exploração agrícola, aumentando a oferta de proletários livres, provenientes do campo. Tratava-se de uma violenta usurpação da propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, que ocorreu a partir do final do século XV e prosseguiu durante o século XVI. O movimento do capital contribuía para o movimento de fluxos de pessoas e a produção de novas territorialidades. Já naquela época, Marx chamava a atenção para a aliança entre a aristocracia fundiária com os capitalistas e os grandes fabricantes, questão recorrente na nossa pesquisa⁹⁴.

Ao trabalhar o conceito de renda fundiária, Marx tenta dar conta teoricamente de explicar porque a terra, mesmo não sendo um produto do trabalho humano, tem um preço e pode ser trocada como uma mercadoria. Harvey retoma as ideias de Marx para tratar desta questão:

A renda fundiária, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o “valor” da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzida por ela. O dinheiro exposto é equivalente a um investimento que rende juros. O comprador adquire um direito sobre as receitas futuras antecipadas, um direito sobre os frutos

⁹⁴ Reflexões sobre a questão camponesa também estiveram presentes nos escritos de Engels. Para ele, a luta não deveria ser pela propriedade (mesmo que fosse do camponês), mas pela socialização dos bens: “Em nosso partido não há lugar para o camponês que queira que tomemos eterna sua pequena propriedade, nem tampouco para o pequeno mestre artesão que quer terminar seus dias como mestre” (ENGELS, 1894, p: 73).

futuros do trabalho. O direito à terra se torna, em resumo, uma forma de capital fictício. (...) O elemento especulativo está sempre presente na comercialização da terra (HARVEY, 2013, p.471).

Essa seria uma leitura sobre a renda fundiária, tema complexo na perspectiva marxista – Marx vem a falecer justo quando se dedicava a ela⁹⁵. A dimensão da renda fundiária é relevante para compreender a condição monopolística em que se encontram os proprietários rurais. Da mesma forma, Furtado ressalta que essa condição monopolística também se expressa no caso brasileiro: “(...) é no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder” (FURTADO, 1963, p. 305).

Para entender a dimensão capitalista da agricultura, é importante estar atento às bases do capitalismo como relação social de produção. Neste modelo de produção, a circulação tem papel importante. O produto guarda em si seu mais-valor que apenas é realizado na circulação e, finalmente, na compra da mercadoria. É a circulação que permite a materialização da clássica expressão $D - M - D'$, quando a mercadoria é convertida em dinheiro. Isso dá às *tradings* um papel relevante por serem, justamente, agentes desta etapa imprescindível para a circulação do capital. As formas dinheiro presentes na produção de soja aparecem como capital, pois são sempre postas dentro do processo produtivo com fins de reproduzir, de forma ampliada, esse capital.

A questão do capitalismo no campo também aparece nas obras de Lenin, para quem, no campo, “o processo de desenvolvimento do capitalismo é incomensuravelmente mais complicado e assume uma diversidade de formas incomparavelmente maior” (LENIN, 2012, p.83). Em *Imperialismo*, Lenin analisa um importante momento do processo histórico-geográfico em que se constatava a tendência à monopolização do capital e sua expansão para outros continentes. É no casamento das ações das empresas com as do Estado, sugere, que o capitalismo se expande para territórios “periféricos”. A questão da monopolização e da relação empresas/Estado – evidenciada no capítulo anterior - já chamava a atenção há mais de um século atrás.

Porém, nesse contexto do capitalismo de fase monopolista, onde os estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria se agrupavam em grandes empresas, Lenin chamava a atenção para a diferença que se construía entre o setor da indústria e o da agricultura. A produção

⁹⁵ Harvey (2013) apresenta algumas das questões em abertos sobre o tema, como a leitura segundo a qual a terra quando usada para fins especulativos poderia ser compreendida tal qual o dinheiro que rende juro.

agrícola não era entendida como lócus de reprodução ampliada do capital. Este processo seria exclusivo da produção industrial sendo este um dos motivos pelo qual era preciso expandir os empreendimentos para outros países, para que fosse garantido o crescimento e a acumulação. O envolvimento futuro da produção agrícola com as esferas industrial e comercial trazem limites a essa concepção⁹⁶.

Já Luxemburgo apresentou perspectivas distintas de Lenin e Marx⁹⁷. Para ela, o capitalismo não poderia sobreviver sem a existência de sociedades não-capitalistas que deveriam funcionar como mercados e fontes de matérias-primas e mão-de-obra⁹⁸. Porém era o processo de imperialismo que ampliaria a escala geográfica do capital e viria a engolir as sociedades não capitalistas. O imperialismo era na sua concepção a fase final do capitalismo (SMITH, 1988, p.145).

Interlocutor direto de Luxemburgo e Lenin, Kautsky⁹⁹ faz uma ampla análise da questão agrária no contexto do capitalismo da época. Assim como os demais autores, Kautsky parte da ideia de que a agricultura não segue, em seu desenvolvimento, o mesmo esquema da indústria, mas obedece a leis especiais; reconhece que o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade em seu tempo, havendo assim tanto formas pré-capitalistas e não capitalistas da agricultura no interior da sociedade, mas sugere a existência de uma tendência para a proletarização do campesinato. A “pequena exploração” na agricultura não obedeceria de modo algum a um processo de desaparecimento rápido. Apesar de achar que não seria possível simplesmente transportar as deduções de Marx para o domínio da agricultura, acreditava que tanto a indústria como a agricultura teriam o mesmo fim, na medida em que a indústria subjugaria a agricultura e porque a grande propriedade apresentava vantagens sobre as pequenas e médias, havendo então uma tendência ao desaparecimento das últimas.

4.2 Do centro à margem: O debate sobre agricultura, burguesia agrária e campesinato no Brasil

⁹⁶ Outro elemento que ganhava destaque naquele contexto eram os bancos. Enquanto atores intermediários nos pagamentos, os bancos tinham um papel central de converter o capital-dinheiro inativo em capital ativo, ou seja, em capital que rende lucros. E o processo de monopolização também podia ser verificado no caso dos bancos que foram se concentrando num número reduzido, convertendo-se em monopolistas que dispunham de quase todo o capital-dinheiro, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. O autor mostra dados bem claros que exemplificam essa concentração de capitais.

⁹⁷ Apesar de ser, junto a Lenin, uma das principais teóricas do Imperialismo e crítica aos rumos tomados pela Terceira Internacional Comunista.

⁹⁸ Nesse sentido, Luxemburgo criticava a perspectiva de Marx por não considerar relações do capitalismo com esferas de produção mercantil não capitalistas, como, por exemplo, a economia natural-camponesa e a economia colonial.

⁹⁹ Outro importante teórico e integrante do Partido Comunista, uma das lideranças no processo da Terceira Internacional.

*Eu sempre escutei falar que o “pogressio” vem do trabalho
Então amanhã cedo, “nóis vai” trabalhar
Adoniran Barbosa*

O modelo agroexportador, que produzia bens agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, tinha na *plantation* seu modo de organização das unidades de produção agrícola. Findada a época colonial, é a Lei de Terras, de 1850, que transforma a terra em propriedade privada no Brasil, regulamentando e consolidando o modelo de grande propriedade rural. Mesmo durante o período de crise, a partir dos anos 1930¹⁰⁰, quando emerge a burguesia industrial que passa a tomar o poder político desta última, a produção de bens agrícolas e sua correlata burguesia rural não deixam de perder espaço, principalmente econômico¹⁰¹. Diferentemente do ocorrido em outros países, no Brasil, o modelo de industrialização (que recorria ao comércio internacional para importar máquinas) não rompeu laços com a burguesia rural, mantendo com ela uma aliança. Já naquela época as exportações agrícolas desempenhavam o papel de mantenedor da balança comercial e isto lhe conferia peso estratégico (STEDILE, 2011).

Já no início da segunda metade do século, um intenso debate político sobre a formação econômica histórica brasileira e o lugar da agricultura nela ganha espaço; um debate que em última instância refletia sobre quais seriam as questões centrais que definem um modelo de produção capitalista e sobre rumos que a economia e a industrialização brasileira deveriam trilhar. Evidencia também a dimensão colonialista das teses europeias, menos potentes do ponto de vista do seu caráter explicativo para a realidade que se percebia no Brasil¹⁰². Diversos pensadores brasileiros, ao longo dos anos 1950 e 1960, entendiam a agricultura e a oligarquia rural como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

O predomínio do padrão do latifúndio seria incapaz de se desenvolver tecnicamente e de contribuir para o aumento da produção. Este argumento é parte das teses feudais para explicação do período colonial brasileiro. Essa vertente defendia o ponto de vista de que, no Brasil, houve feudalismo ou mesmo relações semifeudais de produção. O termo feudalismo pretende enfatizar a forte relação do homem com a terra (e a subsequente imobilização do

¹⁰⁰ A crise internacional de 1930 reverbera no Brasil, inclusive no setor agrícola do café. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem seu histórico com crises.

¹⁰¹ Alguns dos autores lidos para este item fazem interessantes análises sobre o movimento de reprodução e as relações sociais que envolviam a era do café. Infelizmente, este debate não será aprofundado, mas sugere-se como leitura.

¹⁰² O debate se insere num contexto político no qual escritores da esquerda acumulavam sobre as estratégias para construção do comunismo no Brasil; sob forte influência das teses hegemônicas da Terceira Internacional Comunista.

trabalho), e especialmente para falar da falta de integração ao mercado capitalista de consumo. Para que o campo se desenvolvesse, seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo.

Partidário das teses feudais, Alberto Passos Guimarães, defende que, no intuito de assegurar seu domínio sobre as colônias, as metrópoles nelas reproduziriam instituições políticas e jurídicas atrasadas e opressivas. Sugere que

a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal, instituídos na América portuguesa (GUIMARÃES, 1963, p.36-37).

O latifúndio era um símbolo importante dessa visão feudalista da economia colonial. A sessão de imensas fatias de terra comprovaria o intuito da metrópole em lançar na colônia os fundamentos econômicos existentes na Europa, da ordem de produção feudal. A propriedade agrária feudal seria assim característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, na medida em que a terra era o principal e mais importante dos meios de produção (GUIMARÃES, 1963, p.45). Guimarães entende que a passagem do feudalismo para o capitalismo caracteriza-se pelo fim da coação feudal do trabalhador, substituída pela coação extraeconômica, que passa a vender livremente sua força de trabalho. Nesta mesma linha, para Sodré, a crença na existência do capitalismo no contexto colonial é decorrente da confusão feita entre a noção de capital comercial e o capitalismo (FRANK, 1964, p.41).

Outras importantes perspectivas são apontadas por teóricos integrantes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) que tinha como questão central o tema do desenvolvimento e dependência¹⁰³. Raul Prebisch, por exemplo, através do seu conceito “deterioração das relações de troca”, buscou questionar os princípios econômicos das vantagens comparativas no comércio internacional. Celso Furtado, por sua vez, vai além e trás o conceito de subdesenvolvimento, definindo espaço e territorialmente essas relações deterioradas, que seria próprio das periferias mundiais (GUIMARÃES, 2000). Furtado definiu subdesenvolvimento como um processo histórico particular e resultado da penetração das empresas capitalistas modernas nas estruturas arcaicas aqui existentes, constitutivo da expansão

¹⁰³ Diversos acadêmicos da Teoria da Dependência colocam em questão o mito do desenvolvimento, questionando as imperfeições do livre funcionamento do mercado e chamando a atenção para os reflexos dessa distorção na periferia do capitalismo (GUIMARÃES, 2000, p.17-21). Toda a produção acadêmica acerca da questão de países “atrasados” mudou consideravelmente a partir dos trabalhos da Cepal. (OLIVEIRA, 2000, p.122).

desigual do capitalismo (TAVARES, 2000, p.129). A produção teórica de Furtado é extensa, mas cabe ressaltar que, em alguns de seus textos, ele enfatiza o papel das empresas na lapidação dessa relação de dependência.

Para Furtado, a estrutura agrária é um dos aspectos mais complexos de toda a temática do subdesenvolvimento brasileiro, além de ampliar e acentuar as disparidades existentes entre o centro e as economias periféricas. A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, seria uma das responsáveis pela permanente tendência ao desequilíbrio. O feudalismo aparecia aqui como sinônimo de atraso e também a agricultura era vista como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Em suma, as teses de Guimarães, Sodré e de pensadores da Cepal, fortemente influenciadas pelas teses da terceira Internacional Comunista, viam o domínio do latifúndio no campo como um motivo pelo qual era incapaz de se desenvolver tecnicamente e de contribuir para a elevação permanente da produção (ABRAMOVAY, 1990, p.113). Empresa agromercantil e escravidão são os dois traços marcantes no processo de formação da economia rural brasileira (FURTADO, 1963, p.312). Isso exemplifica que nosso cenário de análise é bem distinto daquele da Europa vivido pelos autores clássicos do marxismo.

Por outro lado, outra vertente entendia que o Brasil colonial já era parte constitutiva do modelo de produção capitalista. Ao defender o predomínio das relações capitalistas, tem-se o argumento de que os camponeses inevitavelmente iriam desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria¹⁰⁴. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência. Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira*, clama para que fosse definida “uma teoria revolucionária que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam”. Faz aqui uma crítica àqueles que, apegados aos modelos teóricos europeus, ou o que ele classifica como “abstrações inspiradas em modelos apriorísticos”, desligados da realidade brasileira, acreditam que era mister uma revolução democrático-burguesa no Brasil (JUNIOR, 1960, p.42-43).

A perspectiva de Caio Prado acerca do princípio do capitalismo no Brasil levanta importante reflexão posteriormente desenvolvida por Gunder Frank, sobre a insuficiência dos modelos teóricos europeus para a compreensão da realidade brasileira e o caráter relacional do que ocorria na metrópole e na colônia. O “atraso” da colônia seria fruto do próprio processo

¹⁰⁴ Ao tentarem produzir para o mercado, os camponeses acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar dívidas. Com isso, “os camponeses tornar-se-iam proletários” (OLIVEIRA, 2004).

capitalista da metrópole; ou seja, a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento está inscrita já na relação colonial; a exploração colonial teria assim uma dimensão capitalista de acumulação. Ao criticar as teses feudais, o autor afirma que desenvolvimento e o subdesenvolvimento não poderiam ser interpretados como fenômenos econômicos independentes, causados respectivamente pelo capitalismo e pelo feudalismo¹⁰⁵.

Ao enfatizar a dimensão colonial da história nacional e seu peso nos “elementos da vida brasileira”, ressalta a dimensão assimétrica de relações internacionais que marcou a construção do Brasil como nação nos seus primeiros séculos de vida. Demarca também as limitações da colonialidade teórica ao criticar a postura hegemônica de seu partido que sugeriria que a esquerda brasileira deveria apoiar um processo de construção de uma classe burguesa nacional para, passada esta etapa, vir uma revolução comunista. Não é tarefa simples camuflar a dimensão da colonialidade no modelo agromineral que hegemoniza a economia brasileira hoje, em especial, o setor agrícola marcado pela forte presença de agentes internacionais. Porém, naturalmente, não se trata de uma pura e simples manutenção das relações. Uma viagem pelo Brasil não é mais, como ele sugere, uma incursão pela história de um século e mais atrás.

O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. (...) Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. (...) O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também em outros setores (PRADO JUNIOR, 2000, p. 3).

O papel das relações internacionais de dependência na afirmação de uma vocação agrícola brasileira também é ressaltado por Oliveira (1977) ao discorrer sobre a era do café no Brasil, marcado pelo papel do capital estrangeiro e de sua utilização pelo estado para a construção de condições que viabilizassem e reafirmassem o perfil agroexportador da economia brasileira. Os recursos eram destinados, tal qual o que se destacou no capítulo anterior, para financiamento e construção de estruturas logísticas:

(...) capitais estrangeiros que se aplicavam sobretudo na implantação da infraestrutura de ferrovias e portos, necessária para a própria reiteração da “vocação agrícola” do País. Esse elemento tem um efeito substancial na composição da dívida externa do País (...) sua implantação nos últimos

¹⁰⁵ Sua leitura sobre os rumos do campesinato, por sua vez, é criticada na medida em que não dá conta de compreender a manutenção resistente de uma diversidade agrícola e agrária do campo brasileiro.

decênios do século XIX e primeiros do século XX responde também pelo aprofundamento da “vocação agrícola” (OLIVEIRA, 1977, p.20).

  custa da voca o agrícola, a d vida financeira crescia e reforçava o padrão desigual e dependente das rela es. A dependência do financiamento externo da economia agroexportadora reforçava, por fim, essa própria condi o de dependência visto que “a realiza o do valor da economia agroexportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reitera o da forma de produ o do valor da economia agroexportadora”, paroxismo de autofagia dessa economia, sugere (OLIVEIRA, 1977, p.30).

Alguns anos depois, visão que refuta as duas grandes correntes   apresentada por Gorender, segundo o qual o contexto brasileiro   completamente distinto daquele observado por Marx ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no campo, na Inglaterra. Assim, o autor defende que   no bojo da produ o escravista colonial que se deu a acumula o originária de capital para o pontapé do capitalismo no Brasil: “já no fim do escravismo brasileiro, apoiado na acumula o originária de capital, processada no próprio modo de produ o escravista colonial, porque nele houve acumula o de capital, surgiu um setor industrial fabril, tipicamente capitalista” (GORENDER, 1979, p.28).

De forma geral, muitos desses teóricos questionaram a possível redefini o da condi o periférica de subdesenvolvimento, uma vez que o que essas periferias alcançaram foi uma moderniza o conservadora, liderada por elites burguesas dominantes, sendo assim uma revolu o passiva¹⁰⁶, que não questionou o desenvolvimento desigual do capitalismo (OLIVEIRA, 2000, p.125). Nesse sentido, a moderniza o setorial e rápida presenciada no Brasil pautou-se na concentra o pessoal da renda e da propriedade e na consolida o de elites nacionais.

A que pesem críticas da teoria desenvolvimentista, o avanço da moderniza o conservadora na agricultura, com cada vez maior presença do capital internacional, evidencia que a agricultura moderna vem se constituindo como um cenário dotado de técnica e informa o, favorável para a acumula o do capital e o avanço de sua fronteira. Guarda em si contradi es de herdeiro de um modelo oligárquico e produtor de bens primários, ao mesmo tempo em que   marcado por alto padrão técnico, envolve a es dos setores industrial,

¹⁰⁶ No sentido gramisciniano da expressão, revolu o passiva também pode ser chamada de revolu o pelo alto, revolu o sem revolu o ou revolu o restaura o. Significa uma transforma o lenta, dirigida por grupos hegemônicos, de forma a minimizar a es das classes não hegemônicas (VIANNA, 1997). Nesse sentido, trata-se de uma transforma o pelo “alto” que, em verdade, impede o desenrolar de processos revolucionários; leva apenas a um transformismo.

comercial e financeiro e vem se configurando como uma das principais formas de acumulação contemporâneas.

4.3 Imperialismo, acumulação por espoliação e desenvolvimento geográfico desigual

*Há maciças reservas de força de trabalho em outras partes do mundo.
David Harvey*

O caráter permanente dos processos de acumulação à luz dos debates sobre a relação desigual entre centro e periferia tem dado sobrevida ao conceito de acumulação originária de Marx, a partir de leituras mais contemporâneas segundo as quais esse movimento que marca a origem do processo de acumulação capitalista permanece. A reprodução ampliada do capital é marcada pela tendência à sobreacumulação. Num dado sistema territorial, a sobreacumulação pode representar condições de excedente de trabalho e/ou de capital. Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelo deslocamento temporal, mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; pelo deslocamento espacial, por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou pela combinação de ambas as possibilidades acima.

Essa análise é chave na compreensão do perfil imperialista do capital. É do movimento contínuo decorrente da sobreacumulação que se dão ordenações espaço-temporal. No processo de ordenação espaço-temporal, certa parcela do capital fica totalmente fixada em termos de terra e nesta em alguma forma física por um período de tempo relativamente longo. Assim, a ordenação espaço-temporal é uma maneira para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica (HARVEY, 2004, p.93-99).

Para Samir Amin (2001), a primeira fase do imperialismo corresponde ao colonialismo no continente americano; a segunda fase, ao colonialismo posterior nos continentes asiático e africano. Já o contexto atual demarcaria o começo de uma terceira onda de expansão imperialista:

Os objetivos do capital dominante ainda são os mesmos - o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais da Terra, a superexploração das reservas de trabalho na periferia - embora eles estejam sendo perseguidos em condições nas quais são novos e em alguns aspectos muito diferentes daquelas que caracterizam a fase precedente do imperialismo (AMIN, 2001, p.9, tradução da autora).

A leitura imperialista do desenvolvimento do capitalismo baseada na sobreacumulação reforça a ideia de que não seria possível alcançar um padrão unitário de modelo de desenvolvimento visto que os processos de produção e reprodução do capital repercutiriam de maneiras distintas entre os países. Chama a atenção também para o fato de que, mais do que uma busca de mercados, a expansão do capital busca força de trabalho a baixo custo, num contexto de expansão-crise do capital, *vis a vis* suas contradições (MENDONÇA, 2013, p.32; WALLERSTEIN, 2001, p.36).

Essa relação entre reprodução e espoliação marca a acumulação primitiva ou original do capital. Porém Harvey sugere que esse processo é, na verdade, contínuo à luz do padrão imperialista e, então, sugere o termo acumulação por espoliação. A reprodução expandida do capital continua apresentando feições da acumulação primitiva, pois não ocorre em condições de paz (HARVEY, 2004, p.120)¹⁰⁷. Brandão (2010) destaca que Harvey "busca diferenciar a acumulação primitiva, que abre caminho à reprodução ampliada da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto" (HARVEY, 2004, p. 135 *apud* BRANDÃO, 2010 p.46). Ao se reapropriar do conceito de acumulação primária, estes autores demonstram a natureza continuada desse processo no curso da acumulação de capital, marcado pela expropriação, sendo um elemento constituinte da relação capitalista (BRANDÃO, 2010, p. 44-45).

A passagem do feudalismo para o capitalismo seria marcada pela ruptura violenta com as relações de trabalho anteriores e pela conversão da violência em força produtiva. E ainda são. A acumulação primitiva não seria assim apenas um fator da pré-história do capitalismo, mas seria também indispensável para o cotidiano do sistema (MENDONÇA, 2013, p.108).

Rosa Luxemburgo, por exemplo, analisou os métodos coercitivos e bárbaros pelos quais a potência expansiva do capital "não pode existir sem contar com a presença de meios de produção e da força de trabalho por toda parte [...] daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedade", ou seja, seu padrão imperialista (LUXEMBURGO, 1984, p.28). Em sentido semelhante, Lenin afirma que o capital financeiro impôs "a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas 'zonas de influência' – isto é, zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio etc, - e, finalmente, pelo território econômico em geral" (LUXEMBURGO, 1982, p.123).

¹⁰⁷ Harvey (2013) destaca que desde o início a criação do proletariado moderno foi uma questão marcada, desde os momentos da acumulação primitiva até o presente, pela expropriação violenta, esquemas de todos os tipos e não poucas trapaças.

No processo de expansão do agronegócio, sua relação com outras formas de territorialidades, como o fazer da agricultura sob a perspectiva da unidade de produção familiar, ainda apresenta características da acumulação primitiva. É claro que diversos mecanismos da acumulação primitiva foram aprimorados e desempenham atualmente papel diferenciado:

O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2004, p.122-123).

Ainda, novos mecanismos de acumulação foram criados como a propriedade intelectual e o patenteamento e licenciamento de material genético, todos de extrema relevância no setor do agronegócio. De forma geral, chama a atenção o papel desempenhado pelo Estado na criação de ambiente propício para o processo de acumulação. Assim, podemos interpretar o recuo dos fundos territoriais e a implantação de uma agricultura moderna no Cerrado como um processo de “acumulação por espoliação” que contou com significativo papel do Estado e criou novas formas de ampliação do capital, principalmente, para grandes produtores e empresas multinacionais. Em que medida o avanço da fronteira agrícola segue esses moldes é objeto de reflexão deste trabalho.

Falando da importância das instituições mediadoras nos processos de ordenamento espaço-temporal, Harvey menciona o processo da Revolução Verde:

(...) mesmo algo de aparência tão benevolente quanto a Revolução Verde tem apresentado, concorda a maioria dos comentadores, ao lado do aumento da produção agrícola, consideráveis concentrações de riqueza no setor agrário e maiores níveis de dependência de insumos monopolizados (Ibid.11).

Assim, as ordenações espaço-temporais têm sido elemento crucial na geografia histórica do capitalismo, tanto do ponto de vista da destruição de velhas estruturas quanto da sua contraparte, criativa de construção de novas paisagens que se tornem aptas a acomodar os novos processos de acumulação do capital e acumulação do poder político. Pensar essa lógica de constante expansão dos processos moleculares de acumulação, a partir do entendimento de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo fora de si, nos permite analisar a relação orgânica entre reprodução expandida e os processos muitas vezes violentos de espoliação que têm moldado a geografia histórica do capitalismo.

A dinâmica competitiva e de constante movimento do capitalismo não pode ser desconsiderada no estudo da distribuição espacial e do desenvolvimento regional. Historicamente, as trocas comerciais quase sempre envolveram mudanças de localização, que

definem um conjunto, em interseção, de movimentos espaciais que criam uma geografia peculiar da interação humana. Esse processo dinâmico de interação se materializa no espaço, dando contorno às divisões territoriais e espaciais do trabalho. Autores como Lefébvre, Harvey e Smith, dentre outros, buscam analisar a relação desses processos com a produção espacial. É da natureza do capitalismo ajustes espaciais (ou ordenamentos sócio espaciais) relativos à sua mobilidade inerente. Esses ajustes seriam em princípio uma forma de “resolver” suas contradições e permitem a teorização sobre a geografia histórica do modo de produção capitalista (HARVEY, 2004; SMITH, 1988).

Segundo David Harvey (2004), os processos na economia contemporânea devem ser analisados enquanto a atual etapa de uma constante acumulação do capital. Para o autor, a lógica do capital baseia-se na constante circulação através do espaço e do tempo e o Estado seria o arcabouço territorializado dentro do qual agem os processos moleculares de acumulação do capital. Estes, por sua vez, criam redes¹⁰⁸ e estruturas de operação no espaço, que podem ser, inclusive, independentes das estruturas de poder do Estado.

A reflexão a partir dos processos de acumulação do capital nos permite perceber que essas trocas de bens e serviços produziram, ao longo dos séculos, desenvolvimentos geográficos desiguais. Devido à competitividade, capitalistas tendem, dentre outros fatores, a mudar para locais de menores custos de produção ou maiores taxas de lucro. Por isso, esses processos de acumulação do capital estão em constante expansão e permanente ação de rompimento com toda tendência ao equilíbrio. A invariável busca de localizações de menor custo leva ao constante movimento e instabilidade na distribuição espacial das atividades capitalistas. Essa compreensão contribui na análise do movimento da fronteira da produção rumo às porções norte de Mato Grosso e a construção de novas saídas logísticas para o escoamento da produção.

Para Smith, o desenvolvimento desigual seria a marca registrada da geografia do capitalismo, que materializa as contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital; a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo. Concentração e centralização também são impulsos centrais para a diferenciação geográfica:

O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma

¹⁰⁸ Santos (1996) também apresenta a ideia de que as empresas globais – atores estratégicos na etapa contemporânea do capital - funcionam em redes, desenvolvendo toda sorte de ramificações. Algumas características centrais desse arranjo mundializado é o controle da inovação, da circulação e da gestão do capital em sua forma de dinheiro.

material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca (SMITH, 1988, p.19).

Teorias como a teoria da dependência, centro-periferia e teorias do subdesenvolvimento, de alguma maneira tocam neste debate da contribuição do capital na produção do espaço. Ao falar da produção do espaço, Smith também analisa sua relação com a luta de classes e o desenvolvimento do capitalismo. A expansão espacial do capital relaciona-se com a expansão social do domínio do trabalho assalariado. Desta expansão, permeada de contradições, também ocorrem tensões relacionadas com o processo de diferenciação e universalização. A condição de “subdesenvolvimento”, expressão utilizada por correntes do desenvolvimento, seria relacional ao perfil da acumulação periférica em sua essência.

A contínua necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da reprodução ampliada do capital, conduzida pelo capital produtivo. Nesse sentido, a produção do espaço ganha espaço, em sentido figurado e literal, privilegiado na compreensão do movimento do capital. De certa forma, a mudança da paisagem geográfica é causa e consequência da intencionalidade do capital. A destruição criativa, com a construção de novas paisagens, é muitas vezes necessária para a circulação de fluxos e demais atividades de acumulação. E nesse movimento dos processos moleculares de acumulação, o capital contribui na produção de regionalidades. Na dinâmica do funcionamento do capitalismo, a competição e a especialização inter-regionais tornam-se aspectos fundamentais.

Lipietz também dá importantes contribuições no sentido de apreender a dimensão espacial do capital ao buscar apreender o que é o próprio espaço e que relação ele mantém em particular com o modo de produção capitalista. O capitalismo, ao revolucionar permanentemente a produção e consumo (circulação), também revoluciona a organização do espaço. Esse desenvolvimento desigual das regiões, historicamente adquirido, também é “utilizado” pelo capital monopolista. O modo de produção capitalista no seu desenvolvimento histórico atravessa diversos estágios sucessivos que podem geograficamente se sobrepor ou se excluir – isso também serve para o modo de ocupação do solo. Para Lipietz, a forma de existência de modos de produção é consideravelmente modificada pelo lugar que lhe reserva a reprodução do modo dominante na formação social (LIPIETZ, 1977, p.8-23).

Para Furtado (1978), essa forma de inserção na dinâmica econômica global não deve ser analisada de forma dissociada dos processos contemporâneos que ocorria especialmente na Europa Ocidental. A relação “desenvolvimento-subdesenvolvimento” não deveria ser

compreendida como uma “dicotomia em si, mas um par, uma dupla dialética, sendo o subdesenvolvimento não uma fase ou etapa do outro, mas a outra face do próprio processo de desenvolvimento” (BRANDAO, 2013, p. 21). Lipietz (1977) igualmente ressalta a importância de se entender o “subdesenvolvimento” como parte constituinte da economia global:

(...) toda teoria marxista das relações econômicas internacionais é baseada na ideia de que as trocas entre países não visam compensar uma “alocação inicial dos fatores desigualmente repartidos” e que os países “subdesenvolvidos” não são países cronologicamente em atraso, mas que as relações internacionais traduzem a penetração do modo de produção capitalista dominante (...). Desde então, não há subdesenvolvimento, mas desenvolvimento desigual, dissimétrico entre os dois grupos (LIPIETZ, 1977: 64).

Faz-se com isso um contraponto às teorias teórico-quantitativas que trabalham a dimensão econômica da produção do espaço, especialmente em termos de distância, a partir de diversos modelos quantitativos de análise. Apesar da grande contribuição dada por diversos desses modelos metodológicos, apoiamos-nos na concepção de espaço econômico segundo a qual “os agentes estruturam o espaço por meio de suas estratégias, prática e ações”, indo além da dimensão espacial como elemento central, tal como colocado por Alfred Weber, François Perroux e geógrafos da teoria teórico-quantitativa (RIO, 2012, p. 163-164).

Esse padrão internacional do desenvolvimento desigual presente no setor agrário destaca a importância de se compreender as relações internacionais e padrão imperialistas existentes; não se trata de um acaso. Em relação à inserção internacional brasileira, novos desafios aparecem quando o país faz do modelo do *agronegócio* uma experiência de “boas práticas” e consolida-o como uma pauta na agenda Cooperação Internacional, rumo ao desenvolvimento, apresentando-o como alternativas a países americanos e africanos, que sugeriria um padrão sub-imperialista do comportamento nacional. É interessante notar que, enquanto um representante de *trading* nacional chega a fazer visitas internacionais junto ao ex-presidente Lula para países interessados no modelo, em entrevista de campo, representante de outra *trading* nacional criticou o investimento do Brasil em outros países, sugerindo que os recursos públicos deveriam se concentrar no próprio país, onde haveria ainda muito a ser feito.

4.4 Empresas, Estado e Produtores no norte mato-grossense

*“Ela nos traiu quando fez acordo com a Monsanto”.
Produtor Rural e liderança Sindicalista, entrevistado em pesquisa de campo,
em menção à Ministra da Agricultura, Kátia Abreu*

Um estudo detalhado do que nos é apresentado como um “bloco” – o agronegócio como unidade - nos leva a identificar distintos atores e agentes que compõem esta trama que se territorializa em diversas regiões do Brasil. Empresas, produtores rurais e agentes do estado desempenham papéis distintos e, eventualmente, buscam realizar interesses divergentes.

Gramsci foi um importante autor que se dedicou ao estudo das relações entre e intraclasse, ancorado no conceito de hegemonia. Segundo ele, “a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘liderança intelectual e moral’”. Arrighi sugere que um determinado grupo social, ao conquistar o poder governamental em geral já exerce certa “liderança”. (GRAMSCI, 1971, p. 57-58: in ARRIGHI, 2013, p. 28). Para Gramsci, essa aliança representaria o que chama de Estado ampliado, no qual existem tensões intraclasse.

Delgado também chama a atenção para frações neste bloco de poder construído a partir das relações Estado-Empresas-Produtores. Ao falar das crises econômicas, sugere que nestes contextos essas tensões e rachaduras aprofundam-se

(...) entrariam múltiplas contradições de interesse entre capital monopólico e não monopólico no seio do CAI, burocracias estatais atomizadas, interesses contrapostos de produtores modernizados (incluindo pequenos produtores modernos) e capitais industriais e bancários. Esses fortes conflitos intracapitalistas, entrelaçados por dentro das próprias agências estatais, configuram uma típica ruptura de um pacto social, razoavelmente bem sucedido no plano econômico até final dos anos 70, que é o chamado processo de modernização conservadora (DELGADO, 1985, p. 49).

No que tange ao lugar do Estado nesta trama, ainda que o presente trabalho tenha se dedicado amplamente a compreender a ação das *tradings* enquanto componentes do capital, não se refutou a localizar seu papel e suas ações¹⁰⁹. A ênfase se dá devido à hipótese já defendida por muitos autores, segundo a qual o que se entende por “neoliberalismo” não deve ser confundido por ausência ampla do Estado: “as estruturas institucionais contidas no Estado têm um influente papel a desempenhar no estabelecimento do cenário da acumulação do capital” (HARVEY, 2003, p.33). Mesmo presente de maneira diferenciada, se compararmos o

¹⁰⁹ Vale destacar que, tem-se verificado na última década uma retomada do protagonismo do Estado nas ações para o desenvolvimento. Isto tem levado a um rico debate, porém ainda com pouca arregimentação, sobre o momento atual. Alguns autores têm usado o termo neodesenvolvimentismo para marcar este novo período. Para os termos desse debate, é interessante resgatar uma reflexão de Harvey (2004) que aponta que “os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas na criação de infraestruturas necessárias ao clima de negócio favorável” (p.82).

presente com sua ação nos anos 1970, é inegável a presença e aporte dado pelo Estado ao modelo do agronegócio. Segundo Harvey:

(...) a mão invisível de Adam Smith nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio funcionam adequadamente. Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado. (...) na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições aladas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo. (...) com o efeito de moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado (Harvey, 1989, p.118).

Nessa rede, o Estado ocupa um papel importante. Além de suas intervenções, abre precedente político e normativo¹¹⁰ para a ação privada. Para Delgado, por exemplo, o Estado é um agente que converte parte do capital social total na agricultura em capital geral. “É que o Estado erigiu-se em capitalista financeiro por excelência, levando também para a agricultura a separação entre o grande e o pequeno capital [...]. O Estado planificou a agricultura para o lucro, no interior do qual opera uma certa taxa média que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva” (MULLER, 1981, p. 74 *apud* DELGADO, 2012 p.38). Nessa nova economia política do agronegócio em curso, sugerida pelo autor, há um pacto entre os complexos agroindustriais, os proprietários rurais e o Estado.

Assim, o Estado também é um ator central na regulação dos mercados agrícolas (WILKINSON, 1985, p.18)¹¹¹. Nessa estrutura, ganha destaque o BNDES, responsável por grande parte dos recursos públicos disponibilizados para o agronegócio. Em entrevista de trabalho de campo a uma empresa de capital aberto do ramo da produção, o entrevistado afirmou: “pegamos bastante financiamento com o BNDES, principalmente para a aquisição de equipamentos e maquinário. Nossa renovação em frota agrícola e armazéns foi em grande medida graças a esses recursos do BNDES” (Entrevista de campo, 2014).

Mais do que um agente importante, o Estado é, segundo Mézsáros, um agente do qual o capital, em sua atual fase de desenvolvimento histórico, é “completamente dependente”. É o

¹¹⁰ Para Mézsáros (2012) “o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais” (p.33).

¹¹¹ Desde Polanyi, criticava-se a hipótese do mercado autorregulável. Para esse autor, o mercado autorregulável é uma utopia. Tal instituição não poderia existir em qualquer tempo se aniquilar a substância humana e natural da sociedade. Então a sociedade teria de tomar medidas para se proteger. As imperfeições do funcionamento desse mecanismo criavam tensões cumulativas no organismo social. A autorregulação imperfeita leva a uma intervenção política.

Estado que possibilitaria a reprodução do capital: “a capacidade para a regulação e o controle do capital (...) residem necessariamente no interior do aparato do Estado (...). Independentemente de quais sejam as circunstâncias, o Estado nunca pode ser encarado como um parceiro não problemático do capital industrial e do capital bancário” (MÉZSÁROS, p. 19).

Stédile também chama a atenção para o que seria uma aliança nos países do sul “entre os interesses dos grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas crioulos e as empresas transnacionais”. Esse bloco de poder seria o responsável por “impor” esse modelo de agricultura industrial que reforça a concentração da propriedade da terra (STÉDILE, 2013, P.26). Chama a atenção para um importante dado. Ao compararmos o total disponível pelo estado pelo PAP e o PIB agrícola advindo desse modelo representado pelos grandes produtores e as empresas, o valor é muito próximo: “os fazendeiros capitalistas, a estas empresas vinculados, que produzem um PIB agrícola ao redor de R\$ 150 bilhões por ano, necessitam de crédito rural adiantado no valor de aproximadamente R\$ 120 bilhões por ano” (STÉDILE, 2013, p.28).

Os processos produtivos de alta base tecnológica que estudamos aqui apresentam como uma forte característica a interdependência entre seus atores, uma complementaridade dinâmica dos diversos segmentos que os compõe e a troca de recursos de poder e a articulação dos interesses. A relação entre as *tradings* e entre elas e demais atores configura-se ora como uma relação de aliança estratégica, também denominada como cooperação ou solidariedade organizacional (SANTOS, 1996; FREDERICO, 2009), ora de concorrência. A interdependência entre os atores é identificada na medida em que suas ações provocam efeitos nos demais segmentos e atores da cadeia. Os discursos referentes ao pouco apoio público dado aos produtores e à produção de maneira mais geral, presente na maioria das entrevistas, pode ser compreendida em termos de conflito político e exercício de *lobby*. Esses encadeamentos devem ser analisados enquanto redes de poder. Não é possível compreender a ação das *tradings* de forma isolada de seu contexto (PAULILLO, 2000, p.3-6). É uma rede de poder que, embora internacionalmente conectadas com atores que não estão no mesmo lócus (sedes em São Paulo e cidades internacionais, investidores em Chicago e no mundo) constitui uma rede territorializada. Não é só de conflito capital/trabalho que vive o capitalismo, mas também de lutas intraburguesas (WALLERSTEIN,2001,p.55-56).

Desse ponto de vista, marca a hegemonia em termos de recursos territoriais das empresas, em comparação aos produtores e especialmente das empresas de capital internacional

em comparação aos agentes nacionais (sejam empresas, sejam produtores). À luz do debate sobre dependência desigualdade do desenvolvimento do capital, a relação desses atores ratifica a premissa segundo a qual os agentes do capital, nacional, ocupam um papel de sócios “menores”, porém extremamente relevantes para afirmação desse projeto de desenvolvimento.

Cabe notar em que medida a inserção no capital financeiros de determinados agentes, coloca-nos num patamar diferenciado de poder e articulações. A dimensão financeira do capitalismo é intensificada sobremaneira no campo, com a ação das *tradings*. Marx, fala que a dimensão financeira e o sistema de crédito na economia chega a ter um peso de criar uma nova facção de classe (termo utilizado por ele) no interior da burguesia. “Na posição vantajosa em que estão, os banqueiros e outros “cavalheiros das altas finanças” podem começar a explorar o sistema de crédito “como se fosse seu próprio capital privado” e, desse modo, podem se apropriar de “boa parte da acumulação real” à custa do capital industrial. A “enorme centralização” possível, via sistema de crédito, proporciona a “essa classe de parasitas o poder fabuloso, não apenas de periodicamente saquear os capitalistas industriais, mas também de interferir na produção real de uma maneira mais perigosa” (HARVEY, 2013, p.377). Seria como fazer uma distinção entre os processos de produção de mais valor e processos de circulação de dinheiro que rende juros.

Esse poder que detém os financistas no sistema de crédito é um dos três fatores levantados por Harvey na leitura do capital que faz do crédito um instrumento que só tende a piorar as coisas no longo prazo ao invés de aperfeiçoar a acumulação. O crédito resolve no âmbito das trocas, mas não resolve problemas que surgem na produção. Além disso, no sistema de crédito nada impede que “o investimento especulativo na apropriação das receitas fique inteiramente fora de alcance. Pior ainda, uma acumulação de ativos financeiros pode aparecer como uma acumulação de capital monetário e tais ativos financeiros podem aparecer como uma acumulação de capital monetário e tais ativos podem continuar a circular mesmo que não tenham base na produção real.” (HARVEY, 2013, p. 378).

(...) o sistema de crédito permite uma enorme expansão da escala da produção (...). E com isso “acelera o desenvolvimento material das forças produtivas” e estabelece o mercado mundial. Mas também acelera a formação de crises e traz à tona os “elementos de desintegração” do capitalismo. Marx chama isso de “abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição autodissolutora” (HARVEY, 2013, p.379).

Nesse emaranhado de relações, são construídas diversas associações setoriais que ganham destaque no jogo de poder. Alguns exemplos são Confederação Nacional de

Agricultura (CNA)¹¹² e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato-Grosso (Famato), que integra a primeira. A Famato tem por objetivo fortalecer os Sindicatos Rurais por meio de ações representativas, institucionais e políticas para viabilizar o atendimento aos interesses da classe produtora rural. Por exemplo, participaram ativamente das negociações para o Novo Código Florestal. A Famato faz parte do movimento Pró-Logística, que reúne diversas entidades do agronegócio de Mato Grosso. Essas estratégias geram ganhos para a classe de associados¹¹³.

Outro caso interessante é a Aprosoja, uma associação de perfil técnico e político. Em entrevista, um presidente de sindicato de produtores afirmou que o surgimento da Aprosoja se dá com o objetivo de fortalecer o poder dos produtores rurais: “Nós perdíamos na compra e na venda para as *tradings*, por falta de gestão empresarial dos produtores. Se não se qualificar, deixa de ser produtor. A Aprosoja surge daí.” A Aprosoja surge, assim, como resultado da situação de endividamento no qual se encontravam os agricultores. O trabalho na Aprosoja foi considerado, em entrevista, por representante de produtores (Sinop), como um “trabalho social”. Esse mesmo entrevistado não poupa palavras para dimensionar a relação desigual existente entre produtores e empresas, sentindo-se “roubado” toda a vez que negocia, tampouco para criticar a ação do governo: “precisamos que o governo faça sua parte, mas ele não faz (...). Chegamos até aqui sem a ajuda do governo”.¹¹⁴

No campo das empresas, outras associações são: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira de produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange) e a própria Anec, apresentada no Capítulo 2. A ANEC, por exemplo, está representada em diversos Conselhos e Câmaras, como, por exemplo, o Conselho do Agronegócio, do Ministério da Agricultura (Consagro), a Camex - Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (Camex), a Câmara de Logística do Ministério da Agricultura, a Câmara Temática da Soja, do Ministério da Agricultura, a Câmara Temática do Milho, do Ministério da Agricultura e a Câmara Temática das Culturas de Inverno, do Ministério da Agricultura.

¹¹² A CNA inaugurou, em 2012, um escritório em Pequim, que funcionará junto ao escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

¹¹³ Um exemplo mencionado em entrevista de campo é o fato da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) ter considerado, a partir do Decreto 1.964 que a implantação dos Armazéns não deveria ser considerada de alto impacto ambiental, como previsto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

¹¹⁴ No caso do Aprosoja, um exemplo de sucesso mencionado em entrevista de campo foi a ação na justiça contra a Monsanto que teve final favorável para a Associação.

Resultado desse próprio entrelaçamento dos atores é a existência de proprietários e produtores rurais em cargos legislativos e executivos. Nem sempre esses três papéis (produção, empresa e Estado) são ocupados por pessoas distintas. Pelo contrário, é muito comum esses papéis serem exercidos pelos mesmos atores ou que tenha relação extremamente próxima¹¹⁵. São diversos os casos de produtores e/ou empreendedores nacionais que ascenderam a cargos políticos. Alguns casos de destaque são o ex-governador e atual senador pelo Mato Grosso, empresário da Amaggi e empresários do município de Lucas do Rio Verde - integrantes de empresas como a Fiagril e antiga Brasil Ecodiesel – que também exercem/exerciam cargos no executivo municipal. “As alianças políticas são estratégicas para a reprodução de capital do grupo. (...) revela a indissociabilidade entre a dimensão política e a econômica nas práticas de ordenamento territorial do Grupo André Maggi”, sugere Silva (2006)¹¹⁶. Na eleição para presidenciais, em 2014, empresas do agronegócio aparecem nas listas de doações de campanhas para candidatos e candidatas que levantam a bandeira do agronegócio.

Esta relação não é recente, pelo contrário, marca a história das últimas décadas, da região. Em entrevista de campo, mencionou-se que hoje pessoas com importante peso político na região são historicamente grandes produtores rurais que no passado envolveram-se com casos de grilagem. Por sua vez, nos municípios visitados onde a lavoura de soja é recente, o discurso das prefeituras é diferente, denotando uma menor proximidade entre os atores. Tanto em Guarantã do Norte como em Novo Mundo, principalmente, os discursos chamam a atenção para a necessidade de o Estado criar condições materiais para que os pequenos produtores se mantenham no campo, mesmo com o avanço da oleaginosa. “A secretaria de agricultura tem que ter disponibilidade para dar assistência aos pequenos agricultores.”, sugere a prefeita de Guarantã. Em Sinop, o representante da prefeitura também afirmou que a prioridade era atender o pequeno agricultor.

¹¹⁵No município de Lucas do Rio Verde, por exemplo, a maioria dos entrevistados da prefeitura eram produtores rurais que também têm relações próximas com trabalhadores e empresários de empresas da região.

¹¹⁶ O autor entra em detalhes interessantes sobre como isso ocorre no caso do Grupo Andre Maggi. Em Rondonópolis passaram a ser promovidos fóruns, seminários e reuniões periódicas visando eliminar entraves à produção. Nos anos 80, os agricultores passaram a realizar os chamados “dias de campo”, como a Festa da Soja (FESOJA) e a EXPOSUL. André Maggi participava dos eventos para realizar intercâmbios junto às empresas e produtores do complexo agroindustrial tanto no setor de industrialização da agricultura como no processo de agroindustrialização. Além de propiciar os intercâmbios, estes eventos eram uma forma de aproximar a classe de produtores ao aparelho político da região. “Estratégias locais e econômicas implicavam não só um maior poder econômico, como também um poder político sobre as prefeituras e o Estado. Capturar essas instâncias políticas era parte integrante das ações de grandes produtores, de modo a criar uma rede política que articulasse agricultores com interesses comuns”.

Considerações Finais: Para onde vai o capital no campo? Para onde vai o campo na lógica do capital?

*Na testa do valor não está escrito o que ele é
Karl Marx, O Capital, Livro I*

O campo brasileiro está em constante movimento e transformação. O que o papel atual do capital internacional na forma das empresas representa de novo para a configuração do agronegócio brasileiro? Em um desenvolvimento agrário marcado pelo perfil exportador, qual o poder das empresas internacionais exportadoras, especialmente em relação aos demais atores desta trama? O debate sobre a produção capitalista do espaço agrário aparece muitas vezes ainda de forma marginal, sendo poucas as leituras que buscam, desde uma perspectiva crítica, relacionar o debate sobre as tendências do capital às transformações existentes na agricultura. Algumas características importantes desse movimento do capital são pouco debatidas, especialmente pelo coletivo da sociedade que busca um modelo alternativo para o campo brasileiro. Isso nos coloca desafios concretos para entender o capital no campo e o campo no capital; enfim, o capital em seu espaço.

A partir do objetivo de avaliar a inserção e relevância das empresas comerciais exportadoras de grãos – as *tradings* – no processo de territorialização do capital na região da BR-163 mato-grossense, diversas reflexões podem ser aqui apontadas. A construção de uma economia do agronegócio deve ser compreendida numa perspectiva de sistema-mundo, marcado por um desenvolvimento desigual geográfico. As relações de poder desiguais conformam os territórios de maneiras distintas. A ocupação do Centro-Oeste notadamente num momento particular da economia política no Brasil lapida peculiaridades nesse desenvolvimento agrário da região.

As *tradings* ocupam um papel necessário de ser compreendido para se entender a totalidade do movimento do agronegócio no norte do Mato Grosso (como também no Brasil), que longe de ser uma vocação agrícola é resultado de processos e relações sociais. Entender o agronegócio como uma “bola de bilhar” é perder de vistas as peculiaridades nas relações entre seus atores. Olhar para essas fissuras é, não apenas um preciosismo empírico, mas pode levantar características importantes desse modelo. As *tradings* possuem um peso relevante na antecipação de recursos e de aporte logístico para o escoamento da produção de *commodities*. Seus movimento envolvem concentração e centralização de poder, a partir de um sistema de malhas, nós e redes que, conduzidos pela interação de indivíduos e grupos, se imprimem no espaço. Estas empresas tem focado recursos em ações estratégicas, notadamente na antecipação

de crédito para os produtores, que é vital para a produção em larga escala, assim como em estruturas de exportação, podendo deixar eventualmente para empresas de menor porte outras atividades também necessárias, como a venda de pacotes técnicos. Enquanto agentes voltados para a exportação, viabilizam a circulação do valor em forma de mercadoria e contribuem para os processos moleculares de acumulação do capital.

As *tradings* não podem ser entendidas como uma unidade, visto que estabelecem alianças estratégicas entre si e entre empresas menores de capital privado. As grandes *tradings* são a fonte para os atores com menor poder em termos de acesso a crédito e insumo.

Foi possível identificar uma hegemonia em termos de recursos territoriais das empresas, especialmente das empresas de capital internacional, em comparação aos agentes nacionais. Os agentes do capital, nacional, ocupam um papel de sócios “menores”, porém extremamente relevantes para afirmação deste projeto de desenvolvimento. A existência de *tradings* de capital nacional num cenário extremamente oligopolizado e dominado por empresas internacional merece destaque; empresas que nascem da trajetória individual de produtores que se tornam empresários do agronegócio, a a partir de suas experiências na produção. O aumento de empresas denominadas empresas de revenda ou empresas de fidelização sugere uma divisão de atividades entre estas e as *tradings*, cabendo à primeira um campo de ações mais relacionadas ao processo produtivo em relação com o produtor, e à segunda, relações com grandes produtores ou as próprias empresas de revenda no acesso ao crédito e compra e venda de produção, que envolvem necessidade de aporte em armazenagem e estruturas para exportação.

A mediação com o produtor e venda de pacotes seria uma função desempenhada por atores nacionais, enquanto que as grandes fariam a exportação, configurando uma relação de atravessamento. Nota-se, assim, uma preferência das grandes *tradings* pelo processo de comercialização (e respectivos elementos estratégicos como armazenamento e logística portuária), apesar de sua influência em vários subsetores do agronegócio, e não pela esfera da produção. As grandes fatias da exportação seguem sendo abocanhadas principalmente pelas grandes, restando às nacionais e outras internacionais de menor porte um pedaço menor, à exceção da Amaggi que exporta a maior parte do que origina.

Ao mesmo tempo em que a relação entre as *tradings* é marcada por um perfil competitivo, característica típica do contexto capitalista, nota-se também uma dimensão de aliança estratégica, característica que por sua vez é comum nos mercados concentrados e em rede. Neste ambiente relacional, aparece com força a insatisfação das empresas menores em relação às maiores. Porém, em entrevista, são vários os momentos em que são descritas uma

multiplicidade de relações de dependência estabelecidas entre elas, tais como a compra e venda de pacotes e da própria produção, cessão de crédito, compra de matérias-primas para beneficiamento e realização de *joint ventures* para investimento em infra-estrutura, como no caso de instalações portuárias. Assim, muito embora elas possam competir num determinado campo/território, estabelecem, ao mesmo tempo, alianças estratégicas entre elas.

Assim, há uma dualidade nesta relação; nota-se uma dimensão de interdependência entre elas, mesmo neste contexto de concorrência. Porém, em termos de recursos de poder, é possível identificar uma configuração desigual onde empresas menores podem ser interpretadas como ramais das grandes, como sugeriu um dos entrevistados representante de produtores rurais: “as pequenas precisam das grandes; [as] grandes [precisam] das pequenas”. Ainda que seja uma dependência mútua, a diferença em termos de recursos de poder dos diferentes agentes, implicará em diferenças também nessas relações.

A ação das *tradings* também deve ser entendida de forma articulada com a ação do Estado e dos produtores rurais, ou seja, o agronegócio enquanto bloco. Através dos dados coletados verificamos uma relação entremeada entre *tradings*, Estado e produtores e entre *tradings* internacionais, *tradings* de capital nacional e empresas nacionais ligadas ao ramo da revenda; uma tendência das grandes *tradings* internacionais focarem-se em determinadas atividades, o que denota frações de classe e padrões de dependência entre esses próprios atores, onde as grandes internacionais detêm maior fatia do poder, em termos de recursos. A ação corporativa no território norte do Mato Grosso traz importantes transformações para a região, tanto do ponto de vista da ampliação da produção de soja em escala como da concentração de terras, faces, em verdade, de uma mesma moeda. Uma forte relação de dependência marca o cenário estudado, de forma a levantar questões semelhantes àquelas apontadas por Francisco de Oliveira ao estudar os oligopólios como padrão de acumulação já nos anos 1950 a 1970:

Essa contradição entre um Estado que, para controlar sua classe operária – e, portanto, criar as condições de reprodução do capital –, tem que ser nacional e apresentar-se ao conjunto do sistema capitalista como nacional, e a transformação do Tesouro Público em capital financeiro geral que dilui as fronteiras entre o público e o privado, levam esse Estado nacional, do ponto de vista do capital, a ser um Estado anti-Nação, do ponto de vista do povo e das classes trabalhadoras mais especificamente. (...) do ponto de vista das perspectivas da economia nacional e de sua crescente inserção na divisão social do trabalho comandada pelo capitalismo internacional, emerge um tipo de crise absolutamente novo, que se centra na contradição entre um espaço capitalista que realiza o valor gerado em suas fronteiras internamente e as relações de dependência-financiamento-exportação de lucros que buscam voltar à circulação internacional do capital-dinheiro.

É possível pensar num desenvolvimento no campo para os povos? O campo brasileiro já foi “atrasado” e “primário”. Hoje, não é mais; apesar de sua produção fazer parte do setor primário da exportação, apresenta alto grau tecnificado e relação com as esferas industriais, comerciais e financeiras. O campo brasileiro já foi improdutivo. Hoje, não é mais. Se milho e soja servem para ração animal e outros subprodutos, são também culturas que produzem comida, por mais que critiquemos a padronização e o grau de dependência e insegurança alimentar desse modelo à base de proteína animal e produtos processados a base lecitina de soja. Nossa crítica sobre o agronegócio não produzir alimentos carece de aprimoramento.

Por fim, o agronegócio é atualmente ambientalmente insustentável e parece que sempre será enquanto os modelos de produção, circulação e consumo não se furtarem a reproduzir a tal falha metabólica que Marx já apontava. Porém é preciso estar atenta/o. Esse mesmo agronegócio moderno, produtivo e eficiente já investe numa nova cara limpa que dê conta de mostrar à sociedade que, *embora* as doses cavalares de agrotóxicos sejam indispensáveis para as grandes lavouras, o agronegócio também pode ser “verde”. O Cadastro Ambiental Rural que transforma Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de reservas em ativos é uma dessas estratégias. Se não insistirmos que o investimento nesse sistema é sinônimo de concentrar terras, ou seja, é sinônimo de uma contrarreforma agrária, o agronegócio moderno – desde que colonial, eficiente, verde, com uma parcela nacional associada que apoia e se “beneficia” desse desenvolvimento - corre o infeliz risco de persistir.

Marx foi glorioso ao escrever nos seus tomos do Capital, no Grundrisse e na Crítica à Economia Política, dentre outros, elementos que - apesar de alguns discordarem - até hoje contribuem para entender o tempo histórico do presente. Ele, que era anticapitalista, é um dos que melhor descreveu o capital como valor em movimento. Assim como ele, outro/as tanto/as socialistas, comunistas, feministas- e outros istas que não capitalista - fizeram o mesmo. Carecemos de ler e produzir sobre como de fato hoje na periferia - não mais tão periferia - o capitalismo dependente se (re)produz, (re)produzindo consigo velhas e novas formas de dependência. É urgente adensarmos o debate sobre as contemporâneas formas capitalistas de acumulação no campo. E isso passa por entender o papel corporativo e a corporitização do território. É preciso conhecer o “inimigo” e a geografia, “que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (LACOSTE, 2004), que, enfim, nos permite entender o valor em movimento no território – lugar onde pulsa a vida - é um aliado para nos munirmos de mais elementos sólidos - mas não sejam facilmente “desmancháveis” no ar - para que justifiquemos, na crítica ao

hegemônico, um novo modelo para o campo que se desafie a pensar, na perspectiva popular, novas formas de produção, circulação e consumo; novas formas de (re) produção da vida.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. 1990. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990*. Expressão Popular, 2013.

ACSELRAND, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. *Desregulação, deslocalização e conflito ambiental – considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo*. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2954>>, 2009.

AMIN, Samir. *WTO receipt for world hunger*. Disponível em: <http://www.forumtiersmonde.net/fren/index.php?option=com_content&view=article&id=134:wto-receipt-for-world-hunger&catid=57:wto-and-agriculture&Itemid=114>. Acesso em: 12 jul 2013, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008, 428 p.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, UNESP, 1996, 393 p.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Construindo e desfazendo territórios: As relações territoriais entre os Parecis e os não-índios na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado. UFRJ/PPGG, 2009.

ARACI, Luís Angelo dos Santos. *A expansão do meio técnico-científico-informacional e a difusão das tecnologias de informação na cadeia carne/grãos em Mato Grosso*. In: Espaço e Circuitos Produtivos: A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. BERNARDES; ARACI [Orgs.]. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

BECKER, Berta e EGLER, Cláudio. *Brasil: uma potencia regional na economia-mundo*. 4ª Edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. In: *Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação*. BERNARDES; FILHO [Orgs.]. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. *Modernização Agrícola e o trabalho no cerrado brasileiro*. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/juliaad.htm>>. Acesso em: 12 jul 2013, 2007.

BRASIL. *Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, 2005*. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Plano_BR-163_Sustentavel_Versao2.pdf>

MAIA, et al. *Panorama da armazenagem de produtos agrícolas no Brasil*. Revista do BNDES, dez 2013. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev4005.pdf>.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In: d'Aguiar, Rosa Freire Essencial Celso Furtado, 1ª ed São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. Dilemas e Desafios da Pequena Produção Agrícola frente à Expansão do Agronegócio no Piauí, In: *A Territorialidade do Capital*, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos CEBRAP*, 86, 2010

CASTRO, Edna Maria Ramos et al. *Sociedade, território e conflitos: Br-163 em questão*. PARÁ, UFPA, 2008.

CARVALHO, Horácio de Martins. O Oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In. STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013

DAVION, B. *et al.* *Price volatility and food security – a report by the HLPE*. Rome, Committee on World Food Security, 2011

DELGADO, Guilherme, *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-85*. S. Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985

DELGADO, Guilherme. *A questão agrária no Brasil*. In: *Questão Social no Brasil: Herança histórica e situação atual*. Cap 2, IPEA, Brasília, 2005.

_____. *Especialização primária como limite ao desenvolvimento*. Desenvolvimento em Debate: v.1, n.2, p.111-125, 2010. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf

_____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. P. Alegre, Ed. UFRGS, 2012

ESTEVAM, Douglas; STEDILE, João Pedro. Introdução (2013). In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000*. Expressão Popular, 2013.

FLEXOR, Georges. *Globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil*. Revista Economia Ensaios, Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1554> > 2006.

FRANK, Andre Gunder. *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964*. In: STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 2: O debate na esquerda: 1960-1980*, Expressão Popular, 2012

FREDERICO, Samuel. *O novo tempo do cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. São Paulo: Annabume; Fapesp, 2010.

FREDERICO, Samuel, *O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. Tese 2009 (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/pt-br.php>)

FREDERICO, Samuel. *Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas*. Mercator, Fortaleza: v.13, n.1, p.37-48. Jan/Abr 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1037/527>>

FRIEDMANN, Harriet. *The Political Economy of Food: A global Crisis*. New left Review. I/197, January-February, 1993

FRIEDMANN, Harriet, *What on Earth is the Modern World-System? Foodgetting and Territory in the Modern Era and Beyond*. Journal of World-Systems Research (online). Vol. VI. Summer/Fall 2000. Disponível em: <www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2-hfriedmann.pdf>.

FURTADO, A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: d'Aguiar, Rosa Freire Essencial Celso Furtado, 1ª ed São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras 2013

FURTADO, Celso M. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. *Competitividade Regional e Globalização* Tese de Doutorado, USP, 1999. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos913/competitividade-regional-globalizacao/competitividade-regional-globalizacao.pdf>>

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ª ed., 2011 (1996), 368p.

GOODMAN, D.; WATTS M.J. Agrarian questions : global appetite, local metabolism: nature, culture, and industry in *fin-de-siècle* agro-food systems. *Globalising food*. London Routledge, 1997.

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no campo brasileiro. 1979. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990*. Expressão Popular, 2013.

GRAIN. *Against the grain*. abril, 2008. Disponível em: <<http://www.grain.org/articles/?id=39>> Acesso em: 01 jun. 2013.

GREENPEACE. *Comenda a Amazônia*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2007/7/comendo-a-amaz-nia.pdf>>.

GREENPEACE. *Sinal Verde para a Amazônia*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Sinal-verde-para-terminal-da-Cargill-em-Santarem---/>>. Acesso em: 12 jul 2013, 2012.

GREGORY, Derek. Teoria Social e Geografia Humana. In: GREGORY, D. *et al. Geografia Humana, Sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995, 301p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. Expressão Popular, 2011.

GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria Conceição (org). *Celso Furtado e o Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000. p.15-32.

GUTTMANN, Robert. *Uma introdução ao Capitalismo dirigido pelas Finanças*. Novos Estudos. CEBRAP, novembro 2008, p. 11-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/01.pdf>

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Os Limites do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 201 p, 2004.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2010

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985/1970.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009

_____. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/pdf/tab03.pdf.

JÚNIOR, Caio Prado. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil I: O debate tradicional: 1500 – 1960*. Expressão Popular, 2011.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Proposta: São Paulo, 1980

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 1985. Papyrus: SP, 2004.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. 1917. São Paulo: Expressão Popular, (1899) 2012.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Os Economistas: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)*. In: Castro et AL (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertranf Brasil, 1995 (2010).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, (1867) 2013

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo/; Boitempo, 2011, 176p.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*. São Paulo: UNESP, 2000. 175p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MCMICHAEL, Philip. *A food regime genealogy*. The Journal of Peasant Studies. Vol 36, No 1, January 2009, p.139-169

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 2013

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2012, p. 118p – original 2003

MORATOYA, E.E. *et alli*. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. *Revista de Política Agrícola*, XXII (1), 2013, 72-84.

MORGAN, Kevin; MARSDEN, Terry; JONATHAN Murdoch. *Place, Power, and Provenance in the Food Chain*. Oxford University Press, 2006

MOREIRA, Rui. *O que é Geografia. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.94 p. 1ª em 2010.*

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A BR-163, Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização*. In: *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília. CNPq, 2005.

_____. *Modo Capitalista de produção e agricultura*. Ática, 1986.

_____. O Campo brasileiro no final dos anos 1980. 1989. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990*. Expressão Popular, 2013.

_____. *Modo Capitalista de produção e agricultura*. Ática, 1986.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O campo no século XX: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Casa Amarela: São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, Maria Conceição (org). *Celso Furtado e o Brasil*. Editora Fundação perseu Abramo, São Paulo, 2000. p.121-128.

_____, Francisco. *Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

_____, Francisco. *Economia da Dependência Imperfeita*

OXFAM. *Por trás das marcas: justiça alimentar e as 10 grandes empresas de alimentos e bebidas*. Brasília (DF), Oxfam, 2013 (166 Informativo da Oxfam).

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PAULILLO, Luiz Fernando. *Redes de Poder & Territórios Produtivos*. São Carlos: Editora UFSCar, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 461 p.

PORTO-GONÇALVES; Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. *Geografia Agrária da Crise Alimentar*. Agencia Latinoamericana de Información, 2009. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es%3E>>. Acesso em: 29 jun 2012.

POSSAS, M. L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. S. P., Hucitec, 1985

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*, São Paulo: Ática, 1993

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. P.227-278.

REIS, Flávio Almeida; SILVA, Carlos Alberto Franco; COSANDEY José Victor Juliboni. *Os investimentos do PAC na BR-163 como reforço a logística da expansão da soja na Amazônia*. Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *A Natureza do Poder: técnica e ação social*. Interface – Comunicação Saúde, Educação, n. 4, p.13-24, 2000.

RIO, Gisela A. Pires do. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. In: CASTRO, Iná Elias et Al (Orgs.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ROVER, Oscar José. *Indicações para uma agenda de desenvolvimento rural brasileira no início do século XXI considerando os impactos da globalização*. XLII Congresso da SOBER: Mato Grosso, 2004. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O495.pdf%3E>>. Acesso em 29 jun 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa [org]. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. 518p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 384 p.

_____. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 128 p.

_____. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 1. Ed 2012 (2005) 176p.

_____. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2. Ed. São Paulo: EdUSP, 2011, 204p 1979 original

SACK, Robert. *Human Territoriality: a theory*. Annals of the Association of American Geographers, 73 (1), 1983

SAUER, Sérgio. *Dinheiro Público para o Agronegócio*. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, ano 3, nº33, p.8-9, abril.2010.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA Silvia. *O Brasil está nú! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro: FASE, 2006. 148 p.

SCHOUCHANA, F. *Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil*. S. Paulo, Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2004.

SILVA, Carlos Alberto Franco. *A Transnacionalização do Grupo André Maggi a partir do cerrado mati-grossense*. Revista geopaisagem, Ano 4, nº 7, 2005. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Maggi.htm>>

_____. *A Logística da Hidrovia do Madeira na expansão da soja na Amazônia*. GEOgraphia – Ano 7 – No 14, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/167/162>.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

SILVA, José Graziano da. *A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira*. São Paulo em perspectiva, v.7, n.3, p.2-10, jul/set 1993.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990*. Expressão Popular, 2013.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*, 1988.

SOUZA, Edison Antônio. *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2013, 251p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et AL (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (2010).

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 1: O debate tradicional: 1500-1960*. Expressão Popular, 2013.

_____. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000*. Expressão Popular, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, Maria Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000. P.129-154.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira In: *Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VEIGA, José Eli. *Ruralista: Que bicho é esse?*. Valor Econômico, 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/3715914/ruralista-que-bicho-e-esse>>

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 144p. original 1995

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *Dinâmicas e Estratégias das Agroindústrias da Soja no Brasil*. 2011. Rio de Janeiro: E-papers, 141p, 2011.

WILKINSON, John. *Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems*. Monthly Review, New York, v.61, p.38-49, 2009.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (orgs.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. S. Paulo, Ed. Pioneira, 2000

Reportagens eletrônicas

Agronegócio do Brasil exporta US\$ 97 bi em 2013:
<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/agronegocio-do-brasil-exporta-us-99-97-bi-em-2013-china-vira-maior-cliente-2>

As 15 maiores do agronegócio: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/104402/noticias/as-15-maiores-do-agronegocio>

As 50 maiores exportadoras em 2012 do Brasil:
<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-50-maiores-exportadoras-em-2012-do-brasil#51>

Avanço do agronegócio no Mato Grosso: riqueza excludente:
<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/noticias-para-o-boletim/504-avanco-do-agronegocio-no-mt-riqueza-excludente>

Blairo Maggi e Lula em Cuba para ampliar a produção de alimentos:
<http://www.institutolula.org/blairo-maggi-e-lula-em-cuba-para-ampliar-producao-de-alimentos>

Boletim de Grãos CONAB – Agosto de 2014:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_08_07_08_59_54_boletim_graos_a_gosto_2014.pdf

Bunge e Amaggi criam Unitapajós, 2013: <http://www.valor.com.br/agro/3321268/bunge-e-amaggi-criam-unitapajos>

Bunge vende negócio de fertilizante no Brasil à Yara:

<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bunge-vende-negocio-de-fertilizantes-no-brasil-a-yara>

Cade aprova compra de ativos de fertilizantes da Bunge pela Yara:

<http://www.valor.com.br/agro/3127312/cade-aprova-compra-de-ativos-de-fertilizantes-da-bunge-pela-yara>

Camponesas ocupam a multinacional Bunge no entorno de Brasília:

<http://www.mst.org.br/2015/03/09/camponesas-ocupam-a-multinacional-bunge-no-entorno-de-brasilia.html>

China vai importar mais grãos nos próximos anos, diz membro do Governo:

<http://www.valor.com.br/agro/3403688/china-vai-importar-mais-graos-nos-proximos-anos-diz-membro-do-governo>

Cinco empresas foram responsáveis por mais da metade das exportações de Mato Grosso em 2013:

http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Cinco_empresas_foram_responsaveis_por_mais_da_metade_das_exportacoes_de_MT_em_2013_confira_lista&id=13006

Com dinheiro no bolso, agricultor dos EUA segura safra para elevar preços:
<http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-americas/com-dinheiro-no-bolso-agricultor-dos-eua-segura-safra-para-ele#ixzz3L8n156kR>

CONAB – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, 2014
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1078&t=>

Construção de Porto Graneleiro em Miritituba preocupa produtores de Santarém:
<http://www.oimpacto.com.br/entrevista/construcao-de-porto-graneleiro-em-miritituba-preocupa-produtores-de-santarem/>

Cresce ociosidade de Indústrias de soja no Brasil:
<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/cresce-ociosidade-de-industrias-de-soja-no-brasil>

Dados da Cargill: <http://exame.abril.com.br/topicos/cargill>

Divergências ameaçam terminais no Pará:
<http://www.valor.com.br/agro/3307402/divergencias-ameacam-terminais-no-para>

Ficha de Empresas – Bunge: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/ceval-alimentos/2011>

Ficha de Empresas – Cargill: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/cargill/2011>

Ficha de Empresas – Fiagril: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/fiagril-agromercantil/2011>

Financiamento pode mudar: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=456255>

Fronteira entre Pará e Mato Grosso ainda é uma terra de ninguém:
<http://www.valor.com.br/brasil/3062202/fronteira-entre-para-e-mato-grosso-ainda-e-uma-terra-de-ninguemnum>

Governo promete asfaltar 3km por dia da BR-163 nos próximos seis meses:

<http://www.valor.com.br/brasil/3062204/governo-promete-asfaltar-3-km-por-dia-da-br-163-nos-proximos-seis-meses>

Grãos buscam frete menos pelo Norte: <http://www.valor.com.br/agro/3404312/graos-buscam-frete-menor-pelo-norte#ixzz2s1m6hON0>

Inimiga número um dos transgênicos, física indiana denuncia ditadura da indústria alimentícia”. Folha de São Paulo, 2013:

<<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2013/08/1331170-inimiga-n1-dos-transgenicos-fisica-indiana-denuncia-ditadura-da-industria-alimenticia.shtml>>.

Mosaic compra distribuição de adubos da ADM no Brasil e no Paraguai por US 350 milhões:

<http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2014/04/15/mosaic-compra-distribuicao-de-adubos-da-adm-no-brasil-e-no-paraguai-por-us350-mi.htm>

Mosaic compra negócio de fertilizantes da ADM no Brasil:

<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/mosaic-compra-negocio-de-fertilizantes-da-adm-no-brasil>

Mulheres do campo ocupam unidade da Cargill em Goiania:

<http://www.mst.org.br/2015/03/10/1500-mulheres-do-campo-ocupam-unidade-da-cargill-em-goiania.html>

Multi se retrai no financiamento da soja <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/14754-multi-se-retrai-no-financiamento-da-soja.shtml>

Pará não fez estudos em Itaituba: <http://www.valor.com.br/empresas/3360018/para-nao-fez-estudos-em-itaituba>

Pará não tem Plano de ação para mitigar impactos em Itaituba:

<http://www.valor.com.br/agro/3359770/para-nao-tem-plano-de-acao-para-mitigar-impactos-em-itaituba>

Paraguai é devorado pela soja: <http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=1570>

Plano Safra e Produção Agropecuária de Mato Grosso:
www.sistemafamato.org.br/portal/arquivos/29082013055559.pptx -

Por que a Bunge quer a Ceval: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/644/noticias/por-que-o-bunge-quer-a-ceval-m0053890>

Saída pelo Norte reduzirá em 34 custo do frete: <http://www.valor.com.br/agro/3404140/saida-pelo-norte-reduzira-em-34-custo-de-frete>

Vendas antecipadas de soja retoma média histórica:
<http://www.valor.com.br/agro/3407504/vendas-antecipadas-de-soja-retornam-media-historica>

Sítios Eletrônicos:

ADM do Brasil: <http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/default.aspx>

Amaggi: <http://www.amaggi.com.br>

Associação Nacional dos exportadores de cereais (ANEC): <http://www.anec.org.br>

Bunge: <http://www.bunge.com.br/>

BNDES – Moderninfra: <http://www.bndes.gov.br/apoio/moderinfra.html>

Cargill Brasil: <http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>

Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cptnacional.org.br>.

Conselho Estadual das Associações das Revendas de Produtos Agropecuários (CEARPA):
<http://www.cearpamt.com.br/>

Fiagril: <http://www.fiagril.com.br/>

Fundação Bunge: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-ceval.pdf>

Louis Dreyfuss *Commodities*: <http://www.ldcom.com.br/default.aspx>

Melhores e Maiores – Revista Exame:

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/coimbra/2013>,

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/adm/2013>,

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/ceval-alimentos/2013>,

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/cargill/2013>,

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e->

[maiores/empresas/ficha/amaggi/2013](http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/amaggi/2013), <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e->

[maiores/empresas/ficha/fiagril--2/2013](http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/fiagril--2/2013).

SECEX – Dados sobre Empresas exportadoras e importadoras:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=603>

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3371>

Secretaria de Portos: <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/sistema-portuario-nacional>

<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/itens/attup-atualizado-13-de-janeiro-de-2015.pdf>

ANEXO I - Quadro Informativo sobre as demais empresas da Associação Nacional de Exportadoras de Cereais

Nome da Empresa	Origem e Fundação	Sede e Presença no Brasil	Possui terras	Descrição da Atividade e Estruturas Logísticas	Vendas, Fusões e Aquisições	Negócios na bolsa e outros
ABC Indústria e Comércio/ Algar Agro	Fundada no Brasil, em 1978	Originária de Uberlândia (MG), onde possui sua sede. Também presente nos estados de MA, PI, TO, BA, MT, MG e GO	Sim, oito fazendo em MG e uma no MS	Atua principalmente na comercialização e processamento de soja. Possui 30 armazéns (1,1 milhão de toneladas de capacidade estática), duas plantas de esmagamento de soja (1,1 milhão de toneladas de capacidade por ano) e duas plantas de refino e envase de óleo (capacidade para 14 milhões de caixas por ano).	N/A	Não possui negócios na bolsa.
Agrex Inc. (Agrex do Brasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.)	A Ceagro - empresa brasileira, fundada em 1995 – virou em 2013 a Agrex do Brasil com a compra da Ceagro pela Mitsubishi	Sua sede internacional é no Japão e no Brasil em Goiás. Originária de Balsas (MA), atualmente está presente nos seguintes estados de MA (14), PI (3), TO (12), BA (3), MT (5), MG (2) e GO (15), totalizando 54 unidades, além da sede.	Possui terras arrendada no estados de MA, PI, TO, MT, MG e GO	A Ceagro era uma empresa brasileira, criada em 1995 como uma revendedora de insumos em Balsas, no Maranhão. Hoje, a Agrex atua desde a comercialização de insumos (fertilizantes, químicos e sementes) na produção própria (soja, milho, arroz, sorgo, feijão em milheto), na produção e beneficiamento de sementes, produção de farelo de soja, financiamento a produtores, compra de grãos, serviço de armazenamento, padronização e exportação de grãos. Em Goiatuba (GO), mantém uma unidade produtora de sementes. A Agrex conta, ainda, com dois transbordos rodoferroviários às margens da ferrovia norte-Sul, em Porto Franco (MA) e Porto Nacional (TO), este último ainda está em construção.	Criada em 1995, a Ceagro foi integrada em 2008 ao Grupo Los Grobo. Em 2011, constituiu uma <i>joint venture</i> , através do controle compartilhado com a Península Internacional S.A. Em 2012, a <i>Mitsubishi Corporation</i> subscreveu 20% do capital social da Companhia, ano em que a empresa também adquiriu a Oeste da Bahia Participações Ltda e através desta empresa subscreveu 60% das ações de capital da empresa Synagro Comercial Agrícola S.A, sediada em Luís Eduardo Magalhães. Em 2013, a Mitsubishi passou a ter 80% do controle da Companhia. Desde então, a empresa passou de Los Grobo Ceagro do Brasil S.A. para Agrex do Brasil S.A.	Não possui negócios na bolsa.
CGG Trading	Fundada no Brasil, em 2010	Possui sede em São Paulo (SP), também estando presente em Brasnorte (MT), Baixa Grande do Ribeiro (PI), Pedras de Maria da Cruz (MG), e Acreúna (GO).	Possui 150 mil ha de terras próprias em MT, PI, GO e MG	O Grupo nasceu do antigo relacionamento entre empresários do agronegócio. Hoje, atua na produção, comercialização e escoamento logístico de grãos e algodão. A empresa iniciou em 2013 a construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM) no porto de Itaqui (ganharam a licitação de um dos quatro lotes do Terminal)	Em outubro de 2013, o grupo Japonês Sojitz Corporation passou a deter aproximadamente 43% do capital social da CGG.	É uma sociedade e por Ações.

CHS do Brasil - CHS Agronegócio, Indústria e Comércio Ltda	Funda nos EUA, em 1929, chegou ao Brasil em 2006.	São Paulo		Possui um terminal no porto de Itaqui (MA), unidade de recebimento de grãos no Piauí e 25% de participação no complexo Terminal Corredor Norte (TCN), em fase final de construção no litoral maranhense.	A CHS chegou ao Brasil 2006, quando comprou parte da brasileira <i>Multigrain</i> . Em maio de 2011, a CHS vendeu sua participação na <i>Multigrain</i> para a Mitsui. Em maio de 2012, a CHS anunciou a compra de 25% do TCN (Terminal Corredor Norte), empresa que vai construir e operar um dos lotes do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no Porto de Itaqui, em São Luis (MA). Também em 2012, a empresa adquiriu 50% da Andali - provedora de serviços de armazenamento e mistura de fertilizantes, com sede em Paranaguá (PR) - e a Atman, empresa de distribuição de insumos e grãos com sede em Goiânia.	
COAMO Agroindustrial Cooperativa	Fundada em Santa Catarina, em 1970			Maior cooperativa agrícola, a Coamo mantém mais de 110 unidades localizadas nos estados do PR, SC e MS. Possui uma frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais 350 veículos de terceiros. Cnta com um terminal portuário próprio em Paranaguá (PR).		
Glencore	Suíça				Em 1997, vendeu suas operações no Brasil para a ADM e sua atuação no país ficou interrompida. Em 2009, retorna ao país para ser o operador estratégico da Agreco.	
Los Grobo		Possui terras arrendadas e moinhos em SP	Sim,, em sua maioria em propriedades arrendadas ou também sob regime de parceria agrícola	Atua nas áreas de aquisição e desenvolvimento de propriedades agrícolas, na comercialização de insumos e na assistência técnica e financiamento <i>hedging</i> a pequenos produtores. Também possui sua produção própria de <i>commodities</i> agrícolas. Possui estruturas de armazenamento e faz operações logísticas <i>onshore</i> .		

Marubeni do Brasil	Fundada no Japão em 1858	Sua sede é em Tokyo, no Japão, e possui escritórios no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Salvador (BA).		Atua nas áreas de importação e exportação, bem como nas operações no mercado japonês, relacionados com materiais de alimentos, produtos alimentícios, têxteis, materiais, papel e celulose, produtos químicos, energia, metais e recursos minerais, máquinas de transporte, e inclui trocas <i>offshore</i> . As atividades da Companhia também se estendem aos projetos de energia e infra-estrutura, equipamentos e máquinas industriais, finanças, logística e indústria da informação e desenvolvimento imobiliário e de construção.	Em 2011, comprou a Gavilou, adquirindo 100% do controle do terminal Terlogs, no porto de São Francisco do Sul (SC), a 81 km de Paranaguá.	
Mitsui e Co	Fundada no Japão (1876 e depois em 1947) e no Brasil em 1960	Sede em São Paulo, possuindo quatro escritórios (SP e as filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus)		A Mitsui atua em negócios de importação e exportação de produtos alimentícios, como soja, açúcar, álcool, milho, café, sucos, produtos de ovo e carnes, entre o Brasil e outros países latino-americanos, e o Japão e o resto do mundo. Suas ações abrangem comércio, investimentos e serviços	Mitsui & Co. (Mitsui) é a <i>trading</i> japonesa que controla a Mitsui & Co. (Brasil) S.A. A Mitsui atua principalmente através da Multigrain S.A.	
Multigrain	Brasileira	Sede em São Paulo e possui filiais próximas às lavouras	Produz em fazendas próprias, através de sua subsidiária XinguAgri. Possui mais de 100.000 hectares de terras nos estados do MA, MG e BA.	Opera no comércio internacional de soja, algodão, trigo, açúcar, fertilizantes e etanol, atuando na produção, comercialização, processamento e logística. Possui uma malha de aproximadamente 3.000 agricultores situados em MT, MS, DF, GO, MA, TO, SP, PR e BA. Possui armazéns em MT, DF, GO, MG, BA, TO, MA. Possui uma rede de depósitos, baldeações, moinhos e instalações portuárias no Porto de Tubarão, em Vitória. Possui também um terminal de descarga de trigo em Santos, CEREALSUL.	Comprada 100% pela Mitsui por US\$ 274 milhões, em 2011. A japonesa já possuía 45% companhia antes da negociação, atingindo agora 100 por cento dos direitos de voto na sociedade. Na ocasião, a Mitsui pagou US\$ 225 milhões por 45% da empresa detida pela norte-americana CHS Inc. Posteriormente, pagou mais US\$ 49 milhões por 10% que estavam em poder da PMG Trading, controlada pelo brasileiro Paulo Moreira Garcez.	A empresa possui um acordo operacional com a Vale para a utilização da malha ferroviária da mineradora tanto para o escoamento da safra, como para a

						utilização dos terminais portuários de Ponta da Madeira, em São Luís (MA) e de Tubarão (ES)
Nidera	Fundada na Holanda, Em 1920, está presente no Brasil desde 1960	São Paulo. Está presente em Formoso do Araguaia (TO), Rio Verde e Cristalina (GO), Uberlândia e Patos de Minas (MG), Abelardo Luz (SC), Realeza (PR), Passo Fundo e Carazinho (RS) e Sorriso (MT)	Possui uma estação de Pesquisa em Sorriso	O aquecimento das exportações brasileiras de grãos fez a Nidera investir em uma unidade de negócios para originação e comercialização de grãos e sementes oleaginosas, chamada Nidera Brasil Grain and Oil (BG&O), Para complementar sua cadeia produtiva, em 2010, a empresa criou uma nova unidade de negócios focada em Nutrientes e Proteção de Cultivos, a Nidera NPC.	Em 2005, a Nidera adquiriu, no Brasil, as operações de sementes de uma multinacional alemã do setor agroindustrial, se tornando a Nidera Sementes.	Sua história na América Latina começou em 1930, em Buenos Aires, na Argentina. Na mesma década, a empresa abriu escritório no Uruguai. Em 1950, passou a fazer negócios

						com o Brasil.
Noble/ Noble Brasil	De origem chinesa está no Brasil desde 2004	Sebastiana do Sul (SP) Sorriso, Nova Maringá, Cuiaba, Campo Verde e Rondonópolis (MT), Bahia, Sebastianópolis do Sul (MS), Alfenas (MG), São Paulo e Santos (SP), Paranaguá e Maringa (PR) e Passo Fundo (RS)	Sorriso, Nova Maringá, Cuiaba, Campo Verde e Rondonópolis	Tem operações de grãos, oleaginosas, algodão, açúcar e etanol além de atuar na exportação, via Paranaguá (PR). Possui uma esmagadora e uma fábrica de biodiesel no complexo industrial e logístico da ALL, em Rondonópolis (MT).		Na China, possui seis esmagadoras. É a maior <i>trading</i> de commodities na Ásia.
Seara	Empresa brasileira, fundada em 1956, em Santa Catarina	Possui mais de 50 escritórios nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Possui um terminal rododiferroviário em Itiquira	Trabalhando no setor do Agronegócio há mais de 60 anos, a Seara é hoje uma empresa que atua nas áreas de originação de grãos, logística completa para os portos e exportação de grãos. Faz a compra e transporte de milho e soja, assim como recebe, padroniza, segrega e armazena esses produtos nas suas unidades. Possui terminais rododiferroviários em Itiquira (MT), Londrina (PR), Maringá (PR), Paranaguá (PR) Cruz Alta (RS) e demais pontos onde a ferrovia ALL opera acessando, através destes, os portos de Santos, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande. Possui 1.230 vagões e 100 bi-trens próprios, além de mais de 1.500 caminhões agregados nos estados onde opera.	No início da década de 1980 a Ceval adquiriu a Seara, conservando sua marca. Em 1981, adquiriu a Safrita S.A. em Itapiranga (SC), voltada para o abate de frangos e suínos. Em 1983, adquiriu o controle acionário do frigorífico Rio da Luz S.A. em Jaraguá do Sul (SC). Em 1989, a Ceval incorporou a Seara Industrial. Já em 1997, o Grupo Bunge adquire a Ceval Alimentos. Em 1998, constituiu-se a Seara Alimentos S.A., tornando-se empresa independente e controlada pela Mutual Inv. Ltda. Em 2005, a Seara Alimentos passa a ser controlada pelo grupo Cargill. Finalmente, em 2013, a Seara Alimentos passa a ser controlada pelo Grupo JBS, líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de aves, além de ter uma forte participação na produção de carne suína.	Em 1999, a empresa abriu escritórios comerciais em Buenos Aires (Argentina), Amsterdã (Holanda), Cingapura (Ásia), Tóquio (Japão) e Dubai (Oriente Médio).

Sementes Selecta	1984	Sede em Goiás		Empresa focada principalmente na comercialização e industrialização/processamento de soja.	
Cutrale	De origem brasileira, fundada em 1967	Sede em Araraquara (SP)		Possui Fábricas nas cidades de Araraquara (local de sua sede administrativa) Colina, Conchal, Uchôa e Itápolis. Opera em dois terminais portuários (Santos e Guarujá). Possui diversos escritórios em São Paulo e um escritório regional de grãos em Rondonópolis (MT). Se estabeleceu no ramo da citricultura e especializou-se em segmentos como formação de mudas, plantio, processamento de suco e seus subprodutos, até a entrega final nos mercados mundiais consumidores. Em 2012, ampliou suas atividades com a comercialização de soja.	
Aliança Agrícola - Sodrugestvo Group	Fundada em 1994, chegou ao Brasil em 2010			Originalmente focada na venda de forrageiras, a empresa foi se tornando aos poucos uma empresa do ramo agroindustrial	Em 2010, a <i>Sodrugestvo</i> finalizou uma <i>joint venture</i> com Carol Cooperative no Brasil. Em 2011, adquiriu a Lider Armazens Gerais S.A e em 2011 fechou parceria com a Campofert. Em 2012, fechou uma aliança com o grupo Mitsui que passou a adquirir 10% da companhia. O acordo tinha como um dos elementos da parceria a colaboração na originação de soja, processamento e negócios de distribuição no Brasil entre a Sodrugestvo's Aliança e a <i>joint venture</i> Mitsui Multigrain.

ANEXO II – Fotos



Placa sinaliza a quilometragem da BR-163. Setembro de 2013



Entrada da unidade de esmagamento da Bunge, em Nova Mutum, com detalhe para a fila de entrada em saída de caminhões. Setembro de 2014



Itens produzidos pela Agricultura Familiar são expostos na entrada da Prefeitura de Lucas do Rio Verde que possui litígios com os pequenos chacareiros do entorno da cidade. Setembro de 2013



O símbolo da cidade exalta a ação racional pautada na técnica, na agricultura, setembro de 2013



Em Lucas do Rio Verde, Placas de sinalização combinam indicação de sentido para outras cidade com indicação para os locais das empresas, denotando o importância das mesmas, setembro 2014



Em Sorriso, os altos índices do maior produtor de soja do estado que também apresenta a maior renda *per capita* contrasta com algumas paisagens urbanas verificadas. Na foto, uma ocupação peri-urbana em terras de um grande latifundiário da região. Uma das tendas utiliza sacas de produtos da ADM, uma das grandes tradings internacionais símbolo do poder econômico dos atores hegemônicos do agronegócio. Setembro de 2013



Silo da Cargill Em Matupá, setembro de 2013



Silo da Amaggi em construção, em Matupá, setembro de 2013



No caminho entre Guarantã do Norte e Novo Mundo, ainda há comércio de madeira, setembro de 2013



Caminhões circulam com toras de madeira, próximo ao município de Nova Santa Helena, setembro de 2013



Placa do Governo Federal indicando incentivos fiscais à empresa Amaggi, em Lucas do Rio Verde, setembro de 2014



Poster da Campanha permanente contra s agrotóxicos e pela vida em acampamento do MST, setembro de 2013



Acampamento do MST nas beiras da BR-163, em Sinop, setembro de 2013



Ocupação do MST numa unidade da Bunge, no entorno de Brasília, março de 2015
Foto: www.mst.org.br